



**FORMAÇÃO, TRABALHO E
PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA:
DADOS COMPLEMENTARES
AO PERFIL DE ASSISTENTES
SOCIAIS NO BRASIL**



BRASÍLIA (DF)
2024

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

**DADOS COMPLEMENTARES AO PERFIL
DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL:
FORMAÇÃO, TRABALHO E
PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA**

Brasília (DF)

2024





EXPEDIENTE

**Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica:
dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**

2024

Organização

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

**Grupo de trabalho responsável 2020-2023 (com representação das comissões do CFESS
Administrativo-financeiro, Orientação e Fiscalização e Formação Profissional)**

Maria Elizabeth Borges, Dácia Teles, Elaine Pelaez, Kelly Melatti,
Ruth Bittencourt e Adriane Tomazelli (assessora especial)

Análise, pesquisa e elaboração de textos

Professoras Ivanete Salette Boschetti (coordenadora),
Raquel Raichelis Degenszajn e Rosa Lúcia Prédes Trindade

Coleta e tratamento de dados

Implanta / Suzart & Mieto estatísticos Ltda

Revisão e finalização

Assessoria de comunicação CFESS - Diogo Adjuto e Rafael Werkema

Projeto gráfico, diagramação, infografia e capa

Marcos Pereira (Feeling Propaganda) / colaborou Rafael Werkema

ISBN

978-65-86322-15-6

Nosso endereço

Setor Hoteleiro Sul (SHS) Quadra 6 - Bloco E - Complexo Brasil 21 - 20º andar

CEP: 70322-915 - Brasília - DF

Contatos

(61) 3223-1652 / cfess@cfess.org.br / www.cfess.org.br

GESTÕES CFESS ENVOLVIDAS NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Gestão Que nossas vozes ecoem vida-liberdade (2023-2026)

Presidenta: Kelly Rodrigues Melatti (SP)
Vice-presidenta: Marciângela Gonçalves (AL)
1ª Secretária: Emily Marques (ES)
2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)
1º Tesoureiro: Agnaldo Engel Knevez (RS)
2º Tesoureira: Larissa Gentil Lima (MT)

Conselho Fiscal

Jussara de Lima Ferreira (RJ)
Angelita Rangel Ferreira (MG)
Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

Suplentes

Rafaella da Câmara Lobão Barroso (DF)
Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)
Mirla Cisne Álvaro (RN)
Karen Albini (PR)
Sandra Maria Amorim da Rocha (AC)
Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)
Adriana Soares Dutra (RJ)
Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)

Presidenta: Maria Elizabeth Borges (BA)
Vice-presidenta: Maria Rocha (PA)
1ª Secretária: Dácia Teles (RJ)
2ª Secretária: Carla Alexandra Pereira (MG)
1ª Tesoureira: Kelly Melatti (SP)
2ª Tesoureira: Francieli Borsato (MS)

Conselho Fiscal

Lylia Rojas (AL)
Priscilla Cordeiro (PE)
Alessandra Dias (AP)

Suplentes

Elaine Pelaez (RJ)
Mauricleia Soares (SP)
Agnaldo Knevez (RS)
Dilma Franclin (BA)
Emily Marques (ES)
Ruth Bittencourt (CE)
Eunice Damasceno (MA)
Kênia Augusta Figueiredo (DF)

Gestão É de batalhas que se vive a vida (2017-2020)

Presidente: Josiane Soares Santos (SE)
Vice-presidente: Daniela Neves (RN)
1ª Secretária: Tânia Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª Secretária: Daniela Möller (PR)
1ª Tesoureira: Cheila Queiroz (BA)
2ª Tesoureira: Elaine Pelaez (RJ)

Conselho Fiscal

Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA)
Francieli Piva Borsato (MS)
Mariana Furtado Arantes (MG)

Suplentes

Solange da Silva Moreira (RJ)
Daniela Castilho (PA)
Régia Prado (CE)
Magali Régis Franz (SC)
Lylia Rojas (AL)
Mauricleia Santos (SP)
Joseane Couri (DF)
Neimy Batista da Silva (GO)
Jane de Souza Nagaoka (AM)

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

Presidente: Maurílio Castro de Matos (RJ)
Vice-presidente: Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª Secretária: Tânia Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª Secretária: Daniela Castilho (PA)
1ª Tesoureira: Sandra Teixeira (DF)
2ª Tesoureira: Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

Conselho Fiscal

Juliana Iglesias Melim (ES)
Daniela Neves (DF)
Valéria Coelho (AL)


Suplentes


Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
Josiane Soares Santos (SE)
Erlenias Sobral do Vale (CE)
Marlene Merisse (SP)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)
Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
Solange da Silva Moreira (RJ)

GT Recadastramento: Maurílio Matos, Esther Lemos, Josiane Soares, Sandra Teixeira, Tânia Diniz e Adriane Tomazelli (assessora especial)



SUMÁRIO INTERATIVO

 clique sobre o título para navegar até o capítulo de interesse

 clique na seta (no canto da página) para retornar ao sumário

Apresentação	09
1. Introdução.....	11
1.1 Notas Metodológicas.....	12
1.2 Local de Residência e Trabalho.....	18
2. Elementos do perfil e composição familiar dos/as participantes.....	23
2.1. Pertença Étnico-Racial	23
2.2. Vínculo Religioso	25
2.3. Faixa Etária	26
3. Formação Profissional por Tipo, Modalidade, Rendimento e Pertença Étnico-Racial	33
3.1. Tendências da Formação Graduada e Pós-Graduada.....	33
3.2. Alguns Dados Sobre Titulação em Curso de Pós-Graduação.....	44
4. Espaços Sócio-Ocupacionais e Relações de Trabalho de Assistentes Sociais	49
4.1 Espaço Sócio-Ocupacional em que Atuam Assistentes Sociais	49
4.2 Relações de Trabalho de Assistentes Sociais.....	57

5. Adoecimento em Decorrência do Trabalho: Tendências e Implicações.....	77
6. Características do Trabalho de Assistentes Sociais: Atribuições e Instrumental Técnico-Operativo.....	85
7. Relação de Assistentes Sociais com Entidades da Categoria	91
7.1 Acesso à Página do CFESS	91
7.2 Utilização de Normativas Legais no Trabalho Profissional	96
7.3 Participação em Atividades Organizadas pelas Entidades da Categoria	100
7.4 Inadimplência e (Não) Atuação Como Assistente Social	110
8. Participação Política e Representação Profissional: Desafios da Organização Coletiva	115
8.1 Filiação a Partidos Políticos e Sindicatos	115
8.2 Militância em Movimentos Sociais.....	116
8.3 Participação em Conselhos de Defesa de Direitos.....	118
9. Considerações Finais.....	123



APRESENTAÇÃO

A gestão do CFESS *Que nossas vozes ecoem vida-liberdade* (2023-2026) tem a honra de apresentar à categoria profissional e à sociedade o **Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais – Fase 2: Dados da Pesquisa Facultativa** – coletados no período de 2016 a 2019.

Esse relatório¹ complementa os resultados divulgados na fase 1 da mesma pesquisa, publicada em 2022, que registrou os dados do cadastramento. O relatório da fase 1 pode ser acessado no site do CFESS.

O material aqui apresentado, organizado pelo mesmo grupo de pesquisadoras do primeiro relatório, a quem agradecemos muito, é fruto de um esforço coletivo, marcado por várias gestões do CFESS, que se empenharam para vencer os desafios de cada etapa – desde a elaboração do instrumental, em 2014/2015, até a publicação final desse relatório, em 2023.

Nos resultados da fase 1, pudemos conhecer a categoria em números, enfatizando quem são as/os assistentes sociais do Brasil, onde exercem o trabalho profissional, quais suas condições de trabalho e de formação profissional. Na fase 2, como continuidade e complementação desse processo, poderemos refletir sobre como se dão essas condições de vida e de trabalho, ampliando horizontes para os aspectos que envolvem participação e organização política.

Longe de generalizações, os resultados aqui sistematizados nos indagam sobre a profissão e devem servir de inspiração para a atitude de pesquisa, necessária para o permanente avanço das pesquisas e das análises sobre “quem somos”.

¹ O relatório final foi entregue pelo grupo de pesquisadoras em abril/2023 na gestão *Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social* (2020-2023), à qual manifestamos todos os créditos pelo acompanhamento de tal ação. Em razão da transição de gestão, necessitou de apreciação, revisão, diagramação e demais trâmites, sendo possível a publicação ao final de 2023.

O CFESS o apresenta à categoria e a toda a sociedade e reitera o desejo de uma ótima leitura, esperando que esse relatório possa ser subsídio para as ações de orientação e fiscalização no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS, que possa contribuir com pesquisas em andamento, que impulse a construção de planos de trabalho e de reivindicações no contexto das políticas sociais e, ainda, que suscite inquietações e reflexões sobre o que é ser assistente social no Brasil hoje.

Boa leitura!

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Gestão Que nossas vozes ecoem vida-liberdade (2023-2026)

1. INTRODUÇÃO: NOTAS METODOLÓGICAS E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS/AS PARTICIPANTES

*(...) Mas agora quero ver se consigo prender
o que me aconteceu usando palavras.
Ao usá-las, estarei destruindo um pouco
o que senti – mas é fatal.*

*(...) Quero também te dizer que, depois da
liberdade do estado de graça,
também acontece a liberdade da imaginação.*

Clarice Lispector, *Água viva* (1998:89-90)

As informações e análises desenvolvidas ao longo desse documento resultam da pesquisa realizada pelo Conjunto CFESS-CRESS simultaneamente ao desenvolvimento da Pesquisa “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional”, publicada pelo CFESS em setembro de 2022¹, com base no recadastramento nacional da categoria, encerrado em 2019². Os dados aqui apresentados foram recolhidos durante o mesmo processo de recadastramento, mas em um link de acesso próprio, divulgado junto ao link do recadastramen-

¹ Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

² O recadastramento iniciou em dezembro de 2016 e encerrou em dezembro de 2019. Nos dois primeiros anos, foi compulsório, mas teve uma interrupção na coleta entre 26/7/2017 e 5/11/2018, devido a problemas técnico-operacionais explicitados pelo CFESS na apresentação do Relatório do Perfil, indicado na nota nº 1. Em 2019 deixou de ser obrigatório.

to, mas disponível em separado³. Um total de 9.442 assistentes sociais⁴ respondeu voluntariamente ao que foi denominado como “pesquisa complementar facultativa”. Não se trata, contudo, estritamente de uma pesquisa “complementar” ao recadastramento, pelas explicações metodológicas apresentadas a seguir.

1.1 NOTAS METODOLÓGICAS

Pela sistemática desenvolvida à época, não é possível cotejar se as/os profissionais que responderam a essa pesquisa, são as/os mesmas/os que responderam ao recadastramento, visto que as duas pesquisas foram anônimas e não possibilitavam identificação. Hipoteticamente, é possível inferir que a maioria possa ter participado das duas pesquisas (esta e a do recadastramento), já que foram amplamente divulgadas conjuntamente e havia mobilização por parte do Conjunto CFESS-CRESS para estimular a adesão às duas pesquisas. Considerando que, em seu início, o recadastramento era obrigatório, e o CFESS disponibilizou outro link em separado para complementação dos dados obrigatórios, torna-se impossível afirmar que correspondem aos mesmos sujeitos, o que requer detalhar seu significado e caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Para efeito de dimensionamento desta pesquisa, os/as 9.442 respondentes correspondem a 21,36% do total de 44.212 assistentes sociais que participaram do recadastramento e a 5,34% da categoria com inscrição ativa na data de encerramento da pesquisa.

As questões que compuseram o universo da pesquisa aqui analisada, se por um lado acrescentam informações novas sobre o trabalho profissional e sobre a participação sociopolítica, por outro lado, trazem respostas a algumas questões (mas não todas) que também integraram o recadastramento. Diante dessa diferenciação entre as questões e o uni-

³ Cabe registrar que as decisões de suprimir a obrigatoriedade do recadastramento, dividir o questionário inicialmente elaborado e realizar duas pesquisas separadas foi exclusivamente do Conjunto CFESS-CRESS, sem participação das pesquisadoras.

⁴ Embora o sistema tenha registrado 9816 acessos ao questionário, somente 9442 assistentes sociais efetivamente responderam às questões, analisadas neste relatório. Outros 374 acessos fizeram apenas login no sistema, sem registro de nenhuma resposta e, por isso, foram descartados do cômputo final.

verso de participantes, as duas coletas precisaram ser tratadas estatística e analiticamente como pesquisas específicas. A alternativa encontrada pelas pesquisadoras e pelo GT do CFESS foi a elaboração de dois relatórios específicos. O primeiro, com as questões do recadastramento respondidas por 44.212, foi publicado pelo CFESS em 2022 e este, com as questões respondidas voluntariamente por 9.442 profissionais. As informações abordadas nos possibilitam entender ainda mais a realidade de vida e de trabalho da categoria profissional.

Tal como na pesquisa do perfil, metodologicamente, as respostas sistematizadas e analisadas nesta pesquisa constituem uma amostra aleatória simples, composta ao acaso do total do universo de assistentes sociais com inscrição ativa. Conforme explicação anterior, a adesão foi voluntária e tinha a mesma probabilidade de ser incluída na amostra de 9.442, obtida ao final da pesquisa. De acordo com os analistas estatísticos contratados pelo CFESS, este tipo de amostra caracteriza-se como probabilística, porque “todos os elementos da população apresentam uma probabilidade maior que zero para ser selecionados na amostra”.⁵

A elaboração desse relatório contou com Grupo de Trabalho (GT)⁶ composto pelas docentes Ivanete Salette Boschetti, Raquel Raichelis Degenzajn e Rosa Lúcia Prédés Trindade, que também redigiu o “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional” (CFESS, 2022), já entregue à categoria em 2022.

A participação nessa pesquisa - 5,34% do universo da categoria profissional ativa - é significativa e indica uma correspondência de mais de 20% em relação ao total de assistentes sociais recadastradas/os. Também possui uma representação homogênea nos estados e regiões do Brasil, possibilitando apontar tendências nacionais, conforme mostra a tabela 1. Pode-se, portanto, afirmar a relevância das informações prestadas, para compreender importantes particularidades da categoria de assistentes sociais no Brasil e podem auxiliar a atuação do Conjunto CFESS-CRESS em sua Política Nacional de Fiscalização, além de oferecer aos/às profissionais elementos preciosos para entender (e se reconhecer na) sua profissão.

⁵ Cf. explicação metodológica dos estatísticos Diogo Picco – CONRE-DF 9693 e Fioravante Mietto – CONRE-DF 8024, já apresentada na introdução ao Relatório do Perfil, CFESS, 2022, pgs 16-17.

⁶ Conforme registrado no Relatório do Perfil, a professora Ivete Simionatto participou da elaboração do questionário, mas não pôde continuar no processo de análise dos dados e elaboração dos dois relatórios. A professora Joaquina Barata Teixeira participou da elaboração do primeiro relatório, mas declinou voluntariamente de participar na análise e elaboração deste relatório, por motivos de saúde.

Tabela 1. Participantes por UF em relação aos/às inscritos/as ativos/as em 2019 e participantes do recadastramento (continua)

Região	UF/CRESS	Inscritas/os Ativas/os em 2019			Participantes Recadastramento		Participantes nesta Pesquisa			
		Total por Estado	% em relação ao TOTAL da Região	% em relação ao TOTAL do Brasil	Total	% em relação ao TOTAL do Estado	Total	% em relação ao Estado	% em Relação à Região	% em Relação às/ aos Recadastrados/os
Norte	Acre CRESS 1ª Região	1.375	6,70%	0,80%	223	16,21%	50	3,64%	0,24%	22,42%
	Amapá CRESS 24ª Região	675	3,30%	0,40%	294	43,55%	49	7,26%	0,24%	16,67%
	Amazonas CRESS 15ª Região	5.955	28,80%	3,40%	1.216	20,42%	251	4,21%	1,21%	20,64%
	Pará CRESS 1ª Região	7.925	38,30%	4,50%	1.914	24,15%	385	4,86%	1,86%	20,11%
	Rondônia CRESS 23ª Região	1.645	8,00%	0,90%	410	24,92%	100	6,08%	0,48%	24,39%
	Roraima CRESS 27ª Região*	725	3,50%	0,40%	-	-	44	6,07%	0,21%	-
	Tocantins CRESS 25ª Região	2.372	11,50%	1,30%	416	17,53%	114	4,81%	0,55%	27,40%
SUBTOTAL Região Norte		20.672	100%	12%	4.473	21,64%	993	4,80%	4,80%	22,20%
Nordeste	Alagoas CRESS 16ª Região	3.703	7,00%	2,10%	1.192	32,19%	218	5,89%	0,41%	18,29%
	Bahia CRESS 5ª Região	13.968	26,30%	7,90%	3.303	23,64%	714	5,11%	1,35%	21,62%
	Ceará CRESS 3ª Região	7.923	14,90%	4,50%	1.794	22,64%	446	5,63%	0,84%	24,86%
	Maranhão CRESS 2ª Região	5.508	10,40%	3,10%	1.458	26,47%	12	0,22%	0,02%	0,82%
	Paraíba CRESS 13ª Região	4.868	9,20%	2,80%	1.047	21,50%	185	3,80%	0,35%	17,67%
	Pernambuco CRESS 4ª Região	6.821	12,90%	3,90%	1.680	24,62%	389	5,70%	0,73%	23,15%
	Piauí CRESS 22ª Região	3.402	6,40%	1,90%	514	15,11%	111	3,26%	0,21%	21,60%
	Rio Grande do Norte CRESS 14ª Região	4.325	8,20%	2,50%	1.165	26,93%	277	6,40%	0,52%	23,78%
	Sergipe CRESS 18ª Região	2.496	4,70%	1,40%	324	12,98%	6	0,24%	0,01%	1,85%
SUBTOTAL Região Nordeste		53.014	100%	30%	12.477	23,53%	2.358	4,45%	4,45%	18,90%

Tabela 1. Participantes por UF em relação aos/às inscritos/as ativos/as em 2019 e participantes do recadastramento (conclusão)

Região	UF/CRESS	Inscritas/os Ativas/os em 2019			Participantes Recadastramento		Participantes nesta Pesquisa			
		Total por Estado	% em relação ao TOTAL da Região	% em relação ao TOTAL do Brasil	Total	% em relação ao TOTAL do Estado	Total	% em relação ao Estado	% em Relação à Região	% em Relação às/ aos Recadastradas/os
Centro-Oeste	Distrito Federal CRESS 8ª Região	2.313	18,80%	1,30%	692	29,91%	156	6,74%	1,27%	22,54%
	Goiás CRESS 19ª Região	3.878	31,60%	2,20%	928	23,92%	227	5,85%	1,85%	24,46%
	Mato Grosso CRESS 20ª Região	3.237	26,40%	1,80%	434	13,40%	141	4,36%	1,15%	32,49%
	Mato Grosso do Sul CRESS 21ª Região	2.855	23,20%	1,60%	652	22,83%	189	6,62%	1,54%	28,99%
SUBTOTAL Região Centro-Oeste		12.283	100,00%	7,00%	2.706	22,03%	713	5,80%	5,80%	26,35%
Sudeste	Espírito Santo CRESS 17ª Região	4.342	6%	2%	817	18,81%	212	4,88%	0,30%	25,95%
	Minas Gerais CRESS 6ª Região	15.516	22%	9%	4.176	26,91%	975	6,28%	1,40%	23,35%
	Rio de Janeiro CRESS 7ª Região	16.850	24%	10%	3.890	23,08%	709	4,21%	1,02%	18,23%
	São Paulo CRESS 9ª Região	32.924	47%	19%	9.065	27,53%	1.768	5,37%	2,54%	19,50%
SUBTOTAL Região Sudeste		69.632	100%	39%	17.948	25,77%	3.664	5,26%	5,26%	20,41%
Sul	Paraná CRESS 11ª Região	7.703	36,80%	4,40%	1.992	25,86%	657	8,53%	3,14%	32,98%
	Rio Grande do Sul CRESS 10ª Região	8.212	39,20%	4,70%	2.449	29,82%	579	7,05%	2,77%	23,64%
	Santa Catarina CRESS 12ª Região	5.008	23,90%	2,80%	2.167	43,27%	478	9,54%	2,28%	22,06%
SUBTOTAL Região Sul		20.923	100%	12%	6.608	31,58%	1.714	8,19%	8,19%	25,94%
TOTAL GERAL		176.524		100%	44.212	25,04%	9.442	5,35%	5,35%	21,36%

* Na época do recadastramento, a base de RR era incluída na base de AM, isto porque se tratava de Seccional de base estadual – dessa forma, os dados de RECADASTRAMENTO consideraram essa base. Já no caso desta pesquisa, a pergunta era “estado em que reside” e, nesse sentido, foi possível identificar a quantidade de pessoas de Roraima que responderam à pesquisa.

Quando se observa a participação de respondentes por região e estado, em relação ao total de inscritas/os ativas/os ao final da pesquisa (176.524 assistentes sociais) verifica-se que, em três regiões, a proporção ficou acima da média de 5,34%: o Sul participou com 8,19%, o Centro-Oeste com 5,80%, e o Sudeste com 5,26%. Ao inverso, em duas regiões, essa proporção ficou abaixo: Nordeste com 4,45% e Norte com 4,80%. Do ponto de vista regional, todas apresentam representatividade acima de 4% de suas/seus profissionais inscritas/os ativas/os, sendo esta bastante considerável.

As disparidades são mais significativas entre os estados. A região sul teve a maior participação nessa pesquisa, também foi a região que assegurou maior participação no cadastramento, e é a terceira em quantitativo de assistentes sociais inscritas/os ativas/os, na seguinte ordem de respondentes entre os estados: SC (9,54%), RS (8,53%) e PR (7,05%), todos com 2 p.p. acima da média. No Centro-Oeste, que teve a segunda maior participação nessa pesquisa, quarto lugar na participação de suas/seus profissionais no cadastramento, e menor região de inscritas/os ativas/os, foi o Distrito Federal que garantiu o maior percentual, de 6,74%, seguido pelo Mato Grosso do Sul com 6,62%, Goiás com 5,85% e Mato Grosso com 4,36%, o único abaixo da média. Na região sudeste, com terceira participação nesta pesquisa, segunda presença no cadastramento e primeira de inscritas/os ativas/os, foi MG que apresentou maior proporção, com 6,28%, seguido por SP com 5,37%, e na sequência, os dois com participação abaixo da média, ES com 4,88% e RJ com 4,21%. As outras duas regiões ficaram com representação abaixo da média. No Nordeste, região com quarta presença nessa pesquisa, terceira no cadastramento e segunda de inscritas/os ativas/os, cinco estados apresentam proporção acima de 5%: RN com 6,40%, AL com 5,89%, PE com 7,70%, CE com 5,63% e BA com 5,11%; os outros quatro ficaram abaixo de 5%: PB com 3,80%, PI com 3,26%, SE com 0,24% e MA com 0,22%. Por fim, a região norte foi a que assegurou a menor participação de suas/seus profissionais nessa pesquisa. Os três estados acima da média foram o AP, com 7,26%, RO com 6,08%, RR com 6,07%. Os outros quatro que ficaram abaixo da média foram PA, com 4,86%, TO com 4,81%, AM com 4,21% e AC com 3,64%. Estes dados mostram que o estado brasileiro em que ocorreu maior participação proporcional de

suas/seus profissionais inscritas/os ativas/os foi SC, com 9,54%, e o estado com menor participação foi MA, com 0,22%.

Sob outro ângulo de análise, a proporção em relação às/aos participantes no cadastramento indica que, apenas na região nordeste, a participação foi inferior a 20% daquelas/es que se cadastraram, resultado impulsionado sobretudo pelos estados do Maranhão e Sergipe, que tiveram a insignificante participação respectiva de 0,82% e 1,85% entre as/os profissionais cadastradas/os. Outros cinco estados tiveram participação entre 16% e 19%. Nos demais, a participação foi superior a 20%. Por ordem de participação das regiões, tem-se Centro-Oeste com 26,35%, Sul com 25,94%, Norte com 22,20%, Sudeste com 20,41% e Nordeste com 18,90%. Esse resultado não acompanha o mesmo percentual de participação regional no cadastramento, cujos percentuais em relação ao total de cadastradas/os no Brasil foram: Sudeste (40,60%), Nordeste (28,22%), Sul (14,95%), Norte (10,12%), Centro-Oeste (6,72%) (cf. tabela 1, pgs 17-18 do Relatório do Perfil). Isso indica que, em relação ao total de profissionais com inscrição ativa que realizou seu credenciamento, as regiões sudeste, nordeste e sul participaram mais ativamente; contudo, foi nas regiões centro-oeste, sul e norte que se observou maior incidência de respostas nesta pesquisa. Esse pode ser um elemento importante de análise para os CRESS, a fim de buscar maior aproximação com a base da categoria.

Pela ordem de participação, na região centro-oeste, o estado com participação mais ativa foi o Mato Grosso, seguido por Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Na região sul, o maior protagonista foi o Paraná, seguido pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na região norte, o Tocantins puxou a fila, seguido por Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Amapá. Lembrando que, no cadastramento, participantes de Roraima estavam incluídos/as na base do CRESS 15ª Região, pois era seccional de base estadual no momento da coleta. Na região sudeste, a maior do país e primeira em número de profissionais credenciadas/os, a participação mais significativa foi Espírito Santo, seguido por Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A região nordeste, com ótima participação no credenciamento, não manteve a mesma incidência nesta pesquisa, sendo que o estado com melhor presença foi o Ceará,

seguido pelo Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Piauí, Sergipe e Maranhão. Estes dois último foram os únicos no Brasil que apresentaram baixíssima participação (abaixo de 2%), o que precisa ser estudado pelos CRESS.

Estes dados possibilitam sintetizar algumas tendências que podem ser consideradas em pesquisas futuras: 1) em três regiões, a participação superou 5% de suas inscrições ativas, enquanto em outras duas ficou abaixo desse percentual; 2) a participação não seguiu a mesma proporção verificada no recadastramento; 3) em 20 estados a proporção de respondentes foi superior a 20% em relação ao recadastramento, enquanto em sete estados o percentual foi inferior; 4) as regiões com maior proporção de profissionais inscritas/os ativas/os – Sudeste com 39% e Nordeste com 30% - participaram com o maior número absoluto de respondentes, mas com menor proporção de respondentes em relação aos/às recadastradas/os em seus estados; 5) ao inverso, as regiões com menor proporção de profissionais com inscrição ativa – Sul com 12%, Norte com 12% e Centro-Oeste com 7%, participaram com menores quantitativos absolutos, mas com proporção mais significativa em relação aos/às recadastrados/as.

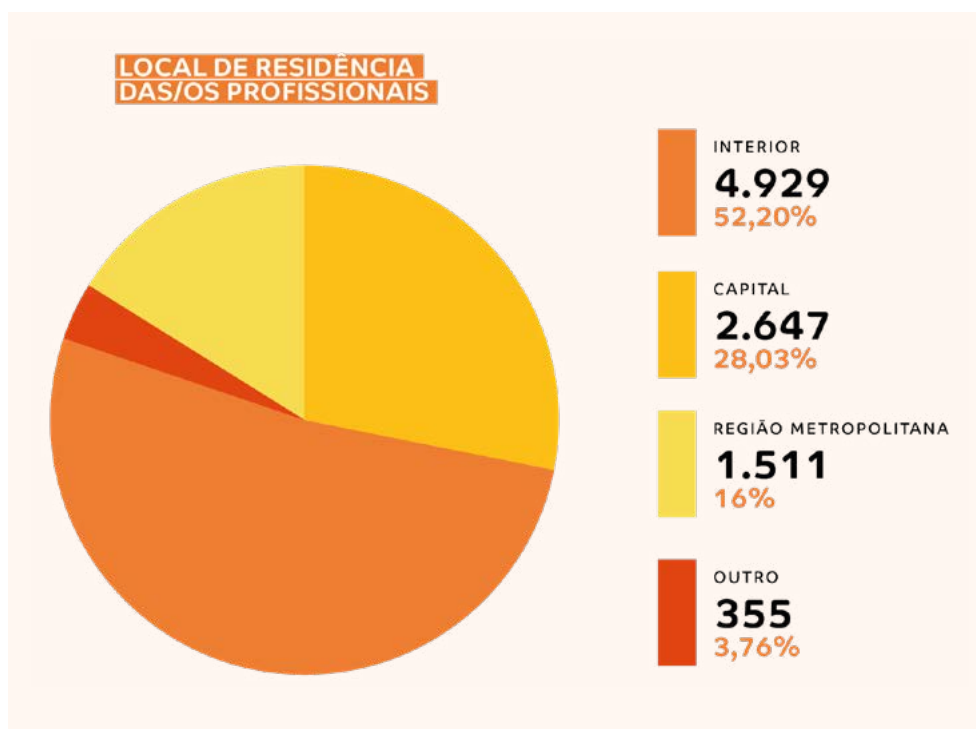
1.2 LOCAL DE RESIDÊNCIA E TRABALHO

Além do estado e região, essa pesquisa também solicitou o local de residência, com intuito de captar sua predominância geográfica e social, e revela que a maioria de respondentes indicou residir no interior (52,20%), conforme tabela seguinte.

Tabela 2. Local de residência de participantes

Local de residência	Freq	%
Capital	2.647	28,03%
Interior	4.929	52,20%
Outro	355	3,76%
Região Metropolitana	1.511	16,00%
Total	9.442	100,00%





Observa-se que menos de um terço reside na capital. Se somarmos residentes no interior e na região metropolitana, temos que 68,20% estão fora das capitais, o que pode ser explicado tanto pela ampliação de mercado de trabalho nos municípios, que incorpora 43,59% de profissionais, conforme demonstrou a pesquisa de perfil (CFESS, 2022, p. 91), como também pelo elevado custo de vida nas capitais. No detalhamento destes dados por estado, verificam-se algumas diferenças entre as regiões. A região norte possui uma distribuição equilibrada, com 44,11% nas capitais e 43,20% no interior; na região nordeste, há larga predominância de residentes no interior, com 55,73%, e somente 29,73% nas capitais, o que se explica pelo elevado número de municípios da região. A região centro-oeste também se revela equilibrada, com 44,18% na capital e 44,88% nos municípios. A região sudeste, que concentra o maior número de municípios e de assistentes sociais inscritos/as ativos/as, também segue a tendência de acentuada concentração no interior, com 50,35%, e nas capitais, com 24,84%. A região sul apresenta o maior percentual de profissionais no interior, com 59,57% nos municípios do interior e 16,51% nas 3 capitais. Esses dados expõem os desafios dos CRESS para implementar a Política Nacional de Fiscalização e garantir participação profissional em suas atividades, o que requer forte estratégia de interiorização. A tabela 3 detalha esses dados.

Tabela 3. Local de residência por estado e localização

Estado	Capital		Interior		Região Metropolitana		Outro		Total
Acre – AC	32	64,00%	17	34,00%	1	2,00%	0	0,00%	50
Amapá – AP	37	76%	7	14%	2	4,08%	3	6,12%	49
Amazonas – AM	164	65%	66	26%	20	7,97%	1	0,40%	251
Pará – PA	97	25%	198	51%	75	19,48%	15	3,90%	385
Rondônia – RO	28	28%	70	70%	1	1,00%	1	1,00%	100
Roraima – RR	38	86%	6	14%	0	0,00%	0	0,00%	44
Tocantins – TO	42	37%	65	57%	4	3,51%	3	2,63%	114
REGIÃO NORTE	438	44,11%	429	43,20%	103	10,37%	23	2,32%	993
Alagoas – AL	94	43,12%	103	47,25%	21	9,63%	0	0,00%	218
Bahia – BA	150	21,01%	485	67,93%	71	9,94%	8	1,12%	714
Ceará – CE	148	33,18%	237	53,14%	56	12,56%	5	1,12%	446
Maranhão – MA	1	8,33%	7	58,33%	2	16,67%	2	16,67%	12
Paraíba – PB	66	35,68%	109	58,92%	7	3,78%	3	1,62%	185
Pernambuco - PE	93	23,91%	174	44,73%	115	29,56%	7	1,80%	389
Piauí - PI	50	45,05%	54	48,65%	4	3,60%	3	2,70%	111
Rio Grande do Norte – RN	98	35,38%	141	50,90%	36	13,00%	2	0,72%	277
Sergipe - SE	1	16,67%	4	66,67%	1	16,67%	0	0,00%	6
REGIÃO NORDESTE	701	29,73%	1.314	55,73%	313	13,27%	30	1,27%	2.358
Distrito Federal - DF	120	76,92%	2	1,28%	23	14,74%	11	7,05%	156
Goiás - GO	73	32,16%	124	54,63%	27	11,89%	3	1,32%	227
Mato Grosso - MT	37	26,24%	96	68,09%	5	3,55%	3	2,13%	141
Mato Grosso do Sul – MS	85	44,97%	98	51,85%	1	0,53%	5	2,65%	189
REGIÃO CENTRO-OESTE	315	44,18%	320	44,88%	56	7,85%	22	3,09%	713
Espírito Santo - ES	44	20,75%	87	41,04%	75	35,38%	6	2,83%	212
Minas Gerais - MG	138	14,15%	672	68,92%	145	14,87%	20	2,05%	975
Rio de Janeiro - RJ	256	36,11%	199	28,07%	213	30,04%	41	5,78%	709
São Paulo - SP	472	26,70%	887	50,17%	349	19,74%	60	3,39%	1.768
REGIÃO SUDESTE	910	24,84%	1.845	50,35%	782	21,34%	127	3,47%	3.664
Paraná - PR	106	16,13%	438	66,67%	74	11,26%	39	5,94%	657
Rio Grande do Sul - RS	109	18,83%	349	60,28%	98	16,93%	23	3,97%	579
Santa Catarina - SC	68	14,23%	234	48,95%	85	17,78%	91	19,04%	478
REGIÃO SUL	283	16,51%	1.021	59,57%	257	14,99%	153	8,93%	1.714
TOTAL	2.647	28,03%	4.929	52,20%	1.511	16,00%	355	3,76%	9.442

Obs.: o percentual foi calculado levando em conta o total de respondente do estado em relação ao local de moradia. Exemplo: do total de respondentes do Paraná, 66,67% informam residir no interior.

Quando se observa o local de residência pelo ângulo do espaço sócio-ocupacional, constata-se que, em percentual decrescente, as políticas sociais que congregam mais de 50% de profissionais em municípios do interior do país são: agrária (61,11%); assistência social (60,92%), previdência social (58,50%), educação (50,82%). Nas demais, a concentração de profissionais está na capital e/ou região metropolitana, conforme detalhamento seguinte:

Tabela 4. Local de residência por espaço sócio-ocupacional

Espaço sócio-ocupacional	Capital		Interior		Região Metropolitana		Outro	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Assistência social	745	19,01%	2.388	60,92%	623	15,89%	164	4,18%
Saúde	599	33,45%	831	46,40%	290	16,19%	71	3,96%
Educação	183	33,46%	278	50,82%	66	12,07%	20	3,66%
Campo sociojurídico	177	37,42%	223	47,15%	59	12,47%	14	2,96%
Docência em Serviço Social	79	48,77%	56	34,57%	21	12,96%	6	3,70%
Habitação	52	33,12%	63	40,13%	34	21,66%	8	5,10%
Previdência social	36	24,49%	86	58,50%	21	14,29%	4	2,72%
Recursos Humanos	56	46,28%	38	31,40%	23	19,01%	4	3,31%
Direitos Humanos	32	48,48%	21	31,82%	12	18,18%	1	1,52%
Trabalho	15	44,12%	9	26,47%	10	29,41%	0	0,00%
Meio ambiente	15	57,69%	5	19,23%	6	23,08%	0	0,00%
Cultura	9	69,23%	3	23,08%	1	7,69%	0	0,00%
Agrária	4	22,22%	11	61,11%	2	11,11%	1	5,56%
Transportes	0	0,00%	0	0,00%	1	100,00%	0	0,00%
OUTRO(S)	137	34,51%	183	46,10%	68	17,13%	9	2,27%
Total	2.139	27,17%	4.195	53,28%	1.237	15,71%	302	3,84%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondentes de cada espaço sócio-ocupacional em relação ao local de moradia. Exemplo: do total de respondentes que atuam na assistência social, 19,01% informam residir na capital.

A distribuição regional e estadual bastante homogênea, com poucos desvios, conforme apontado anteriormente, possibilita sugerir uma predominância nacional das condições reveladas.



2. ELEMENTOS DO PERFIL E COMPOSIÇÃO FAMILIAR DOS/AS PARTICIPANTES

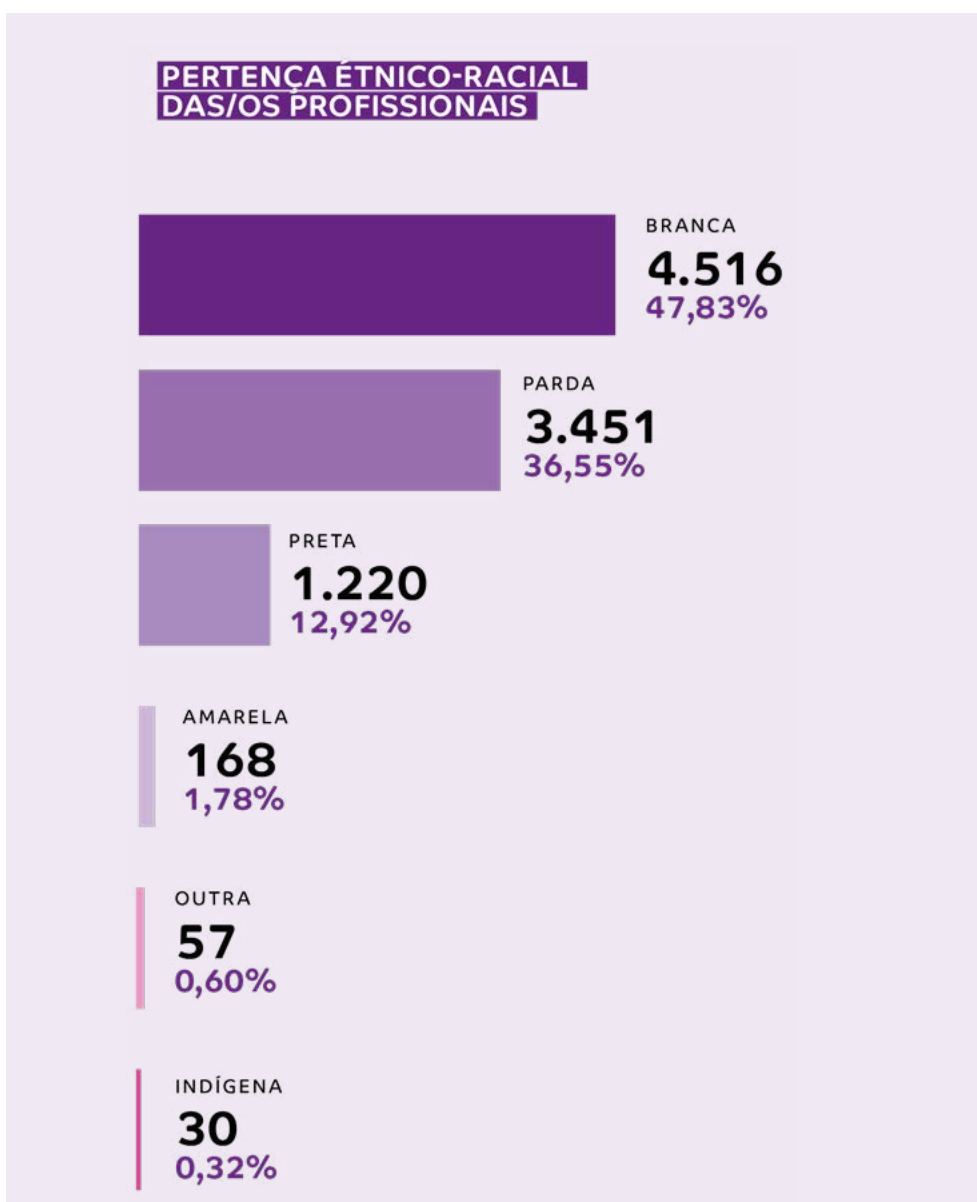
Os itens seguintes apontam alguns elementos reveladores de quem são as/os assistentes sociais que participaram dessa pesquisa. Do ponto de vista de rigor metodológico, não é possível comparar com os dados da pesquisa do recadastramento. Primeiro, porque o recadastramento contou com 44.212 respondentes e essa registrou 9.442; segundo, porque essa pesquisa repetiu apenas algumas questões do recadastramento e terceiro, porque incluiu novas questões, não constantes no questionário do recadastramento. Contudo, esse relatório reafirma a tendência de sermos uma profissão majoritariamente de gênero feminino, com crescimento do gênero masculino e maior visibilidade de outras expressões de gênero; com pertença étnico-racial majoritariamente branca e parda. Também predomina entre as/os profissionais a prática da religião católica, com crescimento da evangélica e crescimento das/os que não professam religião.

2.1 PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL

Em relação à pertença étnico-racial, a questão foi apresentada nos dois questionários. No recadastramento (44.212 respondentes), brancas/os correspondem a 46,98%, pardas 37,58%, pretas a 12,76% e amarelas, indígenas e outras somam 2,68% (cf. CFESS, 2022, p. 32). Nesta pesquisa, as respostas diferem pouco e reiteram a predominância branca, parda e preta, conforme mostra a tabela seguinte.

Tabela 5. Pertença étnico-racial

Pertença étnico-racial	Freq	%
Branca	4.516	47,83%
Parda	3.451	36,55%
Preta	1.220	12,92%
Amarela	168	1,78%
Indígena	30	0,32%
Outra	57	0,60%
Total	9.442	100,00%



2.2 VÍNCULO RELIGIOSO

O vínculo religioso também foi solicitado nos dois questionários. No cadastramento, prevalece a religião católica (49,65%), seguida pela evangélica (21,61%), espírita (9,33), e outras (6,99%). Também é significativo o percentual de quem declarou nenhuma religião (12,42%) (Cf. CFESS, 2022, págs. 38-40).

A mesma tendência revela-se nesta pesquisa, conforme tabela seguinte.

Tabela 6. Vínculo religioso (continua)

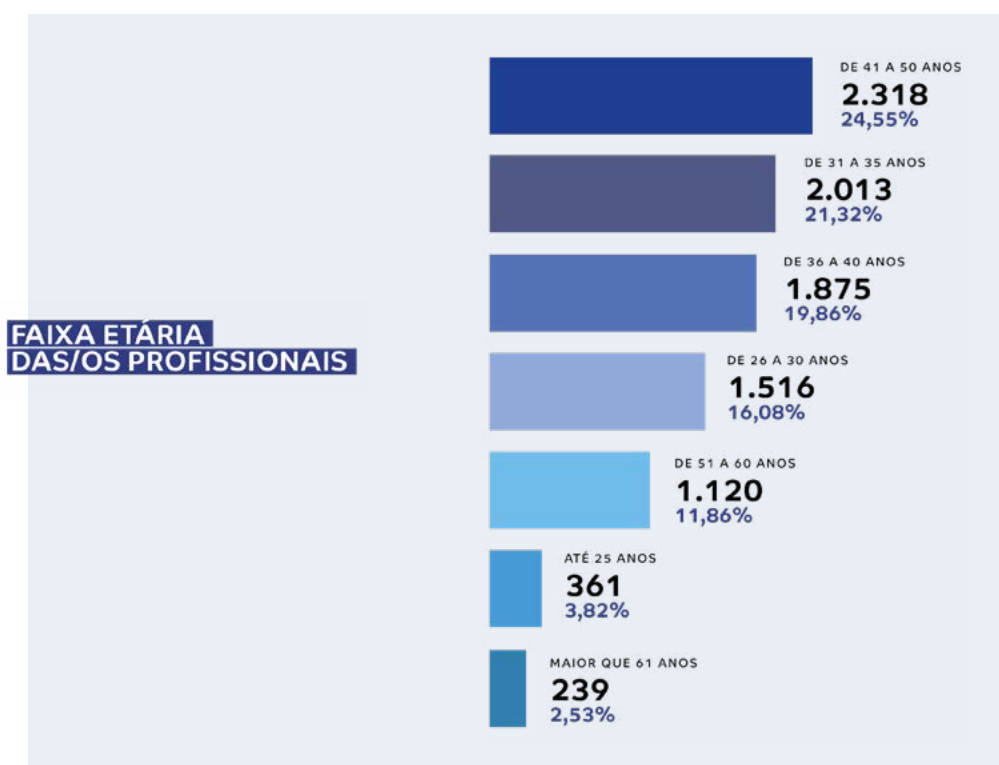
Religião	Freq	%
Católica	4.699	49,76%
Católica Romano	4.573	48,43%
Católica Ortodoxo	126	1,33%
Evangélica	1898	20,10
Evangélica	1.590	16,84%
Evangélica Pentecostal	308	3,26%
Nenhuma	1.249	13,23%
Espírita	954	10,10%
Outra	357	3,78%
Umbanda	118	1,25%
Candomblé	65	0,69%
Testemunha de Jeová	41	0,43%
Budista	36	0,38%
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	15	0,16%
Tradições Indígenas	4	0,04%
Judaica	4	0,04%
Ortodoxa	2	0,02%
Total	9.442	100,00%

2.3 FAIXA ETÁRIA

A faixa etária foi incluída nesta pesquisa e não constou no recadastramento, revelando que aproximadamente $\frac{1}{4}$ das/os respondentes possui entre 41 e 50 anos, ou seja, pode indicar uma predominância de profissionais que, provavelmente, possuem maior tempo de exercício profissional, conforme consta na tabela seguinte.

Tabela 7. Faixa etária

Intervalo	Freq	%
Até 25 anos	361	3,82%
De 26 a 30 anos	1.516	16,06%
De 31 a 35 anos	2.013	21,32%
De 36 a 40 anos	1.875	19,86%
De 41 a 50 anos	2.318	24,55%
De 51 a 60 anos	1.120	11,86%
Maior que 61 anos	239	2,53%
Total	9.442	100,00%



É reduzido o número de jovens profissionais que participou dessa fase da pesquisa. Respondentes com idade até 30 anos somam apenas 19,88%. A maioria (80,12%) estava acima dos 31 anos ao responder a pesquisa, e entre estes, maior concentração entre 31 e 50 anos (65,73%), o que sugere maior interesse de profissionais mais experientes na participação voluntária da pesquisa.

Talvez o predomínio dessa faixa etária também seja determinante de outro dado, indicando que 54,51% de respondentes possuem filhos/as, com predomínio de quem possui até dois/duas, como mostra a tabela seguinte.

Tabela 8. Número de filhos/as

Número de filhos/as	Freq	%
Um/a	2.464	26,10%
Dois/duas	1.966	20,82%
Três	573	6,07%
Quatro ou mais	144	1,53%
Nenhum/a	4.295	45,49%
Total	9.442	100,00%

É bastante significativo o percentual de quem declarou não possuir nenhum/a filho/a, o que corresponde a quase metade (45,49%) das 9.442 pessoas, e coaduna com pesquisas que mostram a queda na taxa de fecundidade, conforme aponta o Relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) “Fecundidade e Dinâmica da População Brasileira”¹. Segundo o relatório, a média de filhos/as no Brasil caiu para 1,7 filho/a por mulher, com queda muito mais acentuada entre as mulheres pobres e as mulheres negras, na comparação entre 2001 e 2015. O relatório também aponta que mulheres com mais anos de estudo e progressão profissional têm cada vez menos filhos/as. A coexistência de desemprego, fortes desigualdades de gênero e inexistência de serviços públicos dedicados aos

¹ Disponível em https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop_brasil_web.pdf Acesso em 13 de setembro de 2022.

cuidados de crianças sobrecarrega enormemente a responsabilidade das mulheres na garantia da reprodução social.

A tabela seguinte revela essa tendência também no Serviço Social, já que o maior percentual (46,06%) respondeu não ter filhos/as, e 26,50% declararam ter somente um/a filho/a, seguido por 20,63% de profissionais, que possuem 2 filhos/as. O percentual de quem declarou não ter filhos/as é relativamente semelhante em todas as faixas de rendimento, apontando que a renda talvez não seja o determinante desta condição. Entre quem declarou ter filhos/as, em todas as faixas de rendimento, predomina um percentual superior de quem indicou ter apenas 1 filho/a, seguindo a tendência nacional já apontada. Apenas para quem recebe acima de R\$ 15 mil, o percentual de quem tem 2 filhos/as (32,56%) é superior a quem declarou ter 1 filho/a (30,23%). A predominância de 3 filhos/as fica abaixo de 10% em todas as faixas de rendimento e de 4 filhos/as é insignificante, com destaque para 4,19%, para as duas faixas abaixo de R\$ 2 mil e 7,41% para a faixa entre R\$ 13.001,00 e R\$ 15.000,00, o que pode ser constatado na tabela seguinte.

Tabela 9. Número de filhos/as por faixa salarial (continua)

Salário Bruto	Um/a filho/a		Dois/duas filhos/as		Três Filhos/as		Quatro ou mais filhos/as		Nenhum/a filho/a		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Até R\$ 1.000,00	60	23,44%	37	14,45%	23	8,98%	7	2,73%	129	50,39%	256
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	481	26,06%	367	19,88%	114	6,18%	27	1,46%	857	46,42%	1.846
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	556	25,79%	448	20,78%	106	4,92%	32	1,48%	1.014	47,03%	2.156
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	336	26,60%	256	20,27%	67	5,30%	15	1,19%	589	46,63%	1.263
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	191	25,03%	178	23,33%	42	5,50%	3	0,39%	349	45,74%	763
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	224	29,09%	147	19,09%	37	4,81%	7	0,91%	355	46,10%	770
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	129	30,50%	100	23,64%	21	4,96%	5	1,18%	168	39,72%	423
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	54	26,34%	52	25,37%	8	3,90%	1	0,49%	90	43,90%	205



Tabela 9. Número de filhos/as por faixa salarial (conclusão)

Salário Bruto	Um/a filho/a		Dois/duas filhos/as		Três Filhos/as		Quatro ou mais filhos/as		Nenhum/a filho/a		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	23	28,05%	12	14,63%	5	6,10%	3	3,66%	39	47,56%	82
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	16	29,63%	11	20,37%	4	7,41%	4	7,41%	19	35,19%	54
Mais de R\$ 15.000,00	13	30,23%	14	32,56%	4	9,30%	0	0,00%	12	27,91%	43
Total	2.083	26,50%	1.622	20,63%	431	5,48%	104	1,32%	3.621	46,06%	7.861

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada faixa do salário bruto em relação à quantidade de filhos/as. Exemplo: do total de respondentes que recebem como salário bruto mais de R\$ 15.000,00, 27,91% informam não possuir nenhum/a filho/a.

A participação da/o assistente social na reprodução financeira da família também é corroborada pelo fato de que 90,90% das/os respondentes participam da renda familiar, conforme detalhado a seguir.

Tabela 10. Participação na renda familiar

Participação na composição da renda familiar	Freq	%
Não participa	859	9,10%
Renda Complementar	3.998	42,34%
Renda Principal	2.525	26,74%
Única Renda	2.060	21,82%
Total	9.442	100,00%

Apenas 9,10% de profissionais declararam não participar na composição da renda familiar, enquanto a maioria (42,34%) participa de modo complementar, outros/as 26,74% constituem a principal renda familiar e 21,82% são responsáveis pela única renda familiar.

O detalhamento dessa participação por faixa salarial (com 7.861 respondentes), indica que a renda complementar predomina nas faixas salariais abaixo de R\$ 5 mil, e a renda principal nas faixas acima desse valor. Entre quem declarou ser responsável pela única renda familiar, o maior percentual (30,49%) se localiza na faixa de R\$ 11.001,00 até R\$ 13 mil, sendo que nas demais faixas oscila entre 24,55% e 21,48%. Entre quem declarou ter a principal renda familiar, o maior percentual (48,84%) está nos rendimentos acima de R\$ 15 mil. O maior percentual entre quem participa com renda complementar está na menor faixa de renda (até R\$ 1 mil). São dados que evidenciam a obviedade das dificuldades familiares de profissionais que recebem reduzidos salários, lembrando que estas informações se referem a 2019, quando o salário-mínimo no Brasil era de R\$ 998,00. A tabela seguinte apresenta esses dados detalhadamente.

Tabela 11. Participação na renda familiar segundo a faixa salarial (continua)

Salário Bruto	Única Renda		Renda Principal		Renda Complementar		Outra		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Até R\$ 1.000,00	55	21,48%	37	14,45%	135	52,73%	29	11,33%	256
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	394	21,34%	403	21,83%	943	51,08%	106	5,74%	1.846
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	461	21,38%	547	25,37%	1.040	48,24%	108	5,01%	2.156
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	280	22,17%	370	29,30%	561	44,42%	52	4,12%	1.263
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	169	22,15%	276	36,17%	285	37,35%	33	4,33%	763
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	189	24,55%	292	37,92%	245	31,82%	44	5,71%	770
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	103	24,35%	177	41,84%	128	30,26%	15	3,55%	423
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	49	23,90%	93	45,37%	43	20,98%	20	9,76%	205
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	25	30,49%	28	34,15%	22	26,83%	7	8,54%	82

Salário Bruto	Única Renda		Renda Principal		Renda Complementar		Outra		Total
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	13	24,07%	24	44,44%	13	24,07%	4	7,41%	54
Mais de R\$ 15.000,00	10	23,26%	21	48,84%	8	18,60%	4	9,30%	43
Total	1.748	22,24%	2.268	28,85%	3.423	43,54%	422	5,37%	7.861

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada faixa do salário bruto em relação à participação na renda familiar. Exemplo: do total de respondentes que recebem como salário bruto mais de R\$ 15.000,00, 23,26% informam ser a única renda familiar.



3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR TIPO, MODALIDADE, RENDIMENTO E PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL

O relatório sobre o perfil de assistentes sociais, publicado em 2022, indicou como principais tendências relativas à formação e titulação que a maioria (52% das 44.212 respondentes) concluiu a graduação no ensino privado lucrativo, no qual ocorreu grande expansão da modalidade EaD, especialmente no Nordeste, mas que a graduação presencial ainda é responsável por 76% de quem participou do recadastramento. Também demonstrou o importante e necessário interesse profissional no aprimoramento teórico e técnico, na busca de alguma titulação pós-graduada (mais de 80% já cursou alguma pós-graduação, especialmente especialização), embora a maioria (58%) tenha ocorrido em áreas afins ao Serviço Social.

As tendências apontadas nesta pesquisa não diferem muito das encontradas na pesquisa do recadastramento, conforme demonstrado a seguir.

3.1 TENDÊNCIAS DA FORMAÇÃO GRADUADA E PÓS-GRADUADA

Esta pesquisa foi respondida majoritariamente por quem se graduou há mais de 5 anos, reafirmando os dados já indicados na tabela de faixa etária. A maioria de participantes tem acima de 31 anos e mais de 5 anos de graduação, o que pode indicar maior interesse na participação da pesquisa entre assistentes sociais com maior experiência profissional, conforme já observado.

Tabela 12. Tempo de formação graduada

Tempo de formação graduada	Freq	%
Até 1 ano	441	4,67%
de 1 a 2 anos	641	6,79%
de 2 a 3 anos	716	7,58%
de 3 a 4 anos	725	7,68%
de 4 a 5 anos	737	7,81%
Mais de 5 anos	6.182	65,47%
Total	9.442	100,00%

Um percentual significativo de 65,47% de profissionais se graduou há mais de 5 anos. Entre as/os 3.260 assistentes sociais que se graduaram há menos de 5 anos, 38,22% (1.246) se formaram em EaD e 61,78% (2.014) se graduaram no ensino presencial. A tabela seguinte mostra que o percentual de graduados/as no ensino presencial é muito superior entre quem concluiu o curso há mais de 5 anos (86,54%) e vai se reduzindo em anos mais recentes, chegando ao menor percentual (57,25%) de 1 a 2 anos, considerando sempre a coleta desses dados finalizada em 2019. Entre concluintes no EaD, ocorre o inverso, com menor percentual (13,46%) entre concluintes há mais de 5 anos e o maior percentual (42,75%) de 1 a 2 anos. Essas informações corroboram a análise efetuada no Relatório do Perfil, sobre o incentivo estatal ao EaD ocorrido nas últimas décadas.

Tabela 13. Tempo de formação graduada por modalidade de ensino (continua)

Tempo de Formação	Presencial		Ensino a Distância (EaD)		Total
	Freq	%	Freq	%	
Até 1 ano	265	60,09%	176	39,91%	441
de 1 a 2 anos	367	57,25%	274	42,75%	641
de 2 a 3 anos	436	60,89%	280	39,11%	716
de 3 a 4 anos	472	65,10%	253	34,90%	725

Tabela 13. Tempo de formação graduada por modalidade de ensino (conclusão)

Tempo de Formação	Presencial		Ensino a Distância (EaD)		Total
de 4 a 5 anos	474	64,31%	263	35,69%	737
Mais de 5 anos	5.350	86,54%	832	13,46%	6.182
Total	7.364	77,99%	2.078	22,01%	9.442

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (tempo de formação) em relação à modalidade de ensino em que se formou. Exemplo: do total de respondentes que se formaram em até 1 ano, 39,91% se formaram em curso EaD.

Diante dos dados sobre idade, tempo de formada/o e modalidade de ensino, não se pode deixar de inferir que a proporção maior de respondentes graduadas/os no ensino presencial deve-se ao fato de terem concluído seus cursos antes do *boom* da educação à distância.

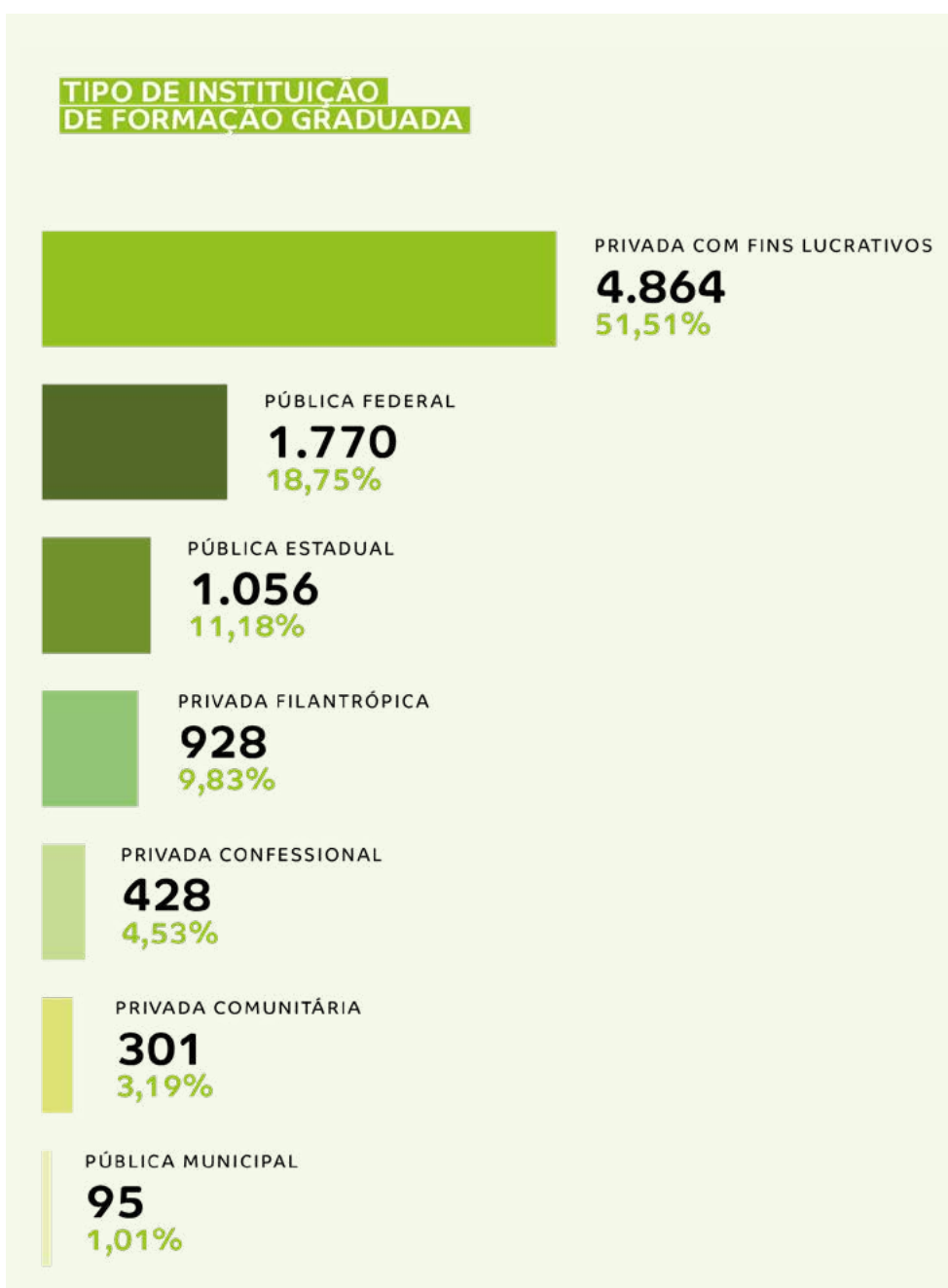
Em relação ao tipo de instituição em que se formaram, as duas pesquisas (esta e o recadastramento) demonstram a mesma tendência de predomínio da formação em instituições privadas lucrativas, seguida de longe pela formação nas instituições públicas federais. No recadastramento, as/os assistentes sociais inscritas/os ativas/os declararam ter se graduado em instituição privada com fins lucrativos (52,97%), instituição pública federal (18,63%), instituição privada filantrópica (9,59%), instituição pública estadual (8,92%), instituição privada confessional (5,01%), instituição privada comunitária (3,52%), e instituição pública municipal (1,37%). Nesta pesquisa, os percentuais são semelhantes, com pequenas variações, conforme tabela seguinte

Tabela 14. Tipo de instituição de formação graduada (continua)

Tipo de Instituição de Formação Graduada	Freq	%
Instituição Privada com fins lucrativos	4.864	51,51%
Instituição Pública Federal	1.770	18,75%
Instituição Pública Estadual	1.056	11,18%
Instituição Privada Filantrópica	928	9,83%

Tabela 14. Tipo de instituição de formação graduada (conclusão)

Tipo de Instituição de Formação Graduada	Freq	%
Instituição Privada Confessional	428	4,53%
Instituição Privada Comunitária	301	3,19%
Instituição Pública Municipal	95	1,01%
Total	9.442	100,00%



Observa-se que a soma de graduadas/os em instituições públicas chega a 30,94% (era 28,91% no cadastramento), contra 69,06% em instituições privadas (era 71,09% no cadastramento), o que reforça as análises já efetuadas sobre o desigual acesso ao ensino superior no Brasil. O cruzamento do tipo de instituição com o tempo de formação graduada acentua a tendência já apontada anteriormente, de expansão da graduação no ensino privado e à distância em anos mais recentes, e proporcional redução da participação do ensino presencial, detalhada na tabela seguinte.

Tabela 15. Tempo de formação graduada segundo o tipo de instituição

Tempo de Formação	Instituição Privada com fins lucrativos		Instituição Pública Federal		Instituição Pública Estadual		Instituição Privada Filantrópica		Instituição Privada Confessional		Instituição Privada Comunitária		Instituição Pública Municipal		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Até 1 ano	302	68,48%	57	12,93%	22	4,99%	23	5,22%	19	4,31%	13	2,95%	5	1,13%	441
De 1 a 2 anos	421	65,68%	83	12,95%	28	4,37%	52	8,11%	31	4,84%	19	2,96%	7	1,09%	641
De 2 a 3 anos	450	62,85%	112	15,64%	47	6,56%	45	6,28%	42	5,87%	16	2,23%	4	0,56%	716
De 3 a 4 anos	441	60,83%	125	17,24%	49	6,76%	41	5,66%	34	4,69%	26	3,59%	9	1,24%	725
De 4 a 5 anos	448	60,79%	102	13,84%	64	8,68%	72	9,77%	27	3,66%	17	2,31%	7	0,95%	737
Mais de 5 anos	2.802	45,33%	1.291	20,88%	846	13,68%	695	11,24%	275	4,45%	210	3,40%	63	1,02%	6.182
Total	4.864	51,51%	1.770	18,75%	1.056	11,18%	928	9,83%	428	4,53%	301	3,19%	95	1,01%	9.442

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (tempo de formação) em relação ao tipo de instituição em que se formou. Exemplo: do total de respondentes que se formaram em até 1 ano, 4,99% se formaram em instituição pública estadual.

Os dados são sinalizadores do esforço a ser feito tanto na direção de lutar pela ampliação do ensino presencial em instituições públicas, quanto do Conjunto CFESS-CRESS de construir estratégias de aproximação aos/às profissionais formados/as mais recentemente, especialmente a partir da forte expansão do EaD no Brasil. É bastante visível o aumento de percentuais graduados/as em instituições privadas lucrativas entre as/os mais jovens. Quando agregamos as respostas daquelas/es que se formaram há menos de cinco anos, em

comparação às/aos que se graduaram em período superior, por tipo de instituição, observamos que, por um lado, mantém-se aquela tendência geral de maior participação de quem se formou há mais tempo. Contudo, constatamos percentuais bem diferenciados entre os tipos de instituição. Entre as públicas, nas federais, as respondentes com mais tempo de formadas são 72,93% contra 27,06% das/os que se graduaram mais recentemente; nas públicas estaduais, o percentual é, respectivamente, de 80,11% contra 19,89%; já nas públicas municipais é um pouco menor, de 66,32% contra 33,68%. Entre as privadas, o percentual é mais aproximado nas instituições privadas lucrativas, com 57,60% daquelas/es com mais tempo de formadas/os contra 42,40%; nas privadas filantrópicas, o percentual é mais semelhante ao das públicas, com 74,90% de respondentes formadas há mais de cinco anos e 25,10% do outro grupo; nas privadas confessionais e comunitárias, o percentual é bem similar, com 64,25% contra 35,75% para as primeiras e 69,77% contra 30,23% nas segundas. Estas informações, associadas às da tabela 16, que cruzou tempo de formada/o por modalidade de ensino, nos sinalizam que as/os assistentes sociais graduadas/os em instituições públicas e nas privadas filantrópicas, comunitárias e confessionais presenciais, formadas/os há mais de cinco anos, mostraram mais interesse e disponibilidade em participar da pesquisa.

Essa afirmação também é corroborada pelo cruzamento do tipo de instituição por modalidade de graduação (presencial e à distância), expressa na tabela seguinte:

Tabela 16 . Formação por Tipo de Instituição de Ensino e Modalidade da Graduação (continua)

Tipo de Instituição de Ensino	Presencial		Ensino à Distância (EaD)		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Instituição Privada com fins lucrativos	3.191	65,60%	1.673	34,40%	4.864
Instituição Pública Federal	1.731	97,80%	39	2,20%	1.770
Instituição Pública Estadual	940	89,02%	116	10,98%	1.056
Instituição Privada Filantrópica	847	91,27%	81	8,73%	928
Instituição Privada Confessional	314	73,36%	114	26,64%	428

Tabela 17 . Formação Segundo Pertença Étnico-Racial e Modalidade do Ensino (conclusão)

Tipo de Instituição de Ensino	Presencial		Ensino à Distância (EaD)		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Instituição Privada Comunitária	261	86,71%	40	13,29%	301
Instituição Pública Municipal	80	84,21%	15	15,79%	95
Total	7.364	77,99%	2.078	22,01%	9.442

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (tipo de instituição de ensino) em relação à modalidade de ensino em que se formou. Exemplo: do total de respondentes que se formaram em instituição pública municipal, 84,21% se formaram em curso presencial.

Em todas as instituições públicas, o percentual de respondentes graduadas/os no ensino presencial é superior a 80%, com ênfase para as federais, com a quase totalidade (97,80%). Nessas instituições, o que surpreende é a existência de graduadas/os em EaD, ainda que com percentuais baixos e especialmente nas públicas municipais (15,79%). Há que confirmar esse dado e identificar quais são e em que condições estas instituições aderiram ao EaD. Nas instituições privadas, somente aquelas com fins lucrativos apresentam percentual de graduadas/os em EaD superior a 30% (34,40%); nas confessionais, filantrópicas e comunitárias, predomina formação presencial com mais de 70% das/os respondentes, o que sinaliza o compromisso dessas instituições com a formação presencial qualificada.

No recadastramento, a proporção de graduadas/os no ensino presencial era de 75,97%, enquanto no EaD (incluindo o semipresencial) era de 24,03%. Nesta pesquisa, a distância se amplia de forma positiva para o ensino presencial (77,99%), o que revela que assistentes sociais graduadas/os no ensino presencial participaram, proporcionalmente, de modo mais ativo nesta pesquisa que no recadastramento.

Sob outro ângulo de análise, esta pesquisa revelou que, entre assistentes sociais autodeclaradas/os brancas/os, que correspondem a 39,70% das 9.442 respondentes, predomina um percentual mais significativo de formadas/os no ensino presencial (83,02%), enquanto entre as/os negras(os)/pretas(os)/pardas(os), que correspondem a 36,21% das/os respondentes, esse percentual cai para 73,19%. O percentual de

graduadas/os em EaD só é mais significativo entre as/os autodeclaradas/os amarelas: 29,17% contra 70,83% em cursos presenciais, conforme detalhamento da tabela seguinte:

Tabela 17. Formação Segundo Pertença Étnico-Racial e Modalidade do Ensino (continua)

Pertença Étnico/Racial	Ensino Presencial		Ensino a Distância (EaD)		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Branca	3.749	83,02%	767	16,98%	4.516
Parda	2.420	70,12%	1.031	29,88%	3.451
Preta/Negra	999	81,89%	221	18,11%	1.220
Amarela	119	70,83%	49	29,17%	168
Indígena	25	83,33%	5	16,67%	30
Outra	52	91,23%	5	8,77%	57
Total	7.364	77,99%	2.078	22,01%	9.442

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (pertença étnico/racial) em relação à modalidade de ensino. Exemplo: do total de respondentes que se autodeclararam amarela, 70,83% cursaram ensino presencial.

Ainda na perspectiva de análise da pertença étnico-racial autodeclarada na pesquisa, mas agora considerada em relação ao tipo de instituição de formação, a tabela seguinte mostra como tendência geral que as pessoas brancas são maioria em todas as instituições (47,83%), seguidas pelas autodeclaradas pardas (36,55%), e com percentuais menores estão as pessoas pretas/negras (12,92%), e amarelas e indígenas com percentuais ínfimos de 1,78% e 0,32% respectivamente. Esses percentuais sofrem inversão quando agregamos as/os profissionais autodeclaradas/os pardas/os, pretas/os e negras/os, que passam a representar 49,47% em relação ao total, contra 47,83% de profissionais brancas/os. No detalhamento por tipo de instituição, temos os seguinte resultados, considerada essa agregação: Instituições Privadas Lucrativas: 45,91% brancas/os e 50,97% pardas(os)/pretas(os)/negras(os); Instituições Públicas Federais: 43,79% brancas/os e 50,01% pardas(os)/pretas(os)/negras(os); Instituições Públicas Estaduais: 55,49% brancas/os e 42,52% pardas(os)/pretas(os)/negras(os); Instituições Privadas Filantrópicas: 50,11% brancas e 47,63% pardas(os)/pretas(os)/

negras(os); Instituições Privadas Confessionais: 45,56% brancas e 51,87% pardas(os)/pretas(os)/negras(os); Instituições Privadas Comunitárias: 65,12% brancas e 31,89% pardas(os)/pretas(os)/negras(os); Instituições Públicas Municipais: 69,47% brancas/os e 28,42% pardas(os)/pretas(os)/negras(os). Observe-se que as pessoas pardas/pretas/negras são maioria entre assistentes sociais formadas/os em Instituições Privadas Lucrativas, Privadas Confessionais e Públicas Federais e possuem menor representação nas demais. Esse quadro, certamente, resulta da política de cotas e bolsas de estudo que, associadas, possibilitam maior acesso.

Tabela 18. Formação por Tipo de Instituição e Pertença Étnico-racial

Tipo de Instituição de Ensino	Branca		Parda		Preta/Negra		Amarela		Indígena		Outra		Total
Privada com fins lucrativos	2.233	45,91%	1.862	38,28%	617	12,69%	108	2,22%	20	0,41%	24	0,49%	4.864
Pública Federal	775	43,79%	690	38,98%	266	15,03%	20	1,13%	4	0,23%	15	0,85%	1.770
Pública Estadual	586	55,49%	355	33,62%	94	8,90%	12	1,14%	1	0,09%	8	0,76%	1.056
Privada Filantrópica	465	50,11%	292	31,47%	150	16,16%	13	1,40%	4	0,43%	4	0,43%	928
Privada Confessional	195	45,56%	164	38,32%	58	13,55%	8	1,87%	1	0,23%	2	0,47%	428
Privada Comunitária	196	65,12%	66	21,93%	30	9,97%	7	2,33%	0	0,00%	2	0,66%	301
Pública Municipal	66	69,47%	22	23,16%	5	5,26%	0	0,00%	0	0,00%	2	2,11%	95
Total	4.516	47,83%	3.451	36,55%	1.220	12,92%	168	1,78%	30	0,32%	57	0,60%	9.442

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (tipo de instituição de ensino) em relação à pertença étnico/racial. Exemplo: do total de respondentes que se formaram em instituição pública federal, 43,79% se autodeclaram branca.

Outra condição importante captada pela pesquisa se refere à relação entre remuneração e tipo de instituição de formação. Já reiteramos no Relatório do Perfil e aqui, a predominância da graduação em instituições privadas, diante da avassaladora oferta e estímulo governamental ao ensino privado presencial e à distância. Contudo, o detalhamento do

tipo de formação por rendimento revela perversa tendência de maior concentração de profissionais formados/as em instituições privadas entre quem recebe menores salários. Tomando o exemplo das instituições privadas lucrativas e das instituições públicas federais, que concentram o maior número de graduados/as, constata-se que, entre aqueles/as que recebiam até R\$ 7.000,00 no momento da coleta de dados, o percentual de formados/as nas privadas lucrativas foi acima de 30% em todas as faixas de rendimento, e se reduz nos salários mais elevados; já no caso das instituições públicas federais, ocorre o inverso, com reduzido percentual de formados/as entre os salários mais baixos e percentuais acima de 30% nos salários acima de R\$ 7.001,00, conforme detalhado na tabela seguinte:

Tabela 19. Formação por Rendimento e Tipo de Instituição de Ensino (continua)

Salário Bruto	Instituição Privada com fins lucrativos		Instituição Privada Comunitária		Instituição Privada Confessional		Instituição Privada Filantrópica		Instituição Pública Estadual		Instituição Pública Federal		Instituição Pública Municipal		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Até R\$ 1.000,00	164	64,06%	5	1,95%	21	8,20%	16	6,25%	17	6,64%	32	12,50%	1	0,39%	256
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	1.108	60,02%	42	2,28%	94	5,09%	140	7,58%	176	9,53%	267	14,46%	19	1,03%	1.846
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	1.178	54,64%	62	2,88%	78	3,62%	205	9,51%	223	10,34%	372	17,25%	38	1,76%	2.156
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	602	47,66%	60	4,75%	38	3,01%	167	13,22%	169	13,38%	216	17,10%	11	0,87%	1.263
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	329	43,12%	19	2,49%	33	4,33%	97	12,71%	94	12,32%	186	24,38%	5	0,66%	763
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	263	34,16%	34	4,42%	37	4,81%	91	11,82%	113	14,68%	220	28,57%	12	1,56%	770

Tabela 19. Formação por Rendimento e Tipo de Instituição de Ensino (conclusão)

Salário Bruto	Instituição Privada com fins lucrativos		Instituição Privada Comunitária		Instituição Privada Confessional		Instituição Privada Filantrópica		Instituição Pública Estadual		Instituição Pública Federal		Instituição Pública Municipal		Total
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	113	26,71%	17	4,02%	18	4,26%	39	9,22%	88	20,80%	146	34,52%	2	0,47%	423
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	34	16,59%	14	6,83%	15	7,32%	23	11,22%	44	21,46%	72	35,12%	3	1,46%	205
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	19	23,17%	1	1,22%	5	6,10%	3	3,66%	16	19,51%	38	46,34%	0	0,00%	82
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	12	22,22%	3	5,56%	4	7,41%	5	9,26%	11	20,37%	19	35,19%	0	0,00%	54
Mais de R\$ 15.000,00	10	23,26%	2	4,65%	2	4,65%	6	13,95%	7	16,28%	15	34,88%	1	2,33%	43
Total	3.832	48,75%	259	3,29%	345	4,39%	792	10,08%	958	12,19%	1.583	20,14%	92	1,17%	7.861

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (salário bruto) em relação ao tipo de instituição em que se formou. Exemplo: do total de respondentes que se recebem até R\$ 1.000,00, 64,06% se formou em instituição privada com fins lucrativos.

As informações apresentadas até aqui revelam algumas tendências preocupantes e que devem merecer nossa atenção: forte concentração na formação privada lucrativa; crescimento na formação em EaD, especialmente entre as/os mais jovens; maior concentração de profissionais com baixos rendimentos em graduados/as em instituições privadas lucrativas. Evidentemente, estas tendências são determinadas sobremaneira pelas condições de oferta do ensino superior no país, largamente dominada pelo ensino privado lucrativo, bem como a intensificação da precarização do trabalho e predomínio de baixos salários, que vêm se agudizando no Brasil na última década, especialmente após a crise de 2015 e assunção ao poder da extrema direita a partir de 2016.

3.2 ALGUNS DADOS SOBRE TITULAÇÃO EM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

O questionário da pesquisa incluiu perguntas sobre realização de pós-graduação e os dados revelam que, nesta pesquisa, o percentual de quem concluiu algum tipo de curso em nível pós-graduado (79,39%) é inferior ao percentual indicado no recadastramento (83,11%). É insignificante o percentual de quem declarou ter realizado residência, correspondendo a apenas 2,89% de respondentes, sendo que no recadastramento esse percentual correspondeu a 8,98%.

A pós-graduação *lato sensu* (especialização), também nessa pesquisa, aparece como mais frequente, com elevado percentual de curso realizado em outras áreas, conforme indica a tabela seguinte.

Tabela 20. Realização de Pós-graduação

Tipo de Curso Realizado	No Serviço Social	%	Em outra área	%	Ambas	%	Total
Especialização	3.085	50,99%	2.385	39,42%	580	9,59%	6.050
Mestrado Acadêmico	480	63,15%	273	35,92%	7	0,92%	760
Doutorado	132	67,69%	63	32,30%	0	-	195
Mestrado Profissional	58	35,36%	105	64,02%	1	0,60%	164
Pós-Doutorado	21	38,18%	34	61,82%	0	-	55
Total	3.776	52,27%	2.860	39,59%	588	8,14%	7.224

Entre os/as 9.442 participantes, 76,50% indicaram ter realizado um dos tipos de curso pós-graduado indicado na tabela, com larga predominância da especialização (83,74%), seguida pelo mestrado acadêmico (10,52%), doutorado (2,70%), mestrado profissional (2,27%) e pós-doutorado (0,76%). Consta-se que o pós-doutorado e o mestrado profissional foram realizados majoritariamente em outras áreas, enquanto o doutorado, o mestrado acadêmico e a especialização ocorreram em maior proporção no Serviço Social, ainda que um percentual significativo (especialmente a especialização) tenha sido concluída em outras áreas.

A pesquisa possibilitou captar a realização de algum tipo de pós-graduação por modalidade de ensino na graduação, revelada na tabela seguinte.

A primeira constatação é a predominância da especialização (pós-graduação *lato sensu*) como principal modalidade, e pouca incidência de titulação em âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado profissional, acadêmico, doutorado e pós-doutorado), que já havia aparecido na pesquisa do perfil profissional. O que a tabela apresenta de novo é a indicação de que 59,53% de formados/as em EaD buscaram qualificação profissional pós-graduada, sendo 56,93% em alguma especialização, a maioria no próprio Serviço Social. O percentual nas demais modalidades é bastante ínfimo: 1,11% realizaram mestrado profissional, 1,78% concluíram mestrado acadêmico, 0,48% realizaram doutorado e outros 0,48% pós-doutorado. Os percentuais são mais elevados entre assistentes sociais graduados/as em cursos presenciais, atingindo 80,95%. Em termos de educação continuada, mantém-se a tendência de predomínio em curso de especialização, com 66,09%, seguido pelo mestrado acadêmico com 9,82%, doutorado com 2,51%, mestrado profissional com 1,91% e pós-doutorado com 0,61%. Além da especialização, predominante nas duas modalidades, os dados sinalizam que graduadas/os em cursos presenciais buscam mais mestrado acadêmico e doutorado.

Tabela 21. Realização de Pós-graduação por Modalidade da Graduação (continua)

Graduação	Ensino a Distância	Presencial	Total
Total	2.078	7.364	9.442
Modalidade			
Pós-graduação – Especialização			
Ambas	120	460	580
Outra Área	325	2.060	2.385
Serviço Social	738	2.347	3.085
Total	1.183	1.183	6.050
	56,93%	66,09%	64,08%
Mestrado Profissional			
Ambas	0	1	1
Outra Área	12	93	105
Serviço Social	11	47	58
Total	23	141	164
	1,11%	1,91%	1,74%
Mestrado Acadêmico			
Ambas	1	6	7
Outra Área	25	248	273
Serviço Social	11	469	480
Total	37	723	760
	1,78%	9,82%	8,05%

Tabela 21. Realização de Pós-graduação por Modalidade da Graduação (conclusão)

Graduação	Ensino a Distância	Presencial	Total
Doutorado			
Outra Área	7	56	63
Serviço Social	3	129	132
Total	10	185	195
	0,48%	2,51%	2,07%
Pós-doutorado			
Outra Área	6	28	34
Serviço Social	4	17	21
Total	10	45	55
	0,48%	0,61%	0,58%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta quantos/as respondentes realizaram pós-graduação, em relação a cada modalidade de ensino na graduação. Exemplo: do total de respondentes que cursaram a graduação em EaD, 0,48% cursou doutorado.



4. ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS E RELAÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Além de temas abordados na pesquisa do perfil profissional, nesse item são apresentadas informações que não foram contempladas no recadastramento, analisadas a seguir.

4.1 ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL EM QUE ATUAM ASSISTENTES SOCIAIS

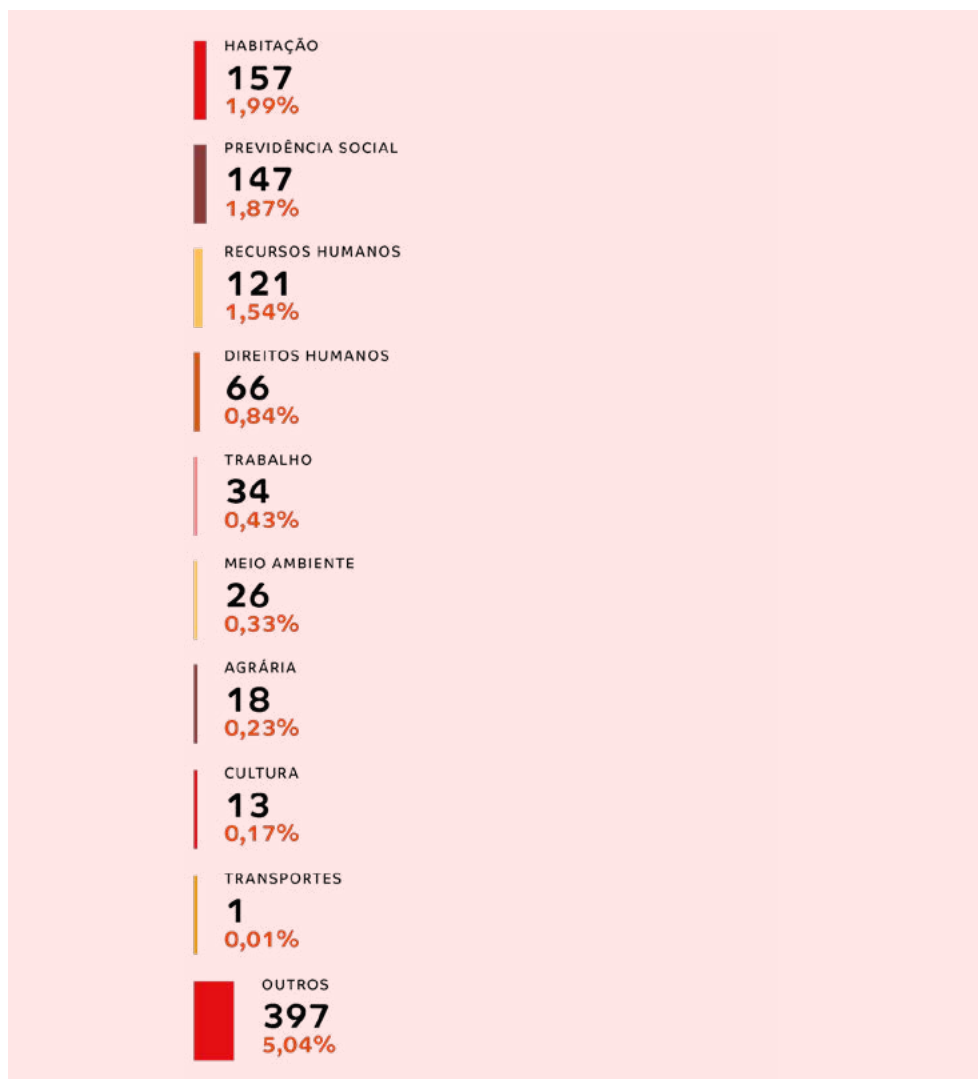
Entre as/os participantes que declararam exercer a profissão no momento da coleta, a maior predominância de atuação foi na política de assistência social, que vem se constituindo como o principal espaço sócio-ocupacional, desde a aprovação da Loas (1993) e especialmente a implantação do Suas (2005). Na sequência vem a saúde, que tradicionalmente foi um importante espaço de atuação, e hoje aparece aqui com metade da incidência da assistência social. Segue-se a educação, que vem se consolidando como um recente e promissor campo de atuação, especialmente após a aprovação da lei que obriga a contratação de assistentes sociais e psicólogos/as nas escolas¹, mas ainda com índices muito baixos. Em seguida aparece a área sociojurídica, que também desponta como espaço ocupacional que agrega significativo percentual de assistentes sociais. A tabela seguinte detalha os dados.

¹ A Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, foi resultado de intensa luta do Conjunto CFESS-CRESS e CFP. Ver matéria na página do CFESS sobre essa importante conquista: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1880#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.935%2C%20de,definidas%20pelas%20pol%C3%ADticas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o.>

Tabela 22 . Espaço sócio-ocupacional de assistentes sociais

Espaço sócio-ocupacional do principal vínculo como assistente social	Freq	%
Assistência social	3.920	49,79%
Saúde	1.791	22,75%
Educação	547	6,95%
Campo sociojurídico	473	6,01%
Docência em Serviço Social	162	2,06%
Habitação	157	1,99%
Previdência social	147	1,87%
Recursos humanos	121	1,54%
Direitos Humanos	66	0,84%
Trabalho	34	0,43%
Meio ambiente	26	0,33%
Agrária	18	0,23%
Cultura	13	0,17%
Transportes	1	0,01%
Outros	397	5,04%
Total	7.873	100,00%





Entre 7.873 assistentes sociais respondentes, quase metade (49,79%) trabalha na política de assistência social, o que sugere que as condições e relações de trabalho apontadas nessa pesquisa são determinadas fortemente por esse espaço de atuação. A política de saúde, tradicional campo de atuação, correspondeu a 22,75% das respostas. A educação e a área sociojurídica respondem em proporções bastante similares, respectivamente com 6,95% e 6,01%. A previdência social, o mais antigo e um dos primeiros espaços de intervenção profissional pública, participou com apenas 1,87% das respostas. Juntos, esses cinco espaços incorporam 85,5% das/os profissionais que participaram da pesquisa. As demais áreas são responsáveis por 14,5% das respostas.

Foi possível identificar a remuneração salarial de assistentes sociais por espaço sócio-ocupacional, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 18. Formação por Tipo de Instituição e Pertença Étnico-racial

Espaço Sócio-ocupacional	Até R\$ 1.000,00		De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00		De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00		De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00		De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Assistência social	127	3,25%	1.219	31,16%	1.260	32,21%	683	17,46%	317	8,10%
Saúde	25	1,40%	351	19,62%	557	31,13%	358	20,01%	217	12,13%
Educação	29	5,31%	83	15,20%	83	15,20%	53	9,71%	70	12,82%
Campo sociojurídico	15	3,19%	24	5,11%	44	9,36%	33	7,02%	33	7,02%
OUTRO(S)	30	7,56%	68	17,13%	92	23,17%	53	13,35%	58	14,61%
Docência em Serviço Social	16	9,94%	20	12,42%	17	10,56%	11	6,83%	8	4,97%
Habitação	3	1,92%	33	21,15%	43	27,56%	26	16,67%	19	12,18%
Previdência social	4	2,72%	4	2,72%	5	3,40%	5	3,40%	2	1,36%
Recursos humanos	1	0,83%	12	10,00%	16	13,33%	13	10,83%	21	17,50%
Direitos Humanos	3	4,55%	17	25,76%	16	24,24%	11	16,67%	6	9,09%
Trabalho	2	5,88%	4	11,76%	10	29,41%	8	23,53%	1	2,94%
Meio ambiente	0	0,00%	2	7,69%	3	11,54%	4	15,38%	7	26,92%
Agrária	0	0,00%	4	22,22%	5	27,78%	2	11,11%	3	16,67%
Cultura	1	8,33%	4	33,33%	3	25,00%	2	16,67%	1	8,33%
Transportes	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (espaço sócio-ocupacional) em relação ao salário bruto. Exemplo: do total de respondentes que atuam na assistência social, 31,16% possuem salário bruto de R\$ 1001,00 a R\$ 2.000,00.

Sobre a remuneração de assistentes sociais por espaço sócio-ocupacional, é possível verificar que mais de 50% das respondentes que atuam na principal área – assistência social – recebem remunerações mais baixas, entre R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 (31,16%) e entre R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 (32,21%). Na área da saúde, segunda em incidência, os salários são um pouco mais altos - entre R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00 (31,13%) e entre R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00 (20,01%), totalizando mais

Tabela 18 (cont.). Formação por Tipo de Instituição e Pertença Étnico-racial

	De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00		De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00		De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00		De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00		De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00		Mais de R\$ 15.000,00		Total
	209	5,34%	65	1,66%	20	0,51%	5	0,13%	5	0,13%	2	0,05%	3.912
	180	10,06%	58	3,24%	16	0,89%	13	0,73%	9	0,50%	5	0,28%	1.789
	136	24,91%	68	12,45%	15	2,75%	6	1,10%	2	0,37%	1	0,18%	546
	100	21,28%	110	23,40%	54	11,49%	30	6,38%	12	2,55%	15	3,19%	470
	41	10,33%	28	7,05%	13	3,27%	4	1,01%	7	1,76%	3	0,76%	397
	23	14,29%	18	11,18%	19	11,80%	13	8,07%	8	4,97%	8	4,97%	161
	26	16,67%	3	1,92%	1	0,64%	1	0,64%	1	0,64%	0	0,00%	156
	14	9,52%	49	33,33%	55	37,41%	6	4,08%	3	2,04%	0	0,00%	147
	22	18,33%	13	10,83%	9	7,50%	3	2,50%	4	3,33%	6	5,00%	120
	8	12,12%	3	4,55%	1	1,52%	0	0,00%	0	0,00%	1	1,52%	66
	2	5,88%	4	11,76%	1	2,94%	0	0,00%	0	0,00%	2	5,88%	34
	4	15,38%	4	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	2	7,69%	0	0,00%	26
	4	22,22%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	18
	0	0,00%	0	0,00%	1	8,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	12
	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	1

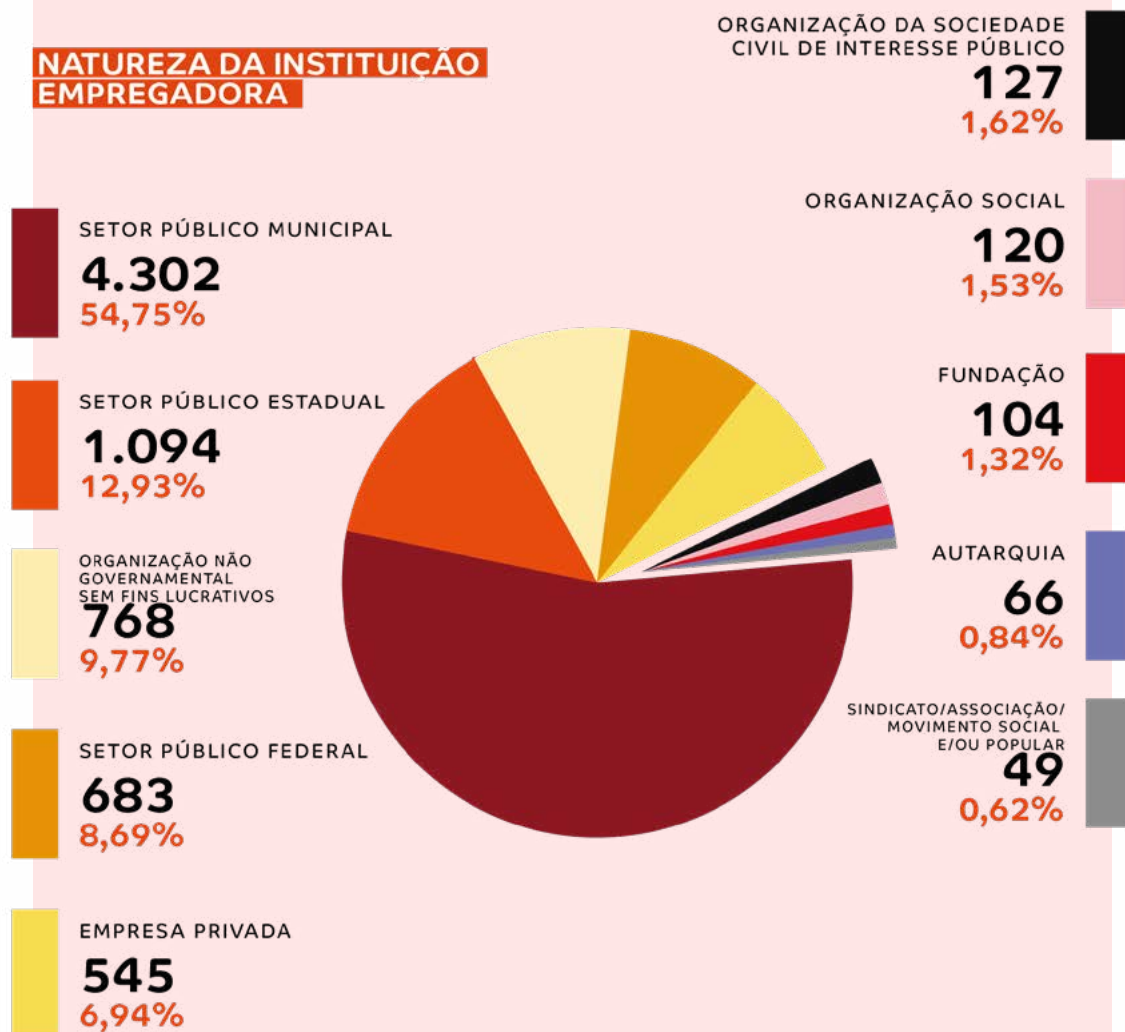
de 50% na saúde. O destaque nas remunerações mais elevadas fica para a área sociojurídica, sendo quase 50% para as remunerações mais elevadas - entre R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00 (21,28%) e entre R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00 (23,40%). Dentre as remunerações mais baixas, destacam-se os 9,94% de docentes que recebem até R\$1.000,00; dos que recebem de R\$1.001,00 a R\$2.000,00, atuantes na cultura (33,33%), nos direitos humanos (25,76%) e na política agrária (22,22%).

Sobre a natureza das instituições empregadoras, as respostas reiteram a predominância da municipalidade como o principal *locus* de contratação de profissionais no Brasil, conforme tabela seguinte.

Tabela 24 . Natureza da instituição empregadora

Natureza da instituição empregadora no principal vínculo	Freq	%
Setor público municipal	4.302	54,75%
Setor público estadual	1.094	13,92%
Organização não governamental sem fins Lucrativos	768	9,77%
Setor público federal	683	8,69%
Empresa privada	545	6,94%
Organização da sociedade civil de interesse público	127	1,62%
Organização social	120	1,53%
Fundação	104	1,32%
Autarquia	66	0,84%
Sindicato/associação/movimento social e/ou popular	49	0,62%
Total	7.858	100,00%

**NATUREZA DA INSTITUIÇÃO
EMPREGADORA**



O principal vínculo segue sendo o setor público municipal (54,75%) e o estadual (13,92%), que juntos respondem por 68,67% dos empregos, com nítida predominância do primeiro, já que os governos municipais são os principais responsáveis pela execução de políticas como assistência social e saúde, ainda que os governos estaduais também tenham participação, mas em menor escala, como mostram os dados. É surpreendente constatar que as organizações não governamentais sem fins lucrativos respondam por 9,77% dos empregos, à frente do setor público federal (8,69%), pouco à frente das empresas privadas (6,94%).

A localização geográfica das instituições empregadoras também foi solicitada na pesquisa, conforme tabela seguinte.

Tabela 25 . Localização da instituição empregadora no principal vínculo

Localização	Freq	%
Região urbana	6.232	79,31%
Região metropolitana	1.235	15,72%
Região rural	356	4,53%
Região de fronteira internacional	25	0,32%
Região ribeirinha	7	0,09%
Região de selva/floresta	3	0,04%
Total	7.858	100,00%



Predomina amplamente a atuação de assistentes sociais na região urbana (79,31%) e metropolitana (15,72%). Juntas, somam 95,03% das localidades dos empregos profissionais. Entre as demais localidades, destaca-se a área rural, com 4,53% das respostas. Isso reflete o quanto a oferta de serviços sociais no Brasil está concentrada na urbanidade dos municípios, ainda que usuários/as possam ter moradia rural.

Sobre os espaços sócio-ocupacionais em que se inserem assistentes sociais no Brasil, há uma nítida prevalência na política de assistência social, seguida pela política de saúde e de educação, configurando-se aquelas que são executadas pelas prefeituras municipais, com localização urbana, como observado. Sobre as condições de trabalho de assistentes sociais, no geral, o nível salarial da categoria é baixo, mas é possível verificar que, na política de saúde, a segunda que mais emprega assistentes sociais, a remuneração é um pouco superior àquela da principal área de atuação, a assistência social. Há remunerações mais elevadas em algumas poucas áreas, como sociojurídica e previdência social.

4.2 RELAÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Esta pesquisa reiterou solicitação de dados sobre forma de ingresso, natureza do vínculo e rendimento das/os participantes. Os dados não diferem significativamente daqueles apontados no recadastramento, conforme sinalizado a seguir.

Quanto à forma de ingresso, entre as 7.864 pessoas que responderam a essa questão, predominam o concurso público com 55,14% das respostas (no recadastramento, esse percentual era de 40,30%) e a seleção pública simplificada com 16,10% (10,91% no recadastramento)². Juntas, correspondem a 71,24% das formas de ingresso (5.602 assistentes sociais). Percebe-se, na tabela seguinte, que entre as/os participantes, há uma tendência de maior proporção de ingressantes por essas duas modalidades

² Os dados sobre forma de ingresso do recadastramento estão em CFESS (2022), Relatório do Perfil..., pg. 99, tabela 34.

públicas de acesso ao mercado de trabalho (no recadastramento, estas corresponderam a 51,21% dos 44.212 respondentes).

Tabela 26. Forma de ingresso no principal vínculo

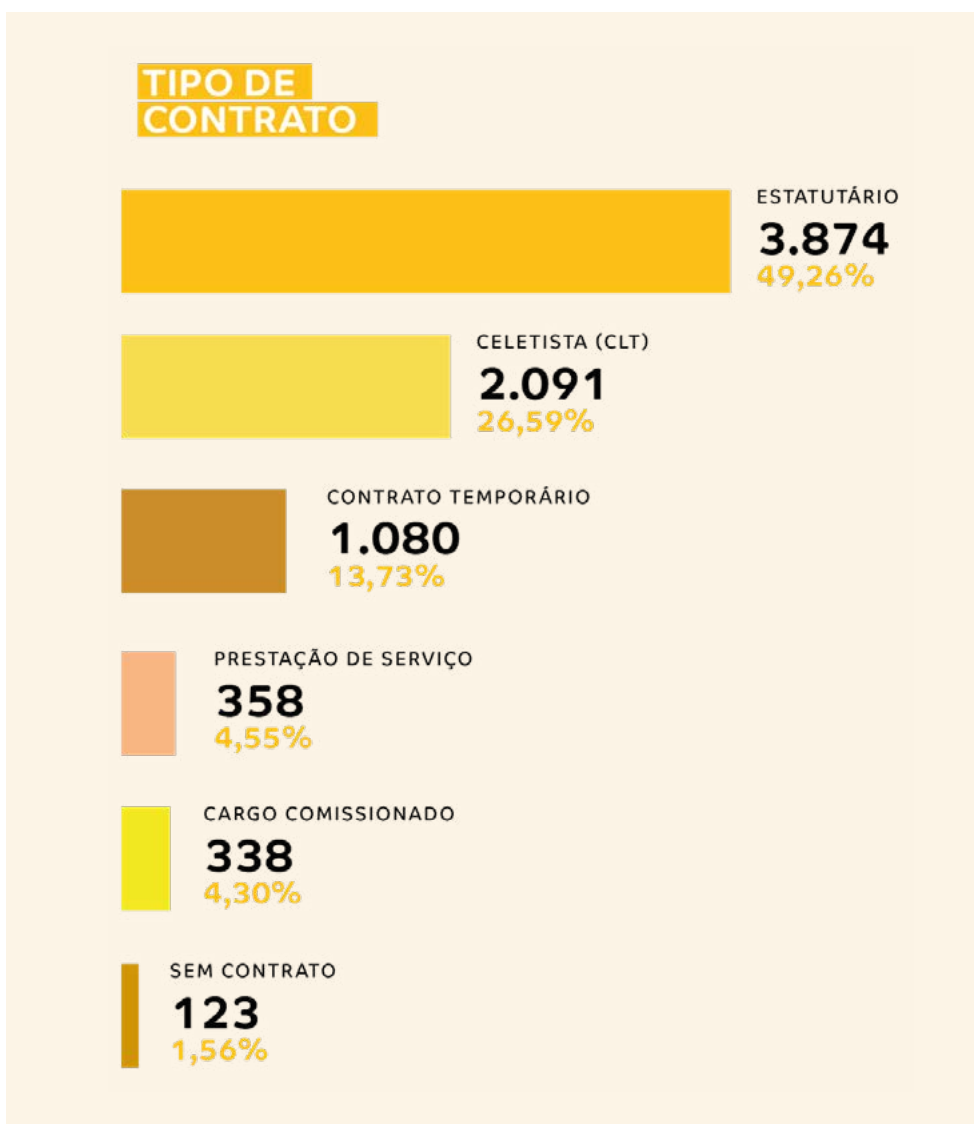
Forma de ingresso no principal vínculo	Freq	%
Concurso público	4.336	55,14%
Convite/Indicação	1.603	20,38%
Seleção pública simplificada	1.266	16,10%
Cargo comissionado	389	4,95%
Edital público	202	2,57%
Cedido/a de outro órgão	51	0,65%
Pregão eletrônico	17	0,22%
Total	7.864	100,00%

As demais formas de ingresso somadas atingem 28,76% de respondentes, com destaque para o ingresso por convites/indicações (20,38% contra 15% no recadastramento), sendo esta a segunda maior forma de ingresso entre as/os respondentes. Tal dado aponta para predomínio de formas temporárias, instáveis e precarizadas de relações de trabalho, tendência sinalizada também na tabela 36, que indica alta rotatividade nos empregos. Ainda que em percentual insignificante (0,22%), os dados revelam a presença de profissionais ingressantes sob forma de pregão, uma modalidade de licitação determinada pela oferta do “menor preço”, que expressa o que tem de mais vil em termos de relações de trabalho, já que obriga profissionais a oferecerem sua força de trabalho a baixíssimos valores, em competitividade direta com outras/os profissionais, desconsiderando o critério de qualificação técnica, que é o que deveria prevalecer em processos seletivos de profissionais de nível universitário. Situação que certamente traz impactos na qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Como as formas de ingresso definem os tipos de contrato, em sintonia com os dados da tabela anterior, a maioria (49,26%) de respondentes é servidor/a público estatutário/a, cujo ingresso só poderia se dar por concurso público, conforme detalha a tabela seguinte.

Tabela 27. Tipo de contrato

Tipo de contrato no principal vínculo	Freq	%
Estatutário/a	3.874	49,26%
Celetista (CLT)	2.091	26,59%
Contrato temporário	1.080	13,73%
Prestação de serviço	358	4,55%
Cargo Comissionado	338	4,30%
Sem contrato	123	1,56%
Total	7.864	100,00%



A tabela evidencia também um percentual significativo de celetistas (quase 27%), com base em uma CLT desfigurada pela contrarreforma de 2017, que desconstruiu os direitos trabalhistas arduamente conquistados pela classe trabalhadora em seu histórico de lutas, greves e mobilizações por melhores condições de trabalho e de salário, regulamentação da jornada de trabalho, direito a férias, descanso semanal remunerado, entre outros.

Na conjuntura de retrocessos dos últimos anos, desde o golpe de 2016, a contrarreforma trabalhista de 2017 promovida pelo governo Temer desconfigurou a CLT como legislação protetora do trabalho, sob o mantra das “necessárias” flexibilizações. E, nesse âmbito, introduziu o trabalho intermitente, a terceirização irrestrita e, principalmente, a diretriz que fez prevalecer o negociado sobre o legislado, que corrói direitos do trabalho e, ao mesmo tempo, enfraquece a organização coletiva e o sindicato como órgão de representação do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras. Ainda mais considerando os desafios de uma *organização sindical ampliada* (Antunes, 2018, p. 294)³, que possa “romper a enorme barreira social que separa a classe trabalhadora “estável”, em franco processo de redução, dos trabalhadores e trabalhadoras intermitentes, em tempo parcial, precarizados, subempregados e desempregados, todos em significativa expansão no cenário mundial de hoje”. E nessa medida possa incluir necessidades de reprodução social da vida de uma classe trabalhadora cada vez mais heterogênea e fragmentada em termos de condições de trabalho, vínculos contratuais e direitos, e incorpore em suas pautas demandas relativas às dimensões de gênero, geração, raça e etnia do conjunto da classe que vive da venda de sua força de trabalho.

Na tabela 27, os dados relativos ao tipo de contrato evidenciam que estatutários/as e celetistas correspondem a 75,85%, enquanto os demais vínculos contratuais somam 24,15%, apontando a tendência de flexibilização das relações de trabalho, instabilidade e insegurança laboral e reduzidos salários, ainda que a maioria dos contratos se localize no setor público municipal, seguido pelo setor público estadual, conforme a tabela 24.

³ ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo, Boitempo:2018.

Em relação ao trabalho no Estado, historicamente o maior empregador de assistentes sociais, observa-se que está em plena consolidação, na administração pública brasileira, a dinâmica crescente de apropriação privada dos processos de gestão e execução de serviços sociais públicos por empresas prestadoras de serviços sociais, em busca de novos espaços de rentabilidade financiados pelo fundo público. O que introduz, por dentro das instituições públicas, relações tipicamente empresárias, que modificam as formas de seleção, contratação e gestão da força de trabalho profissional, padronizando e prescrevendo conteúdos e formas de processamento do trabalho de assistentes sociais e demais trabalhadores/as das políticas públicas. É esta situação que os dados dessa pesquisa revelam, reforçando as mesmas tendências encontradas na pesquisa do recadastramento.

Nesses termos, a ainda predominante forma de acesso via concurso público/seleção simplificada entre as/os respondentes não deve encobrir as tendências em curso no mercado de trabalho público e privado, que incidem nas formas de ingresso e nas modalidades de vínculos contratuais, em plena sintonia com a nova morfologia do trabalho e da classe trabalhadora (Antunes, 1999⁴; 2018), com rebatimentos no trabalho de assistentes sociais (Raichelis, 2018⁵).

É nesse contexto que assistentes sociais e o conjunto de profissionais passam a ser recrutadas/os por vias indiretas, por meio de processos licitatórios e contratos administrativos típicos de empresas privadas, sem vínculo permanente de trabalho com a instituição pública, como evidenciou a pesquisa de Araujo (2022) em sua tese de doutorado sobre o processo de mercadorização dos serviços sociais públicos no Brasil e suas incidências no trabalho de assistentes sociais⁶. O que é importante ressaltar, como observa Araujo (2022, p. 35), com base em Huws

4 ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo:1999.

5 RAICHELIS Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs.) A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo, Cortez:2018.

6 Cf. ARAUJO, Alison Cleiton de. Mercadorização dos serviços sociais públicos: tendências contemporâneas e inflexões no exercício profissional de assistentes sociais. Tese de Doutorado apresentada ao PPG em Serviço Social da UFPE. Recife, UFPE: 2022.

(2017)⁷, é que esses serviços ingressam em uma cadeia de novos espaços de negócios, que transformam valores de uso - que respondem a necessidades sociais como educação, saúde, assistência social, habitação - em valores de troca a serviço de interesses privados sob o comando do capital, incidindo nos conteúdos e significados do trabalho social em função dos processos de mercadorização a que estão submetidos.

Nessa dinâmica institucional constata-se a progressiva redução do quadro de servidores/as estatutários/as e ampliação de vínculos contratuais precários, temporários e intermitentes, de modo geral por meio da externalização da prestação de serviços para empresas terceiradas ou por meio da prestação de serviços individuais (*pejotização*), até alcançarem as formas mais espúrias de contratação de serviços especializados, como é o caso do pregão eletrônico, como já observado.

Essa realidade é mais expressiva nos municípios, instância federativa onde trabalha a maioria das/os assistentes sociais, pois é onde vive e labuta grande parte da população brasileira. E são as prefeituras que recebem as demandas dos/as cidadãos/ãs que dependem dos serviços públicos municipais para a reprodução da vida nas cidades, em um contexto de agravamento da questão social e degradação do emprego e do mercado de trabalho. Visualizando a tabela 29, observamos que é no setor público municipal que se encontram as formas mais precarizadas de vínculos contratuais, como o contrato temporário e a prestação de serviços, chegando até à “ausência de contrato”, mesmo entre profissionais que ingressaram por concurso público/seleção simplificada, situação que demanda novas pesquisas para um conhecimento mais aprofundado. Mas indiscutivelmente os dados apresentados nos alertam para a crescente e insidiosa presença de distintas modalidades de trabalho intermitente, previstas na CLT em vigência desde 2017, e amplamente praticadas em vários países com diferentes denominações, entre elas o modelo inglês de *zero hour contract* (contrato de zero horas), conforme análise de Antunes (2018).

7 HUWS, Ursula. A formação do cibertariado. Trabalho virtual em um mundo real. São Paulo, Editora Unicamp:2017.

Tabela 28. Tipo de Contrato X Formas de Ingresso

Tipo de contrato	Forma de Ingresso														
	Concurso público		Convite/Indicação		Seleção pública simplificada		Cargo comissionado		Edital público		Cedido de outro órgão		Pregão eletrônico		Total
Estatutário/a	3.792	97,93%	25	0,65%	27	0,70%	12	0,31%	7	0,18%	9	0,23%	0	0,00%	3.872
Celetista (CLT)	476	22,81%	825	39,53%	656	31,43%	23	1,10%	86	4,12%	17	0,81%	4	0,19%	2.087
Contrato temporário	27	2,50%	417	38,65%	496	45,97%	51	4,73%	75	6,95%	6	0,56%	7	0,65%	1.079
Prestação de serviço	7	1,96%	241	67,51%	65	18,21%	4	1,12%	25	7,00%	10	2,80%	5	1,40%	357
Cargo Comissionado	6	1,78%	31	9,17%	4	1,18%	295	87,28%	0	0,00%	2	0,59%	0	0,00%	338
Sem contrato	25	20,33%	63	51,22%	15	12,20%	4	3,25%	8	6,50%	7	5,69%	1	0,81%	123

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (tipo de contrato) em relação à forma de ingresso. Exemplo: do total de respondentes que declararam ser estatutários/as, 0,18% ingressou por edital público.

Tabela 29. Tipo de Contrato X Formas de Ingresso (continua)

Tipo de contrato	Estatutário/a		Celetista (CLT)		Contrato temporário		Prestação de serviço		Cargo comissionado		Sem contrato	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Setor público municipal	2.545	65,76%	425	20,36%	858	79,59%	143	40,28%	288	85,21%	37	30,33%
Setor público estadual	761	19,66%	153	7,33%	85	7,88%	35	9,86%	43	12,72%	16	13,11%
Organização não governamental sem fins Lucrativos	7	0,18%	616	29,52%	32	2,97%	87	24,51%	0	0,00%	26	21,31%
Setor público federal	524	13,54%	69	3,31%	52	4,82%	16	4,51%	2	0,59%	20	16,39%
Empresa privada	6	0,16%	449	21,51%	33	3,06%	46	12,96%	0	0,00%	11	9,02%
Organização da sociedade civil de interesse público	0	0,00%	110	5,27%	3	0,28%	10	2,82%	2	0,59%	1	0,82%

Tabela 29. Tipo de Contrato X Formas de Ingresso (conclusão)

Tipo de contrato	Estatutário/a		Celetista (CLT)		Contrato temporário		Prestação de serviço		Cargo comissionado		Sem contrato	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Organização social	0	0,00%	107	5,13%	5	0,46%	5	1,41%	0	0,00%	3	2,46%
Fundação	6	0,16%	84	4,02%	6	0,56%	5	1,41%	1	0,30%	2	1,64%
Autarquia	20	0,52%	38	1,82%	3	0,28%	3	0,85%	2	0,59%	0	0,00%
Sindicato/associação/movimento social e/ou popular	1	0,03%	36	1,72%	1	0,09%	5	1,41%	0	0,00%	6	4,92%
Total	3.870		2.087		1.078		355		338		122	

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (tipo de contrato) em relação à natureza da instituição. Exemplo: do total de respondentes que declararam ser estatutários/as, 0,18% trabalha em ONG sem fins lucrativos.

Essas novas formas de ingresso e de contratação de trabalhadores/as do Estado nas esferas municipal, estadual e federal, incidem diretamente nos níveis de remuneração, como pode ser observado nas tabelas a seguir, nas quais se verifica que os menores e mais aviltantes níveis salariais são praticados pelos contratos temporários e de prestação de serviços, com uma concentração nas faixas de 1 a 3 salários-mínimos.

A questão sobre rendimento bruto no principal vínculo foi respondida por 7.864 assistentes sociais e a maioria (54,17%) declarou receber até R\$ 3.000,00 no momento da coleta, o que demonstra o predomínio de baixos salários entre a categoria⁸, conforme tabela seguinte.

⁸ Em dezembro de 2019, o salário mínimo era de R\$ 998,00, o que mostra que a maioria de profissionais recebia pouco mais de 3 salários mínimos.

Tabela 30. Rendimento bruto no principal vínculo

Indique o seu salário atual bruto como assistente social - Vínculo 1	Freq	%
Até R\$ 1.000,00	256	3,26%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	1.846	23,48%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	2.156	27,43%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	1.263	16,07%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	763	9,71%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	770	9,80%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	423	5,38%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	205	2,61%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	85	1,04%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	54	0,69%
Mais de R\$ 15.000,00	43	0,55%
Total	7.864	100,00%

Tabela 31. Salário Bruto X Tipo de Contrato (continua)

Tipo de contrato	Estatutário/a		Celetista (CLT)		Contrato temporário		Prestação de serviço		Cargo comissionado		Sem contrato		Total
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	
Até R\$ 1.000,00	24	9,41%	69	27,06%	53	20,78%	64	25,10%	23	9,02%	22	8,63%	255
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	456	24,70%	497	26,92%	535	28,98%	169	9,15%	140	7,58%	49	2,65%	1.846
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	850	39,53%	760	35,35%	332	15,44%	79	3,67%	102	4,74%	27	1,26%	2.150
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	682	54,08%	384	30,45%	106	8,41%	29	2,30%	46	3,65%	14	1,11%	1.261
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	552	72,54%	158	20,76%	26	3,42%	5	0,66%	17	2,23%	3	0,39%	761
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	623	81,01%	124	16,12%	8	1,04%	6	0,78%	5	0,65%	3	0,39%	769
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	355	83,92%	48	11,35%	12	2,84%	2	0,47%	2	0,47%	4	0,95%	423
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	184	89,76%	14	6,83%	5	2,44%	0	0,00%	2	0,98%	0	0,00%	205
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	72	87,80%	9	10,98%	0	0,00%	1	1,22%	0	0,00%	0	0,00%	82

Tabela 31. Salário Bruto X Tipo de Contrato (conclusão)

Tipo de contrato	Estatutário/a		Celetista (CLT)		Contrato temporário		Prestação de serviço		Cargo comissionado		Sem contrato		
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	42	77,78%	9	16,67%	0	0,00%	2	3,70%	1	1,85%	0	0,00%	54
Mais de R\$ 15.000,00	29	67,44%	14	32,56%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	43

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (salário bruto) em relação ao tipo de contrato. Exemplo: do total de respondentes que declararam salário bruto mais de R\$ 15.000,00, 67,44% declaram ser estatutários.

Quando cruzamos os dados sobre tipo de contrato com dados sobre espaço sócio-ocupacional (tabela 32), é interessante observar que o contrato de estatutário, típico do/a servidor/a público/a, predomina na previdência social (mais de 92%), na área sociojurídica (mais de 78%) e na educação (mais de 63%), sendo que nas demais áreas que integram a seguridade social, como assistência social e saúde, esses índices caem abaixo de 50%, quadro agravado pelas tendências de desfinanciamento e sucateamento dessas políticas sociais, com repercussões no trabalho profissional de assistentes sociais e na qualidade dos serviços públicos prestados à população.

E observando-se a tabela 33, que cruza dados de rendimentos com natureza da instituição, novamente se destaca o setor público municipal como empregador que pior remunera a força de trabalho, em que predominam os mais baixos salários, com percentuais acima de 50% para rendimento de 2 a 5 salários mínimos; e, ao mesmo tempo, constata-se grande discrepância com os maiores rendimentos efetuados nas esferas estadual e federal, com salários de R\$ 11 a 15 mil para mais de 40% dos respondentes, chegando a mais de R\$ 15 mil para 44,19% dos declarantes que atuam no setor público federal.

Tabela 32. Espaço Sócio-ocupacional X Tipo de Contrato

Espaço Sócio- Ocupacional	Tipo de Contrato												
	Estatutário/a		Celetista (CLT)		Contrato temporário		Prestação de serviço		Cargo Comissionado		Sem contrato		Total
Assistência social	1.815	46,43%	956	24,46%	678	17,34%	178	4,55%	224	5,73%	58	1,48%	3.909
Saúde	862	48,16%	535	29,89%	250	13,97%	75	4,19%	34	1,90%	34	1,90%	1.790
Educação	335	61,36%	157	28,75%	30	5,49%	13	2,38%	7	1,28%	4	0,73%	546
Campo socio-jurídico	369	78,34%	52	11,04%	12	2,55%	21	4,46%	10	2,12%	7	1,49%	471
Docência em Serviço Social	71	43,83%	69	42,59%	17	10,49%	5	3,09%	0	0,00%	0	0,00%	162
Habitação	61	38,85%	38	24,20%	19	12,10%	17	10,83%	20	12,74%	2	1,27%	157
Previdência social	136	92,52%	3	2,04%	2	1,36%	2	1,36%	1	0,68%	3	2,04%	147
Recursos humanos	43	35,83%	65	54,17%	2	1,67%	7	5,83%	0	0,00%	3	2,50%	120
Direitos Humanos	22	33,33%	20	30,30%	8	12,12%	11	16,67%	3	4,55%	2	3,03%	66
Trabalho	11	32,35%	19	55,88%	1	2,94%	2	5,88%	1	2,94%	0	0,00%	34
Meio ambiente	6	23,08%	17	65,38%	1	3,85%	1	3,85%	0	0,00%	1	3,85%	26
Agrária	6	33,33%	5	27,78%	3	16,67%	1	5,56%	3	16,67%	0	0,00%	18
Cultura	3	23,08%	5	38,46%	0	0,00%	2	15,38%	1	7,69%	2	15,38%	13
Transportes	0	0,00%	1	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1
Outro(s)	133	33,50%	144	36,27%	57	14,36%	23	5,79%	33	8,31%	7	1,76%	397

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (espaço sócio-ocupacional) em relação ao tipo de contrato. Exemplo: do total de respondentes que declararam atuar no meio ambiente, 23,08% declara ser estatutário.

Tabela 33. Salário Bruto X Natureza da Instituição

Salário Bruto	Natureza da Instituição							
	Setor público municipal		Setor público estadual		Organização não governamental sem fins Lucrativos		Setor público federal	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Até R\$ 1.000,00	99	38,98%	16	6,30%	63	24,80%	7	2,76%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	1.254	68,00%	81	4,39%	261	14,15%	12	0,65%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	1.336	62,28%	155	7,23%	299	13,94%	28	1,31%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	777	61,67%	166	13,17%	101	8,02%	27	2,14%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	429	56,23%	158	20,71%	24	3,15%	71	9,31%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	282	36,67%	195	25,36%	15	1,95%	223	29,00%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	78	18,44%	159	37,59%	3	0,71%	159	37,59%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	19	9,27%	78	38,05%	0	0,00%	95	46,34%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	11	13,41%	44	53,66%	1	1,22%	23	28,05%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	6	11,11%	22	40,74%	0	0,00%	19	35,19%
Mais de R\$ 15.000,00	4	9,30%	15	34,88%	0	0,00%	19	44,19%

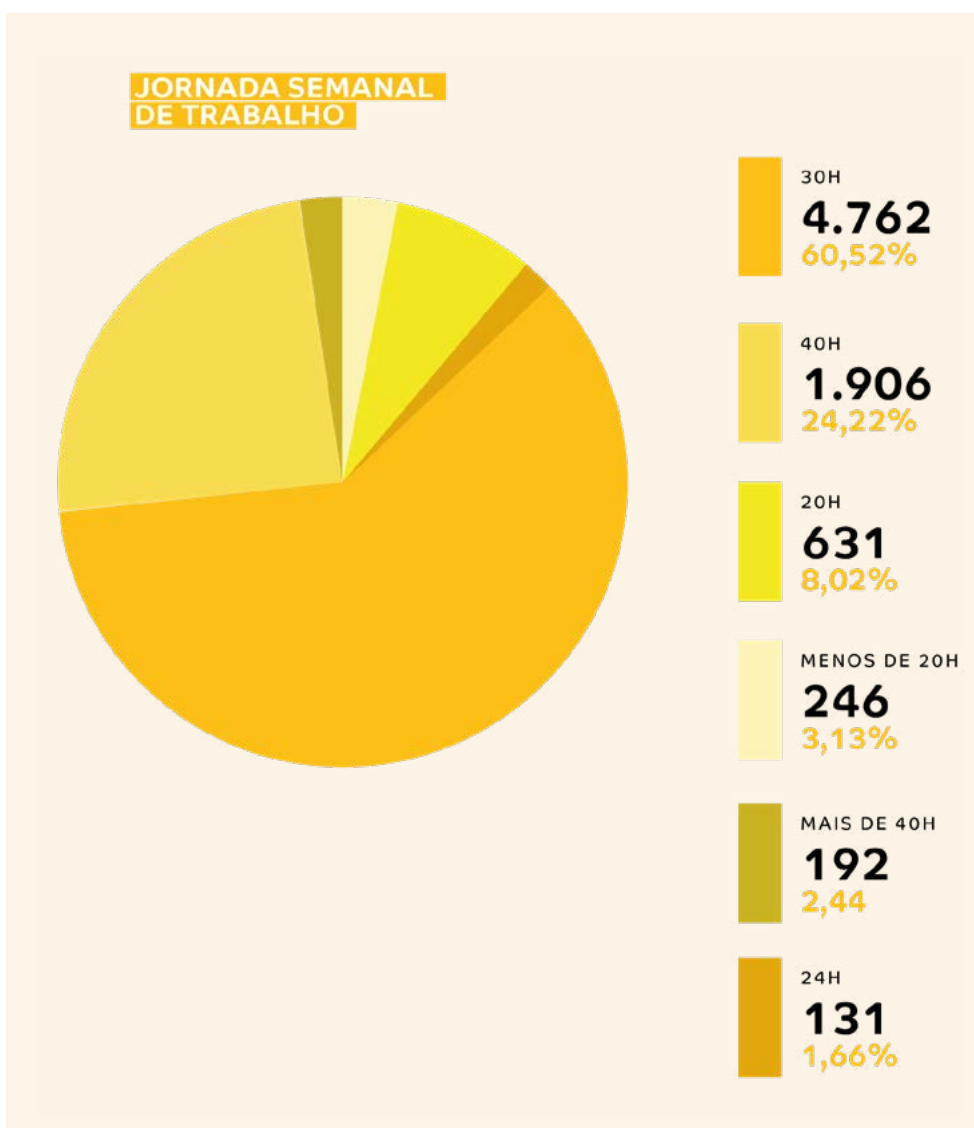
Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (salário bruto) em relação à natureza da instituição. Exemplo: do total de respondentes que declararam salário bruto até R\$ 1.000,00, 38,98% declaram estar no Setor Público municipal.

Tabela 33 (cont.) Salário Bruto X Natureza da Instituição

	Natureza da Instituição												Total
	Empresa privada		Organização da sociedade civil de interesse público		Organização social		Fundação		Autarquia		Sindicato/ associação/ movimento social e/ou popular		
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	
	55	21,65%	6	2,36%	3	1,18%	1	0,39%	2	0,79%	2	0,79%	254
	142	7,70%	27	1,46%	22	1,19%	20	1,08%	5	0,27%	20	1,08%	1.844
	164	7,65%	52	2,42%	49	2,28%	30	1,40%	12	0,56%	20	0,93%	2.145
	94	7,46%	24	1,90%	26	2,06%	28	2,22%	11	0,87%	6	0,48%	1.260
	32	4,19%	11	1,44%	13	1,70%	9	1,18%	16	2,10%	0	0,00%	763
	32	4,16%	5	0,65%	5	0,65%	7	0,91%	4	0,52%	1	0,13%	769
	15	3,55%	1	0,24%	0	0,00%	2	0,47%	6	1,42%	0	0,00%	423
	5	2,44%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,49%	7	3,41%	0	0,00%	205
	1	1,22%	0	0,00%	0	0,00%	1	1,22%	1	1,22%	0	0,00%	82
	3	5,56%	1	1,85%	0	0,00%	2	3,70%	1	1,85%	0	0,00%	54
	2	4,65%	0	0,00%	0	0,00%	2	4,65%	1	2,33%	0	0,00%	43

Tabela 34. Jornada semanal de trabalho

Jornada semanal de trabalho no principal vínculo	Freq	%
Menos de 20 horas	246	3,13%
20h	631	8,02%
24h	131	1,66%
30h	4.762	60,52%
40 h	1.906	24,22%
Mais de 40h	192	2,44%
Total	7.868	100,00%



Em relação à jornada de trabalho, os dados revelam, como é possível observar na tabela 34, que a jornada de 30h é preponderante para quase 61% de respondentes, o que parece indicar que os setores públicos municipal e estadual vêm cumprindo a lei que reduziu a jornada semanal, uma vez que são os maiores empregadores. Contudo, essa realidade não significa deixar de permanecer vigilantes em um contexto de precarização do trabalho e aumento do desemprego, além de que não foi possível apurar se a redução da jornada para 30h implicou em cortes salariais, em flagrante desrespeito à lei das 30h, conquistada pela categoria de assistentes sociais há mais de uma década. Mesmo assim, há um significativo percentual de respondentes (24,22%) que possui jornada de 40h, o que, além de descumprimento da legislação profissional, pode indicar a presença, entre assistentes sociais, de cargos de coordenação ou chefia que, em geral, estão atrelados a jornadas de tempo integral, dado que não foi possível confirmar nessa pesquisa.

Ao cruzar duração da jornada de trabalho com natureza da instituição empregadora, conforme tabela a seguir, observa-se uma distribuição razoavelmente equitativa da jornada de 30h entre as diferentes instituições empregadoras (setor público municipal, estadual, ONG, empresa privada, OS, etc), situando-se na faixa entre mais de 50% e quase 80% de respondentes), com exceção do setor público federal⁹.

⁹ Registra-se a polêmica que envolveu a aplicação da jornada de 30h sem redução salarial na administração pública federal, que utilizou de diferentes subterfúgios para não respeitar a sua implementação. Para mais informações, consultar Parecer Jurídico 10/11 do CFESS, de 28 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/parecer-juridico-10-11.pdf>. Acesso em 29 de março de 2023.

Tabela 35. Natureza da Instituição X Jornada Semanal

Natureza da instituição empregadora	Jornada Semanal												
	Menos de 20 horas		20h		24h		30h		40 h		Mais de 40h		Total
Setor público municipal	60	1,40%	393	9,14%	48	1,12%	2.841	66,09%	905	21,05%	52	1,21%	4.299
Setor público estadual	13	1,19%	26	2,39%	26	2,39%	587	53,85%	399	36,61%	39	3,58%	1.090
Organização não governamental sem fins Lucrativos	66	8,59%	95	12,37%	29	3,78%	502	65,36%	57	7,42%	19	2,47%	768
Setor público federal	11	1,61%	9	1,32%	0	0,00%	198	28,99%	418	61,20%	47	6,88%	683
Empresa privada	76	13,94%	70	12,84%	10	1,83%	294	53,94%	70	12,84%	25	4,59%	545
Organização da sociedade civil de interesse público	6	4,72%	9	7,09%	3	2,36%	90	70,87%	18	14,17%	1	0,79%	127
Organização social	2	1,67%	10	8,33%	5	4,17%	94	78,33%	5	4,17%	4	3,33%	120
Fundação	6	5,77%	5	4,81%	6	5,77%	69	66,35%	15	14,42%	3	2,88%	104
Autarquia	0	0,00%	3	4,55%	1	1,52%	50	75,76%	12	18,18%	0	0,00%	66
Sindicato/associação/movimento social e/ou popular	4	8,16%	8	16,33%	2	4,08%	29	59,18%	5	10,20%	1	2,04%	49

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (natureza da instituição) em relação à jornada semanal. Exemplo: do total de respondentes que declararam atuar no setor público municipal, 66,09% declara jornada semanal de 30 h.

Contudo, é importante frisar que trabalhar menos horas não significa necessariamente trabalhar melhor. Os dois extremos podem indicar precarização e superexploração da força de trabalho. Jornadas iguais e/ou inferiores a 24h, que somam 12,81% de respostas, podem sugerir baixos salários, contratos precarizados, trabalhos por hora ou por

tarefas. No oposto, jornadas de mais de 40 horas (2,44%) podem indicar intensificação de atividades e sobreposição de contratos.

A pesquisa revelou a existência de forte rotatividade no emprego, o que caracteriza uma das principais formas de precarização e superexploração da força de trabalho, conforme detalha a tabela seguinte.

Tabela 36. Rotatividade no emprego

Mudança de emprego nos últimos cinco anos	Freq	%
Não	5.375	58,58%
Uma vez	2.378	25,92%
Duas vezes	830	9,05%
Três vezes	415	4,52%
Mais de três vezes	177	1,93%
Total	9.175	100,00%

Entre 9.175 pessoas que responderam essa questão, a maioria (58,58%) indicou não ter mudado de emprego nos cinco anos anteriores à coleta, o que indica correspondência e sintonia com os dados sobre a forma de contratação por meio de concurso público (cerca de 55% de respondentes dessa pesquisa). Ao observar a tabela a seguir, que relaciona mudança de emprego com área de trabalho, verifica-se uma distribuição equitativa de permanência no emprego entre as distintas áreas de trabalho, com percentuais entre 50 e 70% das/os respondentes. Mas é bastante elevado o percentual daquelas/es que mudaram de emprego, que corresponde a 41,41% ou 3.800 respondentes, sinalizando as condições de precarização já apontadas no recredenciamento, relacionadas à presença de vínculos contratuais instáveis e flexíveis.

Tabela 37. Espaço Sócio-ocupacional X Mudança de Emprego nos últimos cinco anos

Espaço sócio-ocupacional no qual você atua como assistente social	Mudança de emprego nos últimos cinco anos										
	Não Mudou		Mudou uma vez		Mudou duas vezes		Mudou três vezes		Mudou mais de três vezes		Total
Assistência social	2.193	56,00%	1.093	27,91%	358	9,14%	196	5,01%	76	1,94%	3.916
Saúde	1.086	60,74%	452	25,28%	153	8,56%	73	4,08%	24	1,34%	1.788
Educação	331	60,51%	133	24,31%	47	8,59%	21	3,84%	15	2,74%	547
Campo sociojurídico	300	63,42%	118	24,95%	34	7,19%	14	2,96%	7	1,48%	473
OUTRO(S)	202	50,88%	125	31,49%	37	9,32%	22	5,54%	11	2,77%	397
Docência em Serviço Social	103	63,58%	34	20,99%	16	9,88%	7	4,32%	2	1,23%	162
Habitação	81	51,59%	44	28,03%	16	10,19%	14	8,92%	2	1,27%	157
Previdência social	94	63,95%	40	27,21%	7	4,76%	6	4,08%	0	0,00%	147
Recursos humanos	80	66,12%	27	22,31%	8	6,61%	3	2,48%	3	2,48%	121
Direitos Humanos	41	62,12%	12	18,18%	9	13,64%	2	3,03%	2	3,03%	66
Trabalho	18	52,94%	10	29,41%	5	14,71%	0	0,00%	1	2,94%	34
Meio ambiente	19	73,08%	3	11,54%	3	11,54%	1	3,85%	0	0,00%	26
Agrária	8	44,44%	6	33,33%	4	22,22%	0	0,00%	0	0,00%	18
Cultura	8	66,67%	4	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	12
Transportes	1	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (espaço sócio-ocupacional) em relação à quantidade de vezes que mudou de emprego nos últimos cinco anos. Exemplo: do total de respondentes que atuam na assistência social, 56% informam não ter mudado de emprego nos últimos cinco anos.



5. ADOECIMENTO EM DECORRÊNCIA DO TRABALHO: TENDÊNCIAS E IMPLICAÇÕES

Essa pesquisa solicitou dados sobre ocorrências e motivos de adoecimento no trabalho, que não constava na pesquisa vinculada ao cadastramento. São dados inéditos que revelam outro importante elemento determinante das condições de trabalho. Além de baixos salários, um total de 2.833 profissionais, o que corresponde a 30,88% de respondentes, declarou já ter adoecido em função das condições e relações de trabalho. A tabela seguinte aponta os principais motivos do adoecimento¹.

Tabela 38. Fatores que desencadearam adoecimento no trabalho

Fatores que desencadearam o processo de adoecimento no trabalho	Freq	%
As situações de insalubridade existentes no local de trabalho.	1.734	18,45%
Ausência de reconhecimento institucional e de valorização do trabalho	1.280	13,62%
Caráter rotineiro e repetitivo do trabalho	1.115	11,86%
Ausência de espaços de diálogo e colaboração	1.014	10,79%
Assédio moral	921	9,80%
Dificuldade de acesso a recursos para o atendimento das demandas apresentadas pelos usuários	900	9,57%
As situações penosas originadas pela natureza do trabalho	795	8,46%
Redução do número de recursos materiais e humanos	482	5,13%
Inviabilidade de execução do trabalho planejado	425	4,52%
Sobrecarga de trabalho	123	1,31%
Outros fatores	611	6,50%
Total	9.400	100,00%

Como pode ser verificado, todos os motivos de adoecimento apontados decorrem de condições de trabalho inadequadas e relações de trabalho

¹ O número de fatores supera o de respondentes, porque a questão permitia mais de uma alternativa.

abusivas, o que demonstra a importância da Resolução 493/2006 (CFESS), que trata das condições éticas e técnicas do exercício profissional da/o assistente social², bem como a necessidade de seu uso mais intenso por parte de profissionais e fiscalização dos CRESS. Espaços de trabalho insalubres foram o motivo mais citado (18,45%) pelas/os respondentes. Junto com dificuldade de acesso a recursos (9,5%) e redução de recursos materiais e humanos (5,13%), respondem por 33,08% dos fatores, todos ligados às condições de trabalho. Ausência de reconhecimento institucional de valorização do trabalho foi o segundo fator mais citado (13,62%). Somado aos demais fatores referentes às relações de trabalho, totalizam 60,35% dos motivos de adoecimento, assim discriminados: atividades rotineiras e repetitivas (1,86%), ausência de diálogo e colaboração (10,79%), assédio moral (9,80%), situações penosas (8,46%), e inviabilidade na execução do trabalho (1,31%). Outros fatores aparecem com 6,50%. Esses elementos, agregados aos baixos salários, são fortes desmotivadores da atuação na profissão e corroboram as insatisfações, queixas e desestímulo profissional.

Em um contexto societário de profundas transformações do trabalho e da classe trabalhadora, marcado pela erosão do trabalho contratado e regulamentado e dos direitos sociais e trabalhistas daí decorrentes, aprofundam-se as implicações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental de trabalhadores/as, bem como nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho.

As condições atuais do capitalismo contemporâneo – globalização financeira dos capitais e sistemas de produção apoiados intensivamente nas tecnologias de informação – promovem expressivas mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho, decorrendo daí a existência de amplos contingentes de trabalhadores/as flexibilizados/as, informalizados/as, precarizados/as, desprotegidos/as de direitos e frequentemente não alcançados/as pela organização coletiva e representação sindical.

Essa nova morfologia do trabalho flexível está presente também no trabalho de assistente sociais, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, como viemos analisando a partir dos dados desta pesquisa. Na tabela a seguir, é possível visualizar que o adoecimento relatado pelas/os respondentes se distribui de forma mais ou mesmo

² Disponível em http://www.cfess.org.br/pdf/resolucao_4932006.pdf

equitativa entre os diferentes espaços sócio-ocupacionais, com maior expressividade nas áreas sociojurídica e previdência social, instituições que têm sido intensamente demandadas em função do corte de direitos e benefícios trabalhistas e previdenciários, e do recrudescimento das situações de violência contra mulheres, jovens e crianças, que pressionam e demandam urgência no atendimento de profissionais que atuam nas instituições que integram o Sistema de Justiça, especialmente Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública.

Tabela 39. Espaço Sócio-ocupacional X Informações sobre Adoecimento em Decorrência do Trabalho

Espaço Sócio-ocupacional	Adoecimento em Decorrência do Trabalho				
	Não	Sim	Total		
Assistência social	2.675	68,31%	1.241	31,69%	3.916
Saúde	1.199	67,06%	589	32,94%	1.788
Educação	362	66,18%	185	33,82%	547
Campo sociojurídico	285	60,25%	188	39,75%	473
Docência em Serviço Social	101	62,35%	61	37,65%	162
Habitação	112	71,34%	45	28,66%	157
Previdência social	84	57,14%	63	42,86%	147
Recursos humanos	87	71,90%	34	28,10%	121
Direitos Humanos	48	72,73%	18	27,27%	66
Trabalho	26	76,47%	8	23,53%	34
Meio ambiente	18	69,23%	8	30,77%	26
Agrária	13	72,22%	5	27,78%	18
Cultura	9	75,00%	3	25,00%	12
Transportes	1	100,00%	0	0,00%	1
Outro(s)	268	67,51%	129	32,49%	397
Total	5.288	67,23%	2.577	32,77%	7.865

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (espaço sócio-ocupacional) em relação à informação sobre adoecimento. Exemplo: do total de respondentes que declararam atuar no campo sociojurídico, 39,75% informam já ter adoecido em decorrência do trabalho.

Na mesma direção é possível observar, na tabela a seguir, que as informações sobre o adoecimento se distribuem de modo mais ou menos homogêneo entre as distintas faixas salariais, com percentuais levemente maiores, acima de 40%, nas faixas entre R\$ 5 e 7 mil, R\$ 9 a 11 mil e, de modo um pouco mais expressivo na faixa salarial de R\$ 11 a 13 mil.

Tabela 40. Salário Bruto X Informações sobre Adoecimento em Decorrência do Trabalho

Espaço Sócio-ocupacional	Adoecimento em Decorrência do Trabalho				
	Não		Sim		Total
Até R\$ 1.000,00	194	76,08%	61	23,92%	255
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	1.360	73,75%	484	26,25%	1.844
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	1.491	69,19%	664	30,81%	2.155
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	833	66,01%	429	33,99%	1.262
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	464	60,89%	298	39,11%	762
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	448	58,26%	321	41,74%	769
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	259	61,37%	163	38,63%	422
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	123	60,00%	82	40,00%	205
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	46	56,10%	36	43,90%	82
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	33	61,11%	21	38,89%	54
Mais de R\$ 15.000,00	27	62,79%	16	37,21%	43
Total	5.278	67,21%	2.575	32,79%	7.853

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (salário bruto) em relação à informação sobre adoecimento. Exemplo: do total de respondentes que declaram salário bruto mais de R\$ 15.000,00, 37,21% informam já ter adoecido em decorrência do trabalho.

Os impactos do trabalho na saúde do/a trabalhador/a têm sido estudados em vários campos do conhecimento, inclusive pelo Serviço Social, mas ainda muito pouco se conhece sobre o adoecimento de assistentes sociais diante da exposição continuada às mais dramáticas expressões da questão social, lidando com a dura realidade enfrentada pelas classes subalternas na sociedade brasileira; e também sobre o sofrimento diante da impotência profissional frente à ausência de meios

e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social em nosso país.

Mas certamente a insegurança do emprego, as precárias formas de contratação, o aviltamento dos salários, a intensificação do trabalho, a pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, a ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, a falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira etc., estão entre os fatores que geram sofrimento e adoecimento no trabalho.

Por essa razão, Vicente (2018, p. 129)³, em sua pesquisa sobre desgaste mental no trabalho de assistentes sociais, observou que: “São cada vez mais frequentes os relatos de assistentes sociais em diferentes áreas, sobre a relação entre condições de trabalho e sofrimentos e adoecimentos, que resultam em licenças, transferências e afastamentos por violência, assédio organizacional, demissão em massa, intensificação do ritmo do trabalho, excesso de responsabilização, desqualificação/desprofissionalização do trabalho, etc.”.

Portanto, os dados evidenciados nessa pesquisa são eloquentes e reiteram processos que tornam visíveis o sofrimento, o adoecimento e o assédio moral no trabalho profissional, não como falha ou fragilidade individual das/os trabalhadoras/os, mas como expressão das estratégias de gestão e controle das relações de trabalho que se disseminam nas organizações empresariais e nas instituições públicas. No caso do setor público-estatal, significativas mudanças tecnológicas levaram à incorporação da ideologia gerencialista na perspectiva do *governo empresarial* (Dardot e Laval, 2016)⁴, que esvazia conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadrando processos e dinâmicas institucionais às metas de controle de qualidade e de produtividade a serem alcançadas.

As informações sobre adoecimento de assistentes sociais que responderam à pesquisa são reveladoras da precariedade estrutural do trabalho presente nas condições materiais, técnicas e éticas do trabalho, desde as instalações físicas insalubres dos locais de trabalho, ausência de

3 Cf. Vicente, Damares. Serviço Social, trabalho e desgaste mental. In: RAICHELIS, R; VICENTE, D; ALBUQUERQUE, V. (orgs). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo, Cortez:2018.

4 Dardot, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo:2016).

recursos técnicos e materiais para o desempenho das atividades, até a falta de reconhecimento profissional e desvalorização do trabalho, passando pelo caráter rotineiro e repetitivo do trabalho e pelo assédio moral.

Sabemos que o sofrimento e a opressão no trabalho não são situações novas, mas não se confundem com o assédio moral, fenômeno que vem sendo estudado há pouco tempo, e mais recentemente ainda no Serviço Social⁵.

Não sendo o caso de aprofundar essa análise nesse espaço, importante considerar que, com base em Heloani e Barreto⁶, concebemos o assédio moral como parte das estratégias de gestão e organização do trabalho para manutenção do controle disciplinar sobre as/os trabalhadoras/as e ampliar os níveis de exploração, dominação e opressão no trabalho. Nesse contexto, o/a trabalhador/a é submetido/a a situações vexatórias e humilhantes, que se repetem e se prolongam durante a jornada de trabalho, provocando danos morais, sofrimento, desgaste mental e adoecimento, que podem culminar no afastamento do trabalho ou na demissão. A esse respeito, Silva e Raichelis (2015), apoiadas em pesquisa de Silva (2014)⁷ sobre assédio moral no trabalho de assistentes sociais, concluíram pela presença de práticas de assédio moral com assistentes sociais, predominantemente inseridas/os em instituições públicas responsáveis pelas políticas de saúde, assistência social, habitação e previdência social, impulsionadas pelo produtivismo gerencialista, que impôs formas coercitivas de gestão da força de trabalho assalariada, sendo o assédio moral uma delas. Para as autoras, a ideologia gerencialista “encontra terreno fértil para se consolidar e expandir num ambiente de insegurança, medo da perda do emprego e aumento da competitividade entre os (as) trabalhadores (as), enfraquecendo a luta coletiva e descartando aqueles (as) que não respondem satisfatoriamente à política de gestão institucional” (p. 600).

Como pudemos observar, vários desses elementos foram apontados pelas/os respondentes como fatores de adoecimento no trabalho

5 Cf. “Assédio moral nas relações de trabalho”. CFESS, 2011.

6 Heloani, R.; Barreto, M. Assédio moral: gestão por humilhação. Curitiba, Juruá:2018.

7 Silva, Ociana Donato. Assédio moral nas relações de trabalho do/a assistente social: uma questão emergente. Dissertação de Mestrado em Serviço Social orientada pela Profa. Dra. Raquel Raichelis. PUC-SP, 2014.

profissional, o que demanda das entidades representativas associações profissionais e sindicatos o enfrentamento do debate político sobre um fenômeno que atinge um número cada vez maior de trabalhadores/as, incluindo de maneira crescente assistentes sociais. Para isso, é fundamental a realização de estudos e pesquisas que estimulem o avanço do conhecimento sobre as situações que desencadeiam o assédio moral entre assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais públicos e privados

A partir do conjunto de dados colhidos pela pesquisa, é possível constatar que as profissões são profundamente impactadas pelas transformações no mundo do trabalho, impulsionadas também pelo uso crescente das tecnologias digitais, gerando padronização, simplificação e rotinização do trabalho, que incidem significativamente nas atribuições privativas e competências profissionais. Nota-se o rápido crescimento das tarefas que envolvem qualificações genéricas e padronizadas, no mais das vezes com base em sistemas informatizados e plataformas digitais, que mobilizam um grande quantitativo de profissionais e enorme dispêndio de tempo. A consequência mais imediata é que essas/es trabalhadoras/es se tornam mais facilmente substituíveis, alimentando inseguranças, rebaixamento do trabalho intelectual, perda de conteúdos criativos e críticos do trabalho, processos de desprofissionalização com incidências na autonomia relativa das/os profissionais, na garantia da qualidade dos serviços prestados e na direção estratégica do projeto ético-político profissional. É exatamente esse o significado que se depreende dos dados da tabela (...), quando as/os respondentes elencam, entre os fatores de adoecimento, a ausência de reconhecimento e valorização profissional; o caráter rotineiro e repetitivo do trabalho; a falta de espaços de diálogo e colaboração; o assédio moral, a ausência de recursos materiais e humanos, sobrecarga de trabalho, entre outros fatores.

E é preciso enfatizar: quanto mais rotineiras, repetitivas e padronizadas as tarefas desempenhadas por assistentes sociais nos espaços ocupacionais em que se inserem, mais facilmente poderão ser substituídas/os por pessoal treinado, com menor nível de qualificação e salários mais baixos, em geral terceirizados e submetidos à mercantilização de seu trabalho pelas organizações conveniadas e/ou empresas privadas contratadas para prestar serviços às instituições públicas.



6. CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS: ATRIBUIÇÕES E INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO

A pesquisa solicitou algumas questões específicas sobre o desenvolvimento do trabalho de assistentes sociais, no tocante às atribuições, envolvendo as atividades e os instrumentais utilizados. Iniciamos este tópico com a identificação dos cargos ocupados pelas/os profissionais de Serviço Social. Na questão relativa à nomenclatura do cargo em que foi contratada/o, a maioria das/os 7.866 respondentes indicou ser contratada/o como assistente social (84,16%), enquanto o percentual de 15,84% indicou que a nomenclatura do cargo não é de assistente social, o que reitera uma tendência já conhecida pelo Conjunto CFESS-CRESS sobre a contratação de profissionais em cargos genéricos¹.

Quanto à caracterização do trabalho, foi possível identificar as principais atividades realizadas no cotidiano profissional, quando um total de 8.524 assistentes sociais indicou o grau de frequência das atividades previamente elencadas pelo instrumento de coleta de dados, conforme detalhamento na tabela seguinte.

¹ Sobre o tema, ver a Resolução CFESS nº 572, de 25 de maio de 2010, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de CARGOS GENÉRICOS”. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/RESCFESS572.pdf>

Tabela 41. Salário Bruto X Informações sobre Adoecimento em Decorrência do Trabalho

Atividades Realizadas no Trabalho	Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Total
	Total	%	Total	%	Total	%	
Registro das atividades	6.691	78,50%	1.077	12,63%	756	8,87%	8.524
Atendimento Direto à População Usuária	6.596	77,38%	1.006	11,80%	922	10,82%	8.524
Encaminhamento para assistência social	5.430	63,70%	2.070	24,28%	1.024	12,01%	8.524
Planejamento	4.947	58,04%	2.730	32,03%	847	9,94%	8.524
Reuniões de Equipe	4.563	53,53%	3.036	35,62%	925	10,85%	8.524
Inserção de Dados em planilhas em meios digitais	4.274	50,14%	2.302	27,01%	1.948	22,85%	8.524
Avaliação social de benefícios	3.458	40,57%	2.693	31,59%	2.373	27,84%	8.524
Grupo de usuários/as	3.169	37,18%	3.241	38,02%	2.114	24,80%	8.524
Elaboração e sistematização de dados	2.878	33,76%	3.578	41,98%	2.068	24,26%	8.524
Realização de estudo/levantamento	2.655	31,15%	3.696	43,36%	2.173	25,49%	8.524
Seleção socioeconômica	2.530	29,68%	2.437	28,59%	3.557	41,73%	8.524
Notificação a instâncias de proteção à população usuária	2.417	28,36%	3.476	40,78%	2.631	30,87%	8.524
Planejamento e Avaliação do Exercício Profissional	2.206	25,88%	3.847	45,13%	2.471	28,99%	8.524
Administração social de benefícios	1.855	21,76%	2.280	26,75%	4.389	51,49%	8.524
Coordenação	1.815	21,29%	2.514	29,49%	4.195	49,21%	8.524
Organização de Eventos	1.789	20,99%	4.166	48,87%	2.569	30,14%	8.524
Supervisão de Campo	1.784	20,93%	2.559	30,02%	4.181	49,05%	8.524
Avaliação de Planos, programas e projetos	1.772	20,79%	3.577	41,96%	3.175	37,25%	8.524
Elaboração de Material Educativo	1.424	16,71%	4.129	48,44%	2.971	34,85%	8.524
Perícias Técnicas	1.003	11,77%	1.925	22,58%	5.596	65,65%	8.524
Assessoria e consultoria em Políticas Sociais	943	11,06%	2.430	28,51%	5.151	60,43%	8.524
Supervisão Acadêmica	651	7,64%	1.282	15,04%	6.591	77,32%	8.524
Assessoria e apoio à Movimentos Sociais	637	7,47%	2.566	30,10%	5.321	62,42%	8.524
Fiscalização do Exercício Profissional	552	6,48%	1.565	18,36%	6.407	75,16%	8.524



A tabela indica que as atividades mais frequentemente realizadas, indicadas por mais de 50% de profissionais, são, por ordem de maior frequência: registro de atividades (78,50%), atendimento direto à população usuária (77,38%), encaminhamentos para assistência social (63,70%), planejamento (58,04%), reuniões de equipe (53,53%), inserção de dados em planilhas por meio digital (50,14%). As demais atividades foram sinalizadas por menos da metade dos/as respondentes. Em sentido oposto, as atividades que foram citadas por um quantitativo reduzido de profissionais são: supervisão acadêmica (77,32%), fiscalização do exercício profissional (75,16%), perícias técnicas (65,65%), assessoria e apoio aos movimentos sociais (62,42%), assessoria e consultoria em políticas sociais (60,45%) e administração social de benefícios (51,49%). Estes dados indicam que a multiplicidade de atribuições e a diversidade de atividades desenvolvidas pelo Serviço Social reiteram características históricas da profissão. São atividades que transitam desde as de caráter individual, mais incidente, até as de caráter coletivo, menos incidentes, passando por atividades de gestão e de planejamento

Pode-se ainda destacar que a atividade mais incidente – o “registro” – é caracterizada, no acervo técnico-operativo do Serviço Social, como um meio através do qual se registram ações realizadas, logo, se isso é o mais prevalente no cotidiano, pode-se inferir que este instrumental está sendo visto como fim, como uma atividade que se encerra nela mesma e não como meio para se realizar ações mais amplas e se atingir objetivos profissionais. Ademais, a segunda e a terceira atividades mais incidentes indicam que o cotidiano profissional está bastante tomado por ações de cunho imediatista, em respostas às situações emergenciais que envolvem o cotidiano da população que demanda atenção pública. Percebe-se que o percentual relativo à atividade de registro é bem próximo do percentual de atendimento direto à população, o que pode indicar esforço grande para realizar as duas atividades. Observa-se, ainda, que já aparece nesta pesquisa a atividade de “inserção de dados em planilhas em meios digitais”, com 50,14% de respostas “frequentemente”, num contexto anterior à pandemia, quando se intensificou o uso de tecnologias digitais.

Dentre as atividades de menor incidência, o percentual reduzido de profissionais que realiza a supervisão acadêmica, a fiscalização profissional e as perícias técnicas é aceitável, já que são restritas a alguns/algumas

mas profissionais em áreas específicas. Contudo, é necessário destacar, e merecem reflexão, que atividades como assessoria a movimentos sociais e assessoria em matéria de política social sejam realizadas apenas eventualmente, considerando que estas integram o rol das competências profissionais previstas na lei de regulamentação profissional e, por isso mesmo, são reconhecidas nos parâmetros de atuação nas políticas sociais elaborados pelo CFESS, além de serem fundamentais para materializar os valores e princípios do Código de Ética Profissional. Tal situação, certamente, é determinada pelas condições de trabalho e pelas dificuldades encontradas no cotidiano, já sinalizadas anteriormente: como baixos salários, não reconhecimento institucional, dificuldade de realizar os projetos de intervenção, entre outras.

Na realização das atividades, as principais abordagens e instrumentais utilizados também foram indicadas, com larga vantagem para a abordagem individual, realizada frequentemente por mais de 80% de respondentes, conforme tabela a seguir.

Tabela 42. Abordagens e instrumental técnico-operativo utilizado por assistentes sociais (continua)

Abordagens e Instrumentos Utilizados	Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Total
	Total	%	Total	%	Total	%	
Abordagem Individual	6.864	80,53%	940	11,03%	720	8,45%	8.524
Instrumentos institucionais (prontuários, fichas de cadastro, formulário, sistemas de informação)	6.641	77,91%	1.036	12,15%	847	9,94%	8.524
Relatório de Atividade	5.966	69,99%	1.851	21,72%	707	8,29%	8.524
Visita Domiciliar	4.667	54,75%	2.304	27,03%	1.553	18,22%	8.524
Abordagem Coletiva	4.368	51,24%	3.051	35,79%	1.105	12,96%	8.524
Estudos/levantamentos	3.787	44,43%	3.138	36,81%	1.599	18,76%	8.524
Pareceres	3.784	44,39%	3.020	35,43%	1.720	20,18%	8.524
Projeto de trabalho do serviço social	3.611	42,36%	3.400	39,89%	1.513	17,75%	8.524
Palestras	2.620	30,74%	4.298	50,42%	1.606	18,84%	8.524
Laudos	2.109	24,74%	2.992	35,10%	3.423	40,16%	8.524

Tabela 42. Abordagens e instrumental técnico-operativo utilizado por assistentes sociais (conclusão)

Abordagens e Instrumentos Utilizados	Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Total
	Total	%	Total	%	Total	%	
Oficinas	2.014	23,63%	4.089	47,97%	2.421	28,40%	8.524
Curso	1.423	16,69%	4.220	49,51%	2.881	33,80%	8.524
Perícias Técnicas	1.077	12,63%	2.127	24,95%	5.320	62,41%	8.524

Entre as principais citações às abordagens e ao instrumental técnico-operativo da profissão, se destacam aqueles mais frequentes indicados pelas/os respondentes, nessa ordem: abordagem individual (80,53%), visita domiciliar (54,75%), abordagem coletiva (51,24%) e estudos/levantamento (44,43%). Os indicados primeiramente com realização eventual são: palestras (50,42%), oficinas (47,97%), e curso (49,51%). A realização de perícias é a única que majoritariamente nunca é utilizada (62,41%). Quanto aos principais instrumentos, com exceção de laudos, todos os outros citados são realizados frequentemente pela maioria de profissionais, com destaque para os instrumentos institucionais (77,91%), seguido pelo relatório de atividades (69,99%), pareceres (44,39%) e projetos de trabalho profissional (42,36%). Os laudos são realizados eventualmente por 35,10% e nunca são realizados por 40,16% de respondentes.

Observa-se, portanto, que o trabalho de assistentes sociais no Brasil está bastante marcado por atribuições e instrumentos técnico-operativos de caráter individual, com incidência menor de ações de natureza coletiva, bem como pela diversidade de atribuições e instrumentos nem sempre discriminados como meios para se atingir objetivos profissionais.



7. RELAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS COM ENTIDADES DA CATEGORIA

Esta pesquisa solicitou informações adicionais às/aos participantes, a fim de acessar alguns elementos sobre a relação da categoria, especialmente com o Conjunto CFESS-CRESS, mas também com a ABEPSS. As informações se referem ao acesso das/os assistentes sociais à comunicação e publicações/produções do Conjunto, e à sua participação em organizações e eventos específicos da categoria profissional.

7.1 ACESSO À PÁGINA DO CFESS

A primeira pergunta nesse sentido foi sobre o acesso à página eletrônica do CFESS, que constitui um dos principais instrumentos da Política de Comunicação, que reúne notícias, publicações, documentação legal e normatizações, matérias temáticas e peças das campanhas, entre outras. A tabela seguinte mostra que são poucas as que nunca acessam, mas também é significativo o percentual de quem acessa apenas eventualmente¹.

Tabela 43. Acesso à página do CFESS

Frequência de acesso à página eletrônica do CFESS	Freq	%
Eventualmente	5.976	72,05%
Frequentemente	1.929	23,26%
Nunca	389	4,69%
Total	8.294	100,00%

¹ Importante registrar que os dados foram coletados até dezembro de 2019, antes, portanto, da pandemia, que potencializou enormemente acessos virtuais.

Era bastante reduzido, ao final da pesquisa, o percentual (23,26%) de quem utiliza frequentemente a página eletrônica do CFESS como elemento de aproximação às informações sobre a profissão.

A tabela seguinte mostra que foi significativo o percentual de não respondentes (12,16%). O percentual dos que acessam apenas eventualmente (63,29%) é bastante superior em relação a quem acessa frequentemente (20,43%). Por outro lado, é pouco significativa a expressão de quem declarou nunca acessar a página (4,12%). Ao discriminar as/os que acessam em relação ao tempo de formada/o, não se observa grande diferença de percentuais entre quem acessa frequentemente (distância de 6,52 p.p.; entre 18,88% e 25,40%), mas essa diferença cresce significativamente entre quem declarou acessar eventualmente, com menor participação de quem se formou há menos de 1 ano (49,66%) e diferença de 10,9 p.p. entre o percentual de acessantes que se formaram entre 1 e 5 anos, e quem se formou há mais de 5 anos (66,13%). Também aqui fica o alerta para a necessidade de atenção aos jovens formados/as, no sentido de fazer chegar a estes/as as informações sobre a profissão, bem como buscar estratégias para despertar seu interesse pelas publicações e produções disponíveis.

Tabela 44. Acesso ao Site do CFESS por Tempo de Formação

Tempo de formada no preenchimento do questionário	Acesso ao Site do Cfess								Total
	Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Não responderam		
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Até 1 ano	441	219	49,66%	112	25,40%	8	1,81%	102	23,13%
de 1 a 2 anos	641	354	55,23%	159	24,80%	12	1,87%	116	18,10%
de 2 a 3 anos	716	402	56,15%	182	25,42%	17	2,37%	115	16,06%
de 3 a 4 anos	725	461	63,59%	155	21,38%	19	2,62%	90	12,41%
de 4 a 5 anos	737	452	61,33%	154	20,90%	32	4,34%	99	13,43%
Mais de 5 anos	6.182	4.088	66,13%	1.167	18,88%	301	4,87%	626	10,13%
Total	9.442	5.976	63,29%	1.929	20,43%	389	4,12%	1148	12,16%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta quantos respondentes realizaram pós-graduação, em relação à cada modalidade de ensino na graduação. Exemplo: do total de respondentes que cursaram a graduação em EaD, 0,48% cursaram doutorado.

O cruzamento dos dados referentes ao acesso ao site em relação à modalidade de formação revela que os formados em EaD buscam mais frequentemente informações que aqueles/as graduados/as em cursos presenciais (24,25% contra 19,25%). Inicialmente, isso pode ser explicado pela familiaridade destes com as redes, tendo em vista serem estas a base de sua formação. Mas também pode indicar que eles/as buscam aprimorar sua formação pelo acesso à página. Por outro lado, esses dados, detalhados na tabela seguinte, apontam ainda que, mesmo entre formados/as em EaD, predomina o acesso apenas eventualmente.

Tabela 45. Acesso ao Site do CFESS por Modalidade da Graduação

Graduação	Acesso ao Site do Cfess								
Modalidade	Total	Eventualmente		Frequentemente		Nunca		Não responderam	
Ensino a Distância (EaD)	2.078	1.143	55,00%	504	24,25%	51	2,45%	380	18,29%
Presencial	7.364	4.833	65,63%	1.425	19,35%	338	4,59%	768	10,43%
Total	9.442	5.976	63,29%	1.929	20,43%	389	4,12%	1.148	12,16%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (modalidade de ensino na graduação) em relação ao acesso no site do CFESS. Exemplo: do total de respondentes que se formaram em Ensino a Distância, 24,25% acessam o site do CFESS frequentemente.

A pesquisa não captou diferenças significativas de acesso, se considerados os tipos de instituição de formação. A tabela seguinte mostra que os percentuais são bastante semelhantes, independentemente da natureza da instituição. O maior percentual de quem acessa frequentemente (24,21%) se graduou em instituições públicas municipais, mas aqui há que levar em consideração a baixa frequência (somente 23 respostas). Ao inverso, o maior percentual de quem acessa apenas eventualmente (68,70%) está entre quem se formou em instituições públicas federais, ou seja, estes/as profissionais são os/as que menos acessam a página do CFESS.

Tabela 46. Acesso ao Site do CFESS por Tipo de Instituição

Tipo de Instituição de Ensino Superior onde concluiu o Curso de Serviço Social		Acesso ao Site do Cfess							
		Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Não responderam	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Privada com fins lucrativos	4.864	2.936	60,36%	1.057	21,73%	169	3,47%	702	14,43%
Pública Federal	1.770	1.216	68,70%	317	17,91%	98	5,54%	139	7,85%
Pública Estadual	1.056	705	66,76%	203	19,22%	44	4,17%	104	9,85%
Privada Filantrópica	928	612	65,95%	163	17,56%	54	5,82%	99	10,67%
Privada Confessional	428	257	60,05%	98	22,90%	15	3,50%	58	13,55%
Privada Comunitária	301	197	65,45%	68	22,59%	6	1,99%	30	9,97%
Pública Municipal	95	53	55,79%	23	24,21%	3	3,16%	16	16,84%
Total	9.442	5.976	63,29%	1.929	20,43%	389	4,12%	1.148	12,16%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (tipo de instituição de ensino na graduação) em relação ao acesso no site do CFESS. Exemplo: do total de respondentes que se formaram em Instituição Privada Comunitária, 65,45% acessam o site do CFESS eventualmente.

A análise de acesso ao site por área de atuação mostra que o maior percentual de acesso frequente está entre docentes (40,74%) e trabalhadores/as da cultura (30,77%). Os menores percentuais de acesso estão entre assistentes sociais que atuam nas políticas agrária (11,11%) e do trabalho (11,76%). As demais áreas estão próximas da média de 20,58%, sendo acima da média quem atua na educação, sociojurídico, recursos humanos e direitos humanos. As demais áreas registram frequência de acesso próxima, mas abaixo da média, conforme tabela seguinte.

Tabela 47. Acesso ao Site do Cfess por Espaço Sócio-Ocupacional

Espaço Sócio-ocupacional		Acesso ao Site do Cfess							
		Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Não responderam	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Assistência social	3.920	2.649	67,58%	741	18,90%	174	4,44%	356	9,08%
Saúde	1.791	1.222	68,23%	372	20,77%	71	3,96%	126	7,04%
Educação	547	370	67,64%	129	23,58%	19	3,47%	29	5,30%
Campo sociojurídico	473	314	66,38%	119	25,16%	17	3,59%	23	4,86%
Docência em Serviço Social	162	86	53,09%	66	40,74%	1	0,62%	9	5,56%
Habitação	157	102	64,97%	32	20,38%	11	7,01%	12	7,64%
Previdência social	147	107	72,79%	30	20,41%	2	1,36%	8	5,44%
Recursos humanos	121	71	58,68%	33	27,27%	10	8,26%	7	5,79%
Direitos Humanos	66	43	65,15%	14	21,21%	2	3,03%	7	10,61%
Trabalho	34	25	73,53%	4	11,76%	3	8,82%	2	5,88%
Meio ambiente	26	17	65,38%	5	19,23%	3	11,54%	1	3,85%
Agrária	18	12	66,67%	2	11,11%	2	11,11%	2	11,11%
Cultura	13	7	53,85%	4	30,77%	0	0,00%	2	15,38%
Transportes	1	0	0,00%	0	0,00%	1	100,00%	0	0,00%
Outro(s)	397	258	64,99%	94	23,68%	19	4,79%	26	6,55%
Total	7.873	5.283	67,10%	1.645	20,89%	335	4,26%	610	7,75%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (espaço sócio-ocupacional) em relação ao acesso no site do CFESS. Exemplo: fo total de respondentes que atuam em Recursos Humanos, 58,68% acessam o site do CFESS eventualmente.

É preocupante que pouco mais de 11% de profissionais que atuam nas áreas agrária e meio ambiente declararam nunca acessar o site, o que pode ocorrer pelo fato de muitos residirem no interior, conforme já apontado anteriormente, e ter dificuldades de acesso. Por outro lado, esses dados podem indicar a necessidade de se atentar para os conteúdos do site, no sentido de contemplar todas as áreas de intervenção.

7.2 UTILIZAÇÃO DE NORMATIVAS LEGAIS NO TRABALHO PROFISSIONAL

Também foi solicitada às/aos participantes informação sobre o uso das normativas legais da profissão no exercício de suas atividades profissionais. A maior parte respondeu afirmativamente sobre o uso das normas legais para auxiliar seu trabalho cotidiano, com destaque para o Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão e Resoluções do CFESS 493/2009² e 557/2009³, conforme detalha a tabela seguinte.

Tabela 48. Utilização de normativas legais

Normativas Legais	Sim		Não		Total
Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (1993)	8.098	97,64%	196	2,36%	8.294
Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93)	7.868	94,86%	426	5,14%	8.294
Resolução/CFESS nº 493/2006 (condições éticas e técnicas no trabalho)	7.255	87,47%	1.039	12,53%	8.294
Resolução/CFESS nº 557/2009 (pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntas)	6.758	81,48%	1.536	18,52%	8.294
Resolução/CFESS nº 489/2006 (veda conduta discriminatória por orientação sexual)	6.008	72,44%	2.286	27,56%	8.294
Diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social (1996)	5.581	67,29%	2.713	32,71%	8.294
Resolução/CFESS nº 615/2011 (uso do nome social na identidade profissional)	4.846	58,43%	3.448	41,57%	8.294
Resolução/CFESS nº 533/2008 (supervisão direta de estágio)	4.822	58,14%	3.472	41,86%	8.294
Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010)	4.442	53,56%	3.852	46,44%	8.294
Resolução/CFESS nº 569/2010 (vedação de terapias associadas ao título/trabalho do assistente social)	4.393	52,97%	3.901	47,03%	8.294
Resolução/CFESS nº 572/2010 (cargos genéricos)	3.789	42,60%	5.105	57,40%	8.294
Tabela Referencial de Honorários elaborada pelo CFESS	2.179	26,27%	6.115	73,73%	8.294

² Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

³ Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.

Além das normativas listadas anteriormente, utilizadas por mais de 80% das/os 8.294⁴ respondentes, constata-se que mais de 50% das/os participantes lançam mão das resoluções do CFESS para auxiliar seu trabalho, mas também utilizam normativas relativas à formação profissional publicadas pela Abepss, como as Diretrizes Curriculares e Política Nacional de Estágio, o que reforça a importância da articulação histórica entre as entidades e seu forte investimento na produção de normas que abordam as dimensões ético-políticas e técnico-operativas da profissão. Chama atenção que somente 26,27% declararam utilizar a tabela referencial de honorários do CFESS, o que pode ser explicado pela natureza das relações de trabalho, cujas definições salariais são determinadas pelos empregadores.

Ainda que os dados de acesso tenham indicado que a maioria só acessa o site eventualmente, estas informações revelam como a produção de materiais pelo Conjunto CFESS-CRESS é fundamental para qualificar e fundamentar o trabalho profissional. O cruzamento de uso desses materiais por modalidade de formação (presencial e EaD), apontado na tabela 49, indica que todas as legislações citadas são utilizadas pela maioria de respondentes formados/as em qualquer das modalidades. Seu detalhamento, contudo, aponta para algumas sinalizações importantes. As diretrizes curriculares são utilizadas por um percentual mais significativo entre formados/as em EaD (64,44%) do que entre formados/as presencialmente (57,60%), o que pode ter relação com a preocupação dos/as primeiros/as em acompanhar se seus cursos seguem as orientações legais e teóricas para sua formação. O Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão são os mais utilizados, conforme já apontado anteriormente, especialmente por profissionais formados/as presencialmente (87,83% e 85,10% respectivamente), mas também por quem se formou em EaD (78,44% e 77,05% respectivamente). As resoluções são utilizadas em percentuais bem próximos, independente da modalidade de formação, mas com percentual superior de utilização para graduados/as em EaD das Resoluções 533 (regulamenta a supervisão de estágio e sempre foi um gargalo na EaD); a Resolução 569 (veda realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional da/o

⁴ Em algumas tabelas, o total de respondentes pode ser inferior a 9.442, pois algumas pessoas deixaram de responder algumas questões.

assistente social); a Resolução 572 (regulamenta registro de profissionais contratadas/os sob a nomenclatura de cargo genéricos); e a Resolução 615 (inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do/a assistente social transexual nos documentos de identidade profissional).

Tabela 49. Acesso à Instrumentos Legais por Modalidade de Formação

Acesso à Instrumentos Legais	EaD		Presencial	
		2.078		7.364
Diretrizes Curriculares (1996)	1.339	64,44%	4.242	57,60%
Política Nacional de Estágio (2010)	1.077	51,83%	3.365	45,70%
Tabela de honorário Cfess	681	32,77%	1.498	20,34%
Código de Ética (1993)	1.630	78,44%	6.468	87,83%
Lei de Regulamentação da Profissão (1993)	1.601	77,05%	6.267	85,10%
Resolução/CFESS nº 489/2006	1.318	63,43%	4.690	63,69%
Resolução/CFESS nº 493/2006	1.523	73,29%	5.732	77,84%
Resolução/CFESS nº 533/2008	1.145	55,10%	3.677	49,93%
Resolução/CFESS nº 557/2009	1.411	67,90%	5.347	72,61%
Resolução/CFESS nº 569/2010	996	47,93%	3.397	46,13%
Resolução/CFESS nº 572/2010	791	38,07%	2.398	32,56%
Resolução/CFESS nº 615/2011	1.140	54,86%	3.706	50,33%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada modalidade de ensino (EaD ou Presencial) em relação à resposta positiva sobre utilização dos diversos instrumentos legais. Exemplo: do total de respondentes que cursaram a graduação em EaD, 51,83% informam acessar a Política Nacional de Estágio.

Quanto ao tempo de formação, a predominância de acesso a estes instrumentais é bastante variada. Nas Diretrizes Curriculares e Política Nacional de Estágio, o maior percentual aparece entre quem se formou há mais de 5 anos e o menor entre quem se formou há menos de 1 ano. Na tabela de honorários, o maior percentual está entre quem se formou há menos de 1 ano, assim como o acesso à resolução que regulamenta

registro de profissionais contratadas/os sob a nomenclatura de cargos genéricos, o que sugere o seu esperado interesse em conhecer possíveis remunerações e formas de registro no início da carreira. O acesso ao Código de Ética e à Lei de Regulamentação predomina entre quem se formou há mais de 5 anos, o que pode indicar uma preocupação maior destes não só com a atualização profissional, mas também uma relação mais estreita com normas necessárias à defesa da profissão. Também entre estes predomina o maior acesso às Resoluções 493 (condições ética e técnicas), 533 (supervisão de estágio) e 557 (pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntas), todas que regulamentam e auxiliam a realização de competências e atribuições profissionais. As demais resoluções indicam percentuais bastante próximos entre todas as faixas de tempo de graduação, conforme detalhamento na tabela 50.

Tabela 50. Acesso a Instrumentos Legais por Tempo de formação

Acesso à Instrumentos Legais	Até 1 ano		de 1 a 2 anos		de 2 a 3 anos		de 3 a 4 anos		de 4 a 5 anos		Mais de 5 anos	
	441		641		716		725		737		6.182	
Diretrizes Curriculares (1996)	266	60,32%	392	61,15%	444	62,01%	480	66,21%	456	61,87%	3.543	57,31%
Política Nacional de Estágio (2010)	198	44,90%	296	46,18%	322	44,97%	366	50,48%	359	48,71%	2.901	46,93%
Tabela de honorário Cfess	150	34,01%	190	29,64%	201	28,07%	177	24,41%	179	24,29%	1.282	20,74%
Código de Ética (1993)	322	73,02%	500	78,00%	576	80,45%	615	84,83%	620	84,12%	5.465	88,40%
Lei de Regulamentação da Profissão (1993)	320	72,56%	494	77,07%	561	78,35%	602	83,03%	603	81,82%	5.288	85,54%
Resolução/CFESS nº 489/2006	251	56,92%	406	63,34%	450	62,85%	490	67,59%	460	62,42%	3.951	63,91%
Resolução/CFESS nº 493/2006	294	66,67%	454	70,83%	521	72,77%	553	76,28%	574	77,88%	4.859	78,60%
Resolução/CFESS nº 533/2008	202	45,80%	306	47,74%	339	47,35%	366	50,48%	384	52,10%	3.225	52,17%
Resolução/CFESS nº 557/2009	203	46,03%	430	67,08%	491	68,58%	520	71,72%	523	70,96%	4.518	73,08%
Resolução/CFESS nº 569/2010	203	46,03%	312	48,67%	335	46,79%	355	48,97%	363	49,25%	2.825	45,70%
Resolução/CFESS nº 572/2010	174	39,46%	246	38,38%	258	36,03%	254	35,03%	275	37,31%	1.982	32,06%
Resolução/CFESS nº 615/2011	209	47,39%	331	51,64%	360	50,28%	388	53,52%	405	54,95%	3.153	51,00%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente por tempo de formação em relação à resposta positiva sobre utilização dos diversos instrumentos legais. Exemplo: do total de respondentes que possuem até 1 ano de formados, 60,32% informam acessar as Diretrizes Curriculares.

7.3 PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES ORGANIZADAS PELAS ENTIDADES DA CATEGORIA

A participação da categoria profissional em atividades organizadas pelas entidades constitui importante canal de atração, mobilização e proximidade entre as entidades e sua base. Estas atividades podem ser eventos de natureza teórico-política, como seminários temáticos ou congressos; ou de natureza mais organizativo-institucional, deliberativas ou não, como comissões, assembleias ou outras. As tabelas seguintes revelam a participação de respondentes nestas duas modalidades e mostram preocupante resultado de elevado percentual de profissionais que declararam nunca ter participado.

Tabela 51. Participação em Atividades Institucionais

Participação em atividades institucionais da categoria	Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Total
Atividades do Conjunto CFESS-CRESS	499	6,12%	2.895	35,53%	4.753	58,34%	8.147
Assembleias do CRESS	280	3,44%	1.709	20,98%	6.158	75,59%	8.147
Atividades da Abepss	126	1,55%	1.072	13,16%	6.949	85,30%	8.147
Atividades das Associações de Assistentes Sociais	364	4,47%	1.551	19,04%	6.232	76,49%	8.147

No questionário, as atividades foram agrupadas em quatro modalidades. Em relação às atividades do Conjunto CFESS-CRESS, operou-se um desmembramento entre as atividades institucionais, como participação em comissões, grupos de trabalho ou outras dessa natureza, e a participação nas assembleias dos CRESS, principal instância deliberativa e espaço fundamental na tomada de decisões como valor de anuidades, planejamento, eleição de delegadas/os para o Encontro Nacional, e outras. É revelador que 75,59% das/os respondentes declaram nunca participar das assembleias e 58,34% nunca participaram de outras atividades do Conjunto CFESS-CRESS, o que sugere a necessidade de intensificar a mobilização com vistas a aproximar a base da categoria às instâncias institucionais e deliberativas. Também é elevado o percentual (76,49%) de

quem declarou nunca participar de atividades das Associações de Assistentes Sociais, ainda existentes em alguns municípios brasileiros.

Mais significativo é o percentual de quem declarou nunca participar de atividades organizadas pela Abepss (85,30%), o que sugere reduzido interesse de parcela significativa de profissionais por temas vinculados à formação teórico-política.

Tais dados de participação, quando observados pelo ângulo do tempo de formação, indicam que o maior percentual (52,93%) entre quem declarou nunca participar das atividades do Conjunto CFESS-CRESS está na faixa de quem se formou entre 2 e 3 anos; e maior percentual de quem participa frequentemente está entre quem se formou há mais de 5 anos, ainda que seja pouco significativo, com apenas 6,08%. Conforme apontado, a média percentual de quem nunca participou nas assembleias do CRESS é muito elevada (65,22%), sendo que o maior percentual se localiza na faixa de formação entre 4 e 5 anos, e o menor (49,18%) na faixa de recém-formados/as, com menos de 1 ano, conforme tabela seguinte.

Tabela 52. Participação em atividades institucionais por tempo de formação. (continua)

Tempo de formada no preenchimento do questionário	Participo nas atividades do Conjunto CFESS-CRESS							Assembleias do CRESS						
	Frequentemente		Eventualmente		Nunca			Frequentemente		Eventualmente		Nunca		
Até 1 ano	441	130	29,48%	9	2,04%	196	44,44%	68	15,42%	6	1,36%	261	59,18%	
de 1 a 2 anos	641	185	28,86%	26	4,06%	300	46,80%	104	16,22%	12	1,87%	395	61,62%	
de 2 a 3 anos	716	174	24,30%	29	4,05%	379	52,93%	115	16,06%	12	1,68%	455	63,55%	
de 3 a 4 anos	725	221	30,48%	31	4,28%	371	51,17%	118	16,28%	23	3,17%	482	66,48%	
de 4 a 5 anos	737	217	29,44%	28	3,80%	377	51,15%	112	15,20%	18	2,44%	492	66,76%	
Mais de 5 anos	6.182	1.968	31,83%	376	6,08%	3.130	50,63%	1.192	19,28%	209	3,38%	4.073	65,88%	
Total	9.442	2.895	30,66%	499	5,28%	4.753	50,34%	1.709	18,10%	280	2,97%	6.158	65,22%	

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (tempo de formação) em relação à participação em organização da Categoria. Exemplo: do total de respondentes que que estão formados há mais de 5 anos, 65,22% nunca participaram de Assembleia do CRESS.

A tabela também indica que, em relação às atividades da Abepss, o maior percentual de quem nunca participou (75,51%) está entre quem se formou há mais de cinco anos e o menor (62,81%) entre quem se formou há menos de um ano. Quanto às atividades realizadas pelas Associações de Assistentes Sociais, a maior parcela de quem nunca participou (68,14%) predomina entre formadas/os há 3 ou 4 anos; e o menor (55,56%) segue a mesma tendência anterior e predomina entre os/as recém-formadas/os. A participação frequente é reduzida em todas as faixas, assim como a participação eventual, bastante similar, independente do tempo de formação. Tais informações reforçam as inferências já apontadas anteriormente, sobre a necessidades de criar estratégias para intensificar a participação da categoria nas atividades do Conjunto CFESS-CRESS, e especialmente nas assembleias deliberativas, considerando ser o principal espaço de participação da base nas decisões dos CRESS, independentemente do período de conclusão da graduação.

A participação, quando analisada com base na modalidade de formação, mostra que o percentual de quem nunca participa é bastante

Tabela 52 (cont.) Participação em atividades institucionais por tempo de formação. (conclusão)

	Participo nas atividades da Abepss						Participo em Associações de Assistentes Sociais					
	Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Frequentemente		Eventualmente		Nunca	
	54	12,24%	4	0,91%	277	62,81%	76	17,23%	14	3,17%	245	55,56%
	74	11,54%	5	0,78%	432	67,39%	103	16,07%	22	3,43%	386	60,22%
	74	10,34%	5	0,70%	503	70,25%	117	16,34%	25	3,49%	440	61,45%
	85	11,72%	10	1,38%	528	72,83%	109	15,03%	20	2,76%	494	68,14%
	74	10,04%	7	0,95%	541	73,41%	105	14,25%	18	2,44%	499	67,71%
	711	11,50%	95	1,54%	4.668	75,51%	1.041	16,84%	265	4,29%	4.168	67,42%
	1.072	11,35%	126	1,33%	6.949	73,60%	1.551	16,43%	364	3,86%	6.232	66,00%

próximo em todas as atividades, com algumas nuances: nas atividades do Conjunto CFESS-CRESS, o percentual de quem nunca participa é de 6.48 p.p. superior entre formadas/os em EaD; e, ao inverso, os percentuais de participantes frequentes e eventuais são maiores entre formadas/os no ensino presencial; nas assembleias do CRESS, observa-se a mesma tendência, mas com menores pontos percentuais entre quem nunca participou (somente 1.16 p.p.); nas atividades da Abepss, a tendência se inverte e o percentual de quem nunca participou é superior entre formadas/os no ensino presencial, ainda que a diferença seja insignificante: apenas 1.82 p.p.; contudo, formadas/os presencialmente indicam percentuais mais significativos de participação frequentes ou eventuais do que aquelas/es formadas/os em EaD, o que pode ter relação tanto com o uso das ferramentas remotas, quanto com a possibilidade de ter a participação em eventos acadêmicos contabilizada em créditos e/ou conteúdos nos cursos; no caso de atividades das Associações de Assistentes Sociais, constata-se que o percentual de quem nunca participa é superior entre formadas/os presenciais, mas apenas de 1.82 p.p.; por outro lado, estas/es apresentam maiores percentuais de participação eventual e frequente, conforme tabela seguinte.

Tabela 53 (continua). Participação em atividades institucionais por modalidade de formação

Graduação	Total	Participo nas atividades do Conjunto CFESS-CRESS						Assembleias do CRESS					
Modalidade		Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Frequentemente		Eventualmente		Nunca	
Ensino a Distância (EaD)	2.078	455	21,90%	44	2,12%	1.151	55,39%	251	12,08%	25	1,20%	1.374	66,12%
Presencial	7.364	2.440	33,13%	455	6,18%	3.602	48,91%	1.458	19,80%	255	3,46%	4.784	64,96%
Total	9.442	2.895	30,66%	499	5,28%	4.753	50,34%	1.709	18,10%	280	2,97%	6.158	65,22%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (modalidade de ensino na graduação) em relação à participação em organização da Categoria. Exemplo: do total de respondentes que se formaram em modalidade presencial, 0,18% participam frequentemente de atividades do Conjunto CFESS-CRESS.

Estes dados, analisados em conjunto com tempo de formação, sugerem que formadas/os em EaD mais recentemente apresentam maior tendência de participação em atividades da Abepss e Associações Profissionais e menos nas atividades do Conjunto CFESS-CRESS.

Tabela 53. Participação em atividades institucionais por modalidade de formação (conclusão)

	Participo nas atividades da Abepss						Participo em Associações de Assistentes Sociais					
	Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Frequentemente		Eventualmente		Nunca	
	140	6,74%	10	0,48%	1.500	72,18%	368	17,71%	80	3,85%	1.202	57,84%
	932	12,66%	116	1,58%	5.449	74,00%	1.183	16,06%	284	3,86%	5.030	68,31%
	1.072	11,35%	126	1,33%	6.949	73,60%	1.551	16,43%	364	3,86%	6.232	66,00%

Analizados pela perspectiva do rendimento, há uma tendência geral de ocorrer maior participação frequente e eventual entre as faixas de maior rendimento. E de modo inverso, os percentuais de quem declarou nunca participar são mais significativos entre as faixas de rendimento mais baixos. Isso não parece ter relação com custo de eventos, especialmente do Conjunto CFESS/CRESS, considerando que aqui a questão se referia a atividades institucionais que não demandam custos de inscrição. A tabela seguinte detalha esses dados.

Tabela 54 (continua). Participação em atividades institucionais por rendimento salarial

Salário Bruto		Participo nas atividades do Conjunto CFESS-CRESS						Assembleias do CRESS			
		Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Frequentemente		Eventualmente	
Até R\$ 1.000,00	256	80	31,25%	8	3,13%	132	51,56%	49	19,14%	5	1,95%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	1.846	527	28,55%	52	2,82%	1.055	57,15%	312	16,90%	26	1,41%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	2.156	667	30,94%	91	4,22%	1.178	54,64%	366	16,98%	49	2,27%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	1.263	426	33,73%	81	6,41%	636	50,36%	236	18,69%	41	3,25%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	763	259	33,94%	58	7,60%	390	51,11%	151	19,79%	45	5,90%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	770	307	39,87%	61	7,92%	357	46,36%	184	23,90%	30	3,90%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	423	164	38,77%	47	11,11%	188	44,44%	93	21,99%	32	7,57%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	205	85	41,46%	27	13,17%	84	40,98%	51	24,88%	14	6,83%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	82	38	46,34%	13	15,85%	30	36,59%	22	26,83%	5	6,10%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	54	19	35,19%	10	18,52%	20	37,04%	16	29,63%	4	7,41%
Mais de R\$ 15.000,00	43	21	48,84%	10	23,26%	12	27,91%	15	34,88%	4	9,30%
Total	7.861	2.593	32,99%	458	5,83%	4.082	51,93%	1.495	19,02%	255	3,24%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (salário bruto) em relação à participação em organização da categoria. Exemplo: do total de respondentes declararam salário bruto até R\$ 1.000,00, 14,84% participam eventualmente de atividades da Abepss.

Além da participação em atividades institucionais, a pesquisa buscou compreender também a participação em eventos, sem especificar entidades ou tipo de eventos. Nesse caso, o percentual de participação cresce significativamente, o que indica que a categoria adere de modo mais intenso aos eventos que às atividades institucionais. Ainda assim, o percentual de quem nunca participou corresponde a 20% da categoria.

Tabela 54. Participação em atividades institucionais por rendimento salarial (conclusão)

		Participo nas atividades da Abepps						Participo em Associações de Assistentes Sociais							
		Nunca		Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Frequentemente		Eventualmente		Nunca	
		166	64,84%	38	14,84%	2	0,78%	180	70,31%	48	18,75%	12	4,69%	160	62,50%
		1.296	70,21%	186	10,08%	13	0,70%	1.435	77,74%	335	18,15%	57	3,09%	1.242	67,28%
		1.521	70,55%	218	10,11%	10	0,46%	1.708	79,22%	359	16,65%	75	3,48%	1.502	69,67%
		866	68,57%	134	10,61%	15	1,19%	994	78,70%	214	16,94%	56	4,43%	873	69,12%
		511	66,97%	82	10,75%	14	1,83%	611	80,08%	132	17,30%	29	3,80%	546	71,56%
		511	66,36%	131	17,01%	16	2,08%	578	75,06%	126	16,36%	36	4,68%	563	73,12%
		274	64,78%	78	18,44%	17	4,02%	304	71,87%	74	17,49%	35	8,27%	290	68,56%
		131	63,90%	37	18,05%	7	3,41%	152	74,15%	36	17,56%	22	10,73%	138	67,32%
		54	65,85%	14	17,07%	9	10,98%	58	70,73%	17	20,73%	6	7,32%	58	70,73%
		29	53,70%	8	14,81%	5	9,26%	36	66,67%	11	20,37%	2	3,70%	36	66,67%
		24	55,81%	14	32,56%	5	11,63%	24	55,81%	8	18,60%	3	6,98%	32	74,42%
		5.383	68,48%	940	11,96%	113	1,44%	6.080	77,34%	1.360	17,30%	333	4,24%	5.440	69,20%

Entre as/os 79,58% de assistentes sociais que declararam participar de eventos, a maioria (46,09%) só participa daqueles em âmbito local. Se somarmos os percentuais de eventos de âmbito local e regional, temos que a maioria (68,79%) de profissionais só participa de eventos com proximidade de sua residência/trabalho, o que, certamente, garante maior facilidade de acesso, além de demandar menos custo de deslocamento ou seja, somente 10,79% incluíram eventos nacionais em suas respostas, provavelmente devido ao elevado custo de deslocamento. Trata-se de importante indicador para suscitar estratégias para organização de eventos pelas entidades, conforme tabela seguinte.

Tabela 55. Participação em Eventos

Participação em eventos organizados pelas entidades da categoria	Freq	%
Participa	6.600	79,58%
Só eventos de âmbito local	3.823	46,09%
Só eventos de âmbito regional	1.105	13,32%
Eventos de âmbito local e regional	778	9,38%
Eventos de âmbito local, regional e nacional	553	6,67%
Só eventos de âmbito nacional	207	2,50%
Eventos de âmbito local e nacional	76	0,92%
Eventos de âmbito regional e nacional	58	0,70%
Nunca participa	1.694	20,42%
Total	8.294	100,00%

O cruzamento destes dados por modalidade de formação mostra que o percentual de quem nunca participa é superior entre as/os formadas/os presencialmente (18,12%), ainda que com baixa incidência, já que entre formadas/os em EaD corresponde a 17,32%. Entre quem participa também predomina com maior margem percentual as/os graduadas/os presencialmente: 56,68% nesses, contra 51,35% entre EaD nos eventos locais; 27,43% contra 23,10% nos eventos regionais e 11,14% contra 3,61% nos eventos nacionais.

Tabela 56. Modalidade de Ensino na Graduação X Participação em Eventos Organizados pelas Entidades da Categoria

Graduação	Total	Nunca participa		Participa de eventos locais		Participa de eventos regionais		Participa de eventos nacionais	
Modalidade		Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Frequentemente	
Ensino a Distância (EaD)	2.078	360	17,32%	1.067	51,35%	480	23,10%	75	3,61%
Presencial	7.364	1.334	18,12%	4.174	56,68%	2.020	27,43%	820	11,14%
Total	9.442	1.694	17,94%	5.241	55,51%	2.500	26,48%	895	9,48%

Obs.: o percentual foi calculado levando-se em conta o total de respondente em cada linha (modalidade de ensino) em relação à participação em eventos da categoria. Exemplo: do total de respondentes que se formaram em EaD, 17,32% nunca participa de eventos organizados pelas entidades da categoria

É inegável que a participação em eventos contribui para a qualificação profissional, contudo, as respostas revelam que são os eventos locais que aparecem com maior incidência, certamente devido à maior facilidade de acesso e viabilidade financeira, já que eventos regionais ou nacionais exigem deslocamentos, muitas vezes bastante onerosos. Estes elementos apontam para o acerto das iniciativas organizadas de forma descentralizadas pelos CRESS, Nuress ou, ainda, em atividades que possam ser transmitidas remotamente, a fim de possibilitar maior participação de profissionais que residem majoritariamente no interior.

7.4 INADIMPLÊNCIA E (NÃO) ATUAÇÃO COMO ASSISTENTE SOCIAL

São muitas e permanentes as iniciativas do Conjunto CFESS-CRESS com intuito de manter a categoria informada, com acesso qualificado às normas institucionais, posições ético-políticas e acesso a eventos de formação continuada. Apesar destas iniciativas, o acesso constante aos canais de comunicação do Conjunto CFESS-CRESS permanece um desafio, diante dos dados apresentados na pesquisa. Sabe-se que o distanciamento da categoria de suas entidades também corrobora para desvalorizar a profissão e contribui para aumentar a inadimplência, ainda que esta seja determinada sobretudo pelo desemprego e baixos salários.

o demandar sobre o exercício ativo como assistente social no momento da pesquisa, mais de 80% de respondentes estavam atuando e em situação regular, mas um percentual significativo indicou não atuar, apesar de manter sua inscrição ativa nos CRESS. Entre as/os 1.295 que declararam não atuar, os motivos indicados pela maioria (69,57%) foram a inexistência de vagas e o desemprego como principais causas. A baixa remuneração comparece em quarto lugar, com 5,48% de respostas. Ou seja, rotatividade, desemprego, ofertas reduzidas e baixa remuneração são as principais causas apontadas para o não exercício profissional para estas/es respondentes. A manutenção da inscrição, certamente, constitui um vínculo e uma esperança de reinserir-se rapidamente em relações estáveis de trabalho. A tabela seguinte revela esses dados.

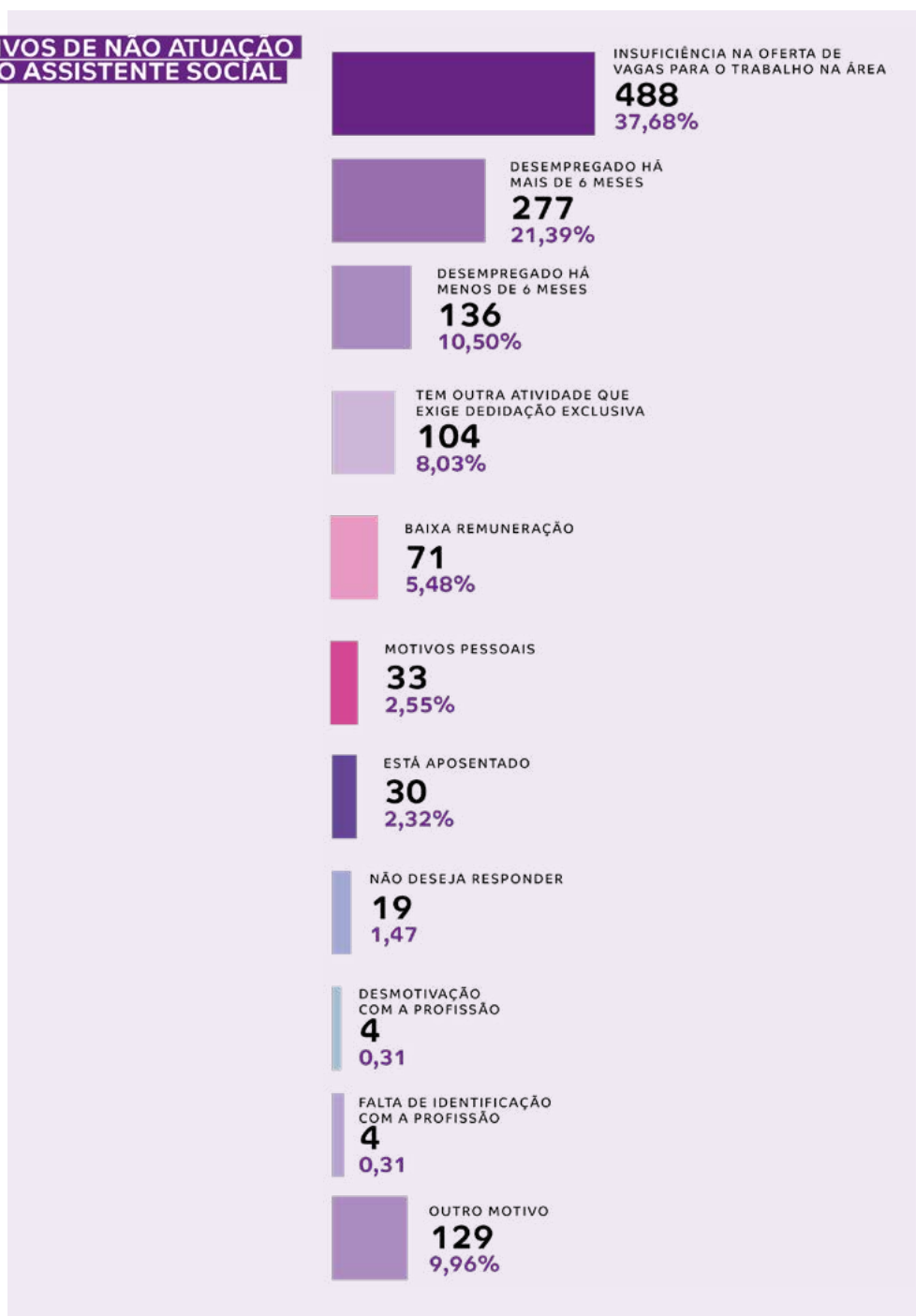
Tabela 57. Motivos da não atuação como assistente social (continua)

Motivo de não atuar como assistente social	Freq	%
Insuficiência na oferta de vagas para o trabalho na área	488	37,68%
Desempregado/a há mais de 6 meses	277	21,39%
Desempregado/a há menos de 6 meses	136	10,50%
Tem outra atividade que exige dedicação exclusiva	104	8,03%
Baixa remuneração	71	5,48%
Motivos pessoais	33	2,55%
Está aposentado/a	30	2,32%
Não desejo responder	19	1,47%

Tabela 57. Motivos da não atuação como assistente social (conclusão)

Motivo de não atuar como assistente social	Freq	%
Desmotivação com a Profissão	4	0,31%
Falta de identificação com a profissão	4	0,31%
Outro motivo	129	9,96%
Total	1.295	100,00%

MOTIVOS DE NÃO ATUAÇÃO COMO ASSISTENTE SOCIAL



Esta condição pode ajudar a explicar as informações sobre inadimplência no pagamento da anuidade, solicitadas pelo Conjunto CFESS-CRESS, diante de sua importância para compreender a situação econômica da categoria, como também sua relação com as entidades. Entre 8.294 respondentes, a maioria (80,41%) declarou estar em situação regular e 19,59% declararam estar em situação de inadimplência. Entre estes, um percentual de 12,66% já havia feito acordo para regularização de débitos e 6,93% declaram não ter feito acordo.

A tabela seguinte mostra o principal motivo da inadimplência e foi respondida por 1.617 assistentes sociais, o que corresponde a 99,50% de quem declarou estar inadimplente. Portanto, no que se refere às relações de trabalho de assistentes sociais evidenciadas na pesquisa, os dados demonstram com nitidez a presença do tripé que caracteriza a nova morfologia do trabalho – flexibilização, terceirização e precarização - nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e nas distintas políticas sociais nas quais se inserem assistentes sociais, submetendo-as/os aos mesmos constrangimentos e expropriações que sofre o conjunto da classe trabalhadora.

Tabela 58. Principal motivo de inadimplência junto ao Conjunto CFESS-CRESS

Principal motivo da inadimplência	Freq	%
Endividamento	485	29,99%
Baixa renda	309	19,11%
Desemprego	308	19,05%
Considera o valor da anuidade muito elevada	166	10,27%
Descuido/esquecimento/falta de tempo do profissional	146	9,03%
Doença na família	83	5,13%
Não recebeu o boleto de pagamento/endereço desatualizado	52	3,22%
Insatisfação com as ações do Conjunto CFESS-CRESS	39	2,41%
Desinformação sobre condições que poderiam suspender a obrigatoriedade do pagamento;	14	0,87%
Problemas na organização administrativa do CRESS	13	0,80%
Não considera importante pagar a anuidade	2	0,12%
Total	1.617	100,00%

A tabela 58 aponta de modo contundente que o principal motivo de inadimplência está vinculado às condições econômicas das/os respondentes. Situações de endividamento, baixa renda e desemprego somam 68,15% das respostas. Também é significativa a parcela de quem considera a anuidade elevada (10,27%) e é insignificante quem julga não ser importante quitar sua anuidade (0,12%), que constitui um tributo obrigatório. Problemas conjunturais e específicos correspondem a 21,46% dos motivos declarados.

Observando mais detidamente os dados apresentados, chama atenção que cerca de 1/3 das/os assistentes sociais respondentes apontaram o endividamento como o principal fator da ausência de pagamento das mensalidades do Conjunto CFESS-CRESS, o que reproduz a lógica do endividamento das famílias trabalhadoras, estimuladas pelo crescimento da oferta de crédito para segmentos empobrecidos da classe trabalhadora como política de governo nesses últimos anos. Por meio da flexibilização das exigências para acesso ao crédito, é possível verificar a disseminação de empréstimos consignados atrelados à aposentadoria, salários e até mesmo aos benefícios de programas de transferência monetária (como no caso do extinto Auxílio Brasil); o estímulo ao empreendedorismo por meio da oferta de microcrédito, especialmente para mulheres e mulheres negras; a ampliação de crédito imobiliário, do financiamento estudantil, estímulo ao uso do cartão de crédito, etc., impondo-se novas formas de endividamento das famílias. Tal quadro societário é impulsionado pela lógica da bancarização e monetização das políticas sociais, com apoio ativo do Estado, como fator de estímulo à inclusão financeira, a nova cartilha do ideário neoliberal no âmbito da financeirização do capitalismo em nível global.

Certamente o endividamento de 30% das/os respondentes, como a maior causa de inadimplência das mensalidades, remete diretamente aos baixos salários que predominam na categoria profissional e à situação de insegurança de renda e empobrecimento, que atingem parcela significativa de assistentes sociais, submetida aos mesmos processos de precarização dos salários, dos direitos e das condições de (sub)existência do conjunto da classe trabalhadora, de modo mais acentuado entre trabalhadoras e mulheres negras.



8. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA

As questões relativas à participação política da categoria profissional, incluídas nesta pesquisa, revelam sinalizações fundamentais para captar tendências relativas à dimensão sociopolítica e de organização, sobretudo se considerarmos os princípios e valores do Código de Ética Profissional.

8.1. FILIAÇÃO A PARTIDOS POLÍTICOS E SINDICATOS

A primeira questão se refere à filiação a partidos e/ou sindicatos de trabalhadores/as. Entre 8.147 respondentes, a ampla maioria (7.165 ou 87,95%) disse não ser filiada a partidos e sindicatos. Em relação especificamente à filiação em sindicatos de trabalhadores/as, dentre o mesmo universo de 8.147 respondentes, um percentual de 22,35% (1.821 assistentes sociais) declarou ser filiado em sindicato por ramo de atividades e 9,39% (765 profissionais) declararam ser filiados/as ao sindicato da categoria profissional. Tais dados somados mostram que 31,74% de profissionais estão filiados/as ao principal instrumento político organizativo dos/as trabalhadores, uma taxa de sindicalização superior à do Brasil, que correspondia em 2019 a 11,2% conforme dados do IBGE¹. O próprio IBGE informou que o Brasil teve queda de 21,7% de sindicalizados/as desde a

¹ Sobre a queda nas taxas de sindicalização, ver nota técnica do IBGE, disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28666-em-2019-mesmo-com-expansao-da-ocupacao-sindicalizacao-segue-em-queda-no-brasil>

aprovação da “reforma trabalhista” em 2017², o que corrobora as análises sobre intensificação da precarização do trabalho já sinalizadas.

8.2 MILITÂNCIA EM MOVIMENTOS SOCIAIS

A militância de assistentes sociais em movimentos sociais é, proporcionalmente, semelhante à participação no movimento sindical, já que 32,91% declararam militar em algum movimento social, detalhados na tabela seguinte

Tabela 59. Militância em movimentos sociais (continua)

Movimentos sociais em que exerce a principal militância	Total	%
Nenhum	5.466	67,09%
Movimento em defesa das crianças e adolescentes e/ou juventude	449	5,51%
Movimento de mulheres e/ou feminista	418	5,13%
Frentes/fóruns/comitês/coletivos em defesa de políticas públicas	372	4,57%
Movimento em defesa dos Direitos Humanos	280	3,44%
Movimento sindical	215	2,64%
Movimento em defesa dos direitos da pessoa com deficiência	211	2,59%
Movimentos de natureza religiosa	201	2,47%
Movimento da luta antimanicomial	159	1,95%
Movimento da pessoa em situação de rua	94	1,15%
Movimento LGBTQIA+	73	0,90%
Movimento negro	73	0,90%
Movimentos pelo direito à cidade (moradia, transporte, reforma urbana, sem teto)	61	0,75%

² Matéria publicada no G1 informa a queda de 21,7% de sindicalizados, corresponde a 2,9 milhões de profissionais, que se desfilaram entre 2017 e 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/26/brasil-perdeu-217percent-dos-trabalhadores-sindicalizados-apos-a-reforma-trabalhista-diz-ibge.ghtml>

Tabela 59. Militância em movimentos sociais (conclusão)

Movimentos sociais em que exerce a principal militância	Total	%
Movimento em defesa dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras)	38	0,47%
Movimento dos trabalhadores rurais sem terra	28	0,34%
Movimentos pela democratização da comunicação	5	0,06%
Movimento dos atingidos por barragem	4	0,05%
Total	8.147	100,00%

A maioria (67,09%) declarou não militar em nenhum movimento social. Entre quem exerce algum tipo de militância, destaca-se o clássico e histórico movimento em defesa das crianças e adolescentes e/ou juventude, com 5,51% das/os respondentes. Registre-se que este movimento contou historicamente com intensa participação de assistentes sociais, desde a mobilização pré-constituente, no processo de instituição do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR - desde 1982), na criação do Fórum Nacional de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA/1988), e após a CF/1988, na luta pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) e participação ativa no Conanda. Na sequência, a militância no movimento de mulheres (5,51%) vem sendo fortalecida nas últimas duas décadas, quando a profissão assume, de modo mais efetivo, as lutas feministas no país. Com proporção entre 1 e 4% de assistentes sociais militantes, estão as frentes e fóruns de defesa de políticas públicas, movimentos de defesa dos direitos humanos, movimento sindical, defesa dos direitos das pessoas com deficiência, movimentos religiosos, luta antimanicomial e movimento de pessoas em situação de rua. Nos demais movimentos indicados, o percentual de militância ficou abaixo de 1% das/os respondentes.

8.3. PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS DE DEFESA DE DIREITOS

A militância em movimentos de defesa de direitos, um dos pressupostos éticos da profissão, se concretiza também na participação de profissionais nos Conselhos de Defesa de Direitos, ainda que o percentual de quem declarou não participar atinja 53,68% ou 5.068 assistentes sociais³.

Entre quem declarou participar (4.380 assistentes sociais/46,32%), predominam as áreas em que, historicamente, o Conjunto CFESS-CRESS sempre teve representação no segmento de trabalhadores/as da área⁴. A assistência social aparece em primeiro (18,93%), seguida pelo segmento da criança e adolescente (10,03%), saúde (6,19%) e pessoa idosa (5,06%), conforme detalhamento a seguir. A tabela revela a diversidade de participação profissional, mas também mostra as áreas históricas de maior concentração das participações.

Tabela 60. Participação em Conselhos de Defesa de Direitos (continua)

Participação em Conselhos de Direitos	Sim		Não		Total
Assistência Social	1.787	18,93%	7.655	81,07%	9.442
Criança e Adolescente	947	10,03%	8.495	89,97%	9.442
Saúde	584	6,19%	8.858	93,81%	9.442
Pessoa Idosa	478	5,06%	8.964	94,94%	9.442
Pessoa com Deficiência	243	2,57%	9.199	97,43%	9.442

³ A totalização em percentuais ultrapassa 100%, porque a questão possibilitava assinalar mais de um Conselho. Assim, os/as 4.380 assistentes sociais podem ter indicado participar de mais de um Conselho.

⁴ Artigo publicado pelas então conselheiras do CFESS Ivanete Boschetti e Rosa Helena Stein, com o título *A Inserção do Conjunto CFESS/CRESS nos Conselhos de Políticas e de Direitos*, em 2007, demonstrava que a representação dos CRESS já era predominante na assistência social, seguida pela saúde e criança e adolescente. Disponível em https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12771/11171



Tabela 60. Participação em Conselhos de Defesa de Direitos (conclusão)

Participação em Conselhos de Direitos	Sim		Não		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Mulher	196	2,08%	9246	97,92%	9.442
Educação	170	1,80%	9272	98,20%	9.442
Habitação / Cidade	143	1,51%	9299	98,49%	9.442
Drogas	143	1,51%	9299	98,49%	9.442
Segurança Alimentar	113	1,20%	9329	98,80%	9.442
Conselho de Comunidade (LEP)	61	0,65%	9381	99,35%	9.442
Meio Ambiente	51	0,54%	9391	99,46%	9.442
Juventude	49	0,52%	9393	99,48%	9.442
Igualdade Racial	42	0,44%	9400	99,56%	9.442
Cultura	37	0,39%	9405	99,61%	9.442
Segurança Pública	32	0,34%	9410	99,66%	9.442
Trabalho	24	0,25%	9418	99,75%	9.442
População LGBT	24	0,25%	9418	99,75%	9.442
Comunicação	4	0,04%	9438	99,96%	9.442
Não Participo	5.068	53,68%	4.374	46,32%	9.442

Os demais Conselhos contam com participação abaixo de 3% das/os respondentes, o que indica o alargamento da inserção em diversas áreas de interesse profissional, ainda que em percentuais reduzidos de respondentes.

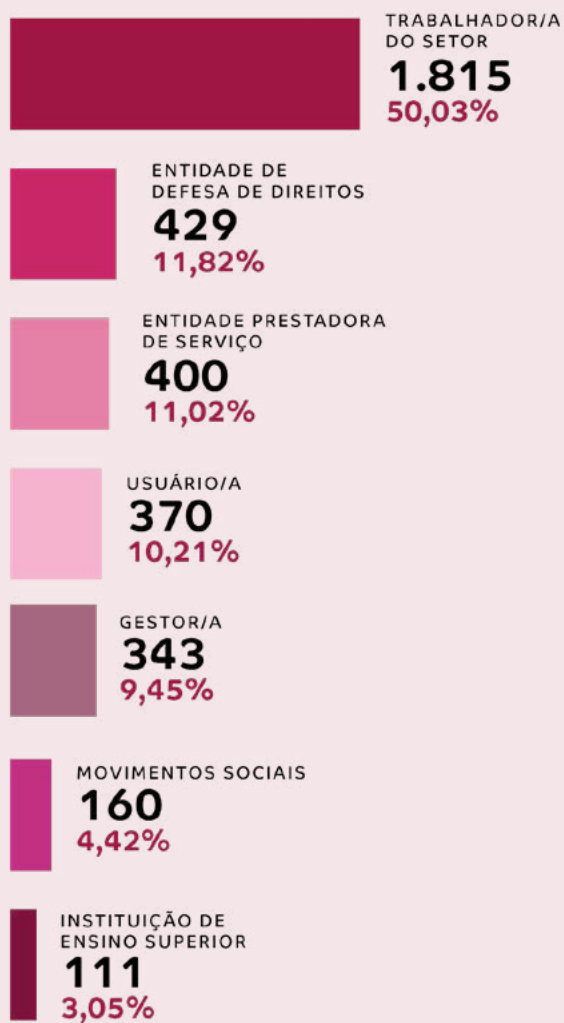
Os dados da tabela seguinte sugerem que a participação em Conselhos se dá, sobretudo, na condição de representante de trabalhadores/as da área.

Tabela 61. Segmentos que representa nos Conselhos de Defesa de Direitos

Segmento que representa no conselho de direito	Freq.	%
Trabalhador/a do setor	1.815	50,03%
Entidade de Defesa de Direitos	429	11,82%
Entidade Prestadora de Serviço	400	11,02%
Usuário/a	370	10,21%
Gestor/a	343	9,45%
Movimentos Sociais	160	4,42%
Instituição de Ensino Superior	111	3,05%
Total	3.628	100%

Considerando que a maioria (50,03%) representa trabalhadores/as, é bem possível que representem os CRESS, mas infelizmente os dados não permitem confirmar essa inferência. Entidades de defesa de direitos e entidades prestadoras de serviço respondem quase igualmente com pouco mais de 11% cada uma. Surpreende que pouco mais de 10% de profissionais indiquem representar usuários/as. As menores representações se localizam em movimentos sociais, o que é coerente com o dado anterior de reduzido trabalho/assessoria a movimentos sociais. Interessante observar que a categoria também representa instituições de ensino superior nos Conselhos.

SEGMENTOS QUE REPRESENTA NOS CONSELHOS DE DEFESA DE DIREITOS





9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social brasileiro tem vivenciado rápida expansão nas últimas duas décadas, especialmente em decorrência da acelerada oferta de cursos de graduação presenciais e à distância. Essa expansão altera os processos formativos, mas também a inserção no mercado de trabalho, determinada pelas transformações no “mundo do trabalho”, cada vez mais caracterizado pela deterioração das condições de trabalho. As respostas de profissionais, analisadas neste relatório, apontam importantes tendências para compreender os movimentos de concretização da profissão.

Chama atenção o movimento de deslocamento da profissão das capitais para o interior, impulsionado pela ampliação de mercado de trabalho nos municípios, em face da descentralização das políticas sociais provocada pela Constituição Federal de 1988, com destaque para ampliação da atuação profissional na política agrária, seguida pela assistência social, previdência social e educação.

O perfil profissional, por sua vez, segue tendência histórica de predomínio do gênero feminino, com incidência reduzida, mas crescente, do gênero masculino e maior visibilidade de outras expressões de gênero. Profissionais pretas/os e pardas/os superam ligeiramente a cor branca, demonstrando o acerto da política de cotas dos últimos anos. A religião católica segue sendo majoritária entre praticantes, mas com crescimento da evangélica e das/os que declararam não professar uma religião. Merece destaque que a pesquisa foi respondida majoritariamente por quem se graduou há mais de 5 anos, com idade entre 31 e 50 anos, o que sugere maior disposição de profissionais mais experientes na participação da pesquisa. Quase a metade declarou não possuir filhos/as e 26,5% declararam ter somente um/a filho/a. O percentual de quem declarou não ter filhos/as é relativamente semelhante em todas as faixas de rendimento, apontando que a renda talvez não seja o determinante desta condição. Entre quem declarou ter filhos/as, em todas as faixas de rendimento, predomina um percentual superior de quem indicou ter apenas 1 filho ou filha. A coexis-

tência de desemprego, fortes desigualdades de gênero e inexistência de serviços públicos dedicados aos cuidados de crianças sobrecarregam enormemente a responsabilidade das mulheres na garantia da reprodução social, já que mais de 90% das/os respondentes participam na composição da renda familiar.

Em relação à formação profissional, merecem atenção: intensificação de concentração nas instituições privadas lucrativas; crescimento na formação em EaD, especialmente entre as/os mais jovens; predomínio de baixos rendimentos entre graduados/as em instituições privadas lucrativas. Estas tendências são determinadas pelas condições de oferta do ensino superior no país, largamente dominada pelo ensino privado mercantil. Os dados evidenciam que o percentual de graduados/as no ensino presencial é bastante superior entre quem concluiu o curso há mais de 5 anos e vai se reduzindo em anos mais recentes, chegando ao menor percentual entre quem se formou há menos de 2 anos. Entre concluintes no EaD ocorre o inverso, com menor percentual de formados/as entre concluintes há mais de 5 anos e o maior percentual entre quem se formou há menos de 2 anos. Ainda assim, o universo de graduados/as no ensino presencial é superior àqueles/as graduados/as no EaD.

A expansão da profissão também diversifica sua atuação, já que a pesquisa revela que a categoria está presente em praticamente todas as políticas sociais, mas com nítida prevalência na política de assistência social, seguida pela política de saúde e de educação. Não por acaso, esta inserção é majoritária em instituições municipais, já que são políticas sociais executadas pelas prefeituras, ainda que os dados mostrem que prevalece a localização urbana. Sobre as condições de trabalho de assistentes sociais, no geral, o nível salarial da categoria é baixo, mas é possível verificar que na política de saúde a remuneração é levemente superior àquela da principal área de atuação, a assistência social.

Também sobre as características do trabalho de assistentes sociais no Brasil, os dados revelam que a profissão está inserida nas instituições majoritariamente por meio de cargo específico nominado “assistente social”, ainda que haja expansão de cargos genéricos. O trabalho profissional está bastante marcado por atribuições e instrumentos técnico-operativos de caráter individual, com incidência menor de ações de natureza coletiva, bem como pela diversidade de atribuições e instrumentos utilizados.

No que se refere às relações de trabalho, os dados demonstram de modo inequívoco a presença da nova morfologia do trabalho no Serviço Social, mantendo intrínseca relação com as tendências e metamorfoses do trabalho assalariado e da classe trabalhadora, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se inserem as/os assistentes sociais. São esses complexos processos responsáveis pelas novas modalidades de flexibilização, terceirização e precarização que caracterizam o tripé da nova morfologia do trabalho, também no espaço estatal, desencadeando o que Antunes (2018) denominou de precarização estrutural do trabalho no atual estágio de desenvolvimento capitalista neoliberal em crise.

Em decorrência desse processo continuado e permanente de reestruturação produtiva, que atinge todas as dimensões e espaços do mercado de trabalho privado e público, despontam situações de sofrimento, adoecimento e assédio moral também entre assistentes sociais em meio à degradação das condições de trabalho, aumento da insegurança e temores quanto à perda do emprego, ainda que precário e de baixa remuneração. Trata-se de situações que precisam ser mais bem conhecidas e mais amplamente debatidas, tanto na formação acadêmica, quanto no exercício profissional, para que sejam forjados meios e estratégias de enfrentamento individual e coletivo, tendo as nossas entidades profissionais - o Conjunto CFESS-CRESS e a Abepss - um importante papel na construção de pautas e propostas coletivas.

A pesquisa incluiu informações significativas sobre a relação da categoria com as entidades. O primeiro dado relevante e preocupante a ser destacado é que a maioria de respondentes indicou acompanhar apenas eventualmente a página do CFESS, o que denota pouco interesse no desenvolvimento cotidiano da profissão. São os/as graduados/as em EaD que buscam mais frequentemente informações, o que pode ser explicado pela familiaridade destas/es com as redes, tendo em vista serem a base de sua formação. Por outro lado, pode indicar que buscam aprimorar sua formação pelo acesso à página. Em relação à área de atuação, o maior percentual de acesso frequente está entre docentes e trabalhadores/as da Cultura.

Outro elemento interessante revelado pela pesquisa foi que a maioria de profissionais utiliza as resoluções do CFESS para auxiliar seu trabalho, além de lançar mão das normativas relativas à formação profes-

sional publicadas pela Abepss, como as Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio, independente da modalidade de graduação (presencial ou EaD), o que reforça a importância da articulação histórica entre as entidades e seu forte investimento na produção de normas que abordam as dimensões ético-políticas e técnico-operativas da profissão. Contudo, graduados/as em EaD utilizam mais as diretrizes curriculares, enquanto o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão são mais utilizados por profissionais formados/as presencialmente. As resoluções são utilizadas em percentuais bem próximos, independentemente da modalidade de formação, mas com percentual ligeiramente superior de graduados/as em EaD no caso das Resoluções 533 (regulamenta a supervisão de estágio); 569 (veda realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social); 572 (regulamenta registro de profissionais contratados/as sob a nomenclatura de cargo genéricos); e 615 (inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do/a assistente social transexual nos documentos de identidade profissional).

Outro dado que revela o interesse de profissionais nas normas institucionais é o acesso majoritário às Diretrizes Curriculares e à Política Nacional de Estágio entre quem se formou há mais de 5 anos, e à tabela de honorários e à Resolução que regulamenta o registro de profissionais contratados/as sob a nomenclatura de cargo genérico entre quem se formou há menos de 1 ano, o que sugere o seu esperado interesse em conhecer possíveis remunerações e formas de registro no início da carreira. O acesso ao Código de Ética e à Lei de Regulamentação predomina entre quem se formou há mais de 5 anos, o que pode indicar uma preocupação maior destes não só com a atualização profissional, mas também uma relação mais estreita com normas necessárias à defesa da profissão.

Esta pesquisa também inovou ao solicitar de participantes referências sobre sua inserção sociopolítica. É preocupante o fato de que mais de 70% declararam nunca participar das assembleias e pouco mais da metade declarou nunca ter participado de outras atividades do Conjunto CFESS-CRESS, o que demanda intensificar a mobilização, com vistas a aproximar a base da categoria das instâncias institucionais e deliberativas. Ainda mais elevado é o percentual de quem declarou nunca participar de atividades organizadas pela Abepss, o que sugere reduzido interesse de parcela significativa de profissionais por temas vinculados à formação teórico-política.

É bastante grave constatar que são os/as profissionais mais jovens, formados há menos de 3 anos, que declararam nunca participar das atividades e das assembleias do Conjunto CFESS-CRESS. Analisados em conjunto com tempo de formação, observa-se que formadas/os em EaD há menos tempo apresentam maior tendência de participação em atividades da Abepss e Associações Profissionais e menos nas atividades do Conjunto CFESS-CRESS. Pela perspectiva do rendimento, há uma tendência geral de ocorrer maior participação entre as faixas de maior rendimento e em eventos locais.

Mantém-se a tendência de reduzida militância em partidos políticos. Mas é interessante registrar que pouco mais de 30% declararam ser filiados/as a sindicatos, especialmente por ramos de atividade, o que revela que a categoria apresenta taxa de sindicalização superior à do Brasil. A militância de assistentes sociais em movimentos sociais é, proporcionalmente, semelhante à inserção no movimento sindical e atinge pouco mais de 1/3 dos/as participantes. O movimento em defesa das crianças e adolescentes e/ou juventude foi citado como o principal espaço de militância em movimentos sociais. A participação de profissionais nos Conselhos de Defesa de Direitos supera a militância em movimentos sociais, sendo realizada por quase metade dos/as respondentes, com predominância na política de assistência social.

Ao concluir este relatório, é possível afirmar que esta pesquisa revela tendências fundamentais para apreender os movimentos que atravessam a profissão e servem de bússola tanto para as entidades representativas do Serviço Social, quanto para as/os próprias/os profissionais que o constroem cotidianamente. Que seu uso possa ser um instrumento de fortalecimento do projeto ético-político profissional.



A Fase 2 do do Perfil Profissional de Assistentes Sociais, organizado pelo mesmo grupo de pesquisadoras do primeiro relatório, é fruto de um esforço coletivo, marcado por várias gestões do CFESS, e possibilita refletir sobre como se dão as condições de vida e de trabalho da categoria, ampliando horizontes para os aspectos que envolvem participação e organização política.

As questões que compuseram o universo da pesquisa aqui analisada, se por um lado acrescentam informações novas sobre o trabalho profissional e sobre a participação sociopolítica, por outro lado, trazem respostas a algumas questões (mas não todas) que também integraram o recadastramento.

Longe de generalizações, os resultados sistematizados de forma qualitativa nos indagam sobre a profissão e devem servir de inspiração para a atitude de pesquisa, necessária para o permanente avanço das pesquisas e das análises sobre “quem somos”.

Desejamos uma ótima leitura, esperando que esse relatório possa ser subsídio para as ações de orientação e fiscalização no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS, que possa contribuir com pesquisas em andamento, que impulse a construção de planos de trabalho e de reivindicações no contexto das políticas sociais e, ainda, que suscite inquietações e reflexões sobre o que é ser assistente social no Brasil hoje.



ISBN: 978-65-86322-15-6

